



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA PÓVOA DE LANHOSO

Aos 27 dias do mês de fevereiro de 2026, pelas 15h30, no Salão Nobre da Câmara Municipal da Póvoa de Lanhoso, sob a presidência de António Manuel Marques de Queirós Pereira, secretariado por José Ângelo Saavedra de Almeida Faria e por Clarisse Susana Duarte Vieira, reuniu ordinariamente a Assembleia Municipal da Póvoa de Lanhoso, com a seguinte ordem de trabalhos:

- PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA (40')
- PERÍODO DE INTERVENÇÃO DOS PRESIDENTES DE JUNTA (16')
- PERÍODO DE INTERVENÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES
- PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO (16')
- PERÍODO DA ORDEM DO DIA:

Ponto Um (20`):

Análise da atividade do Município e sua situação financeira, conforme disposto na alínea c) do n.º 2 do artigo 4.º do Regimento da Assembleia Municipal.

Ponto Dois (12`):

Informação da Câmara Municipal sobre os apoios prestados no âmbito do Regulamento para Atribuição de Apoios às Juntas de Freguesia ou Uniões de Freguesias do Concelho da Póvoa de Lanhoso – Câmara Amiga das Freguesias.

Ponto Três (12`):

Informação da Câmara Municipal sobre a 3.ª adenda ao contrato de financiamento reembolsável à operação NORTE – 04 – 2316 – FEDER - 000187 – Reabilitação do Largo da Feira e envolvente.

Ponto Quatro (15`):

Proposta da Câmara Municipal, para aprovação do mapa da demonstração de desempenho orçamental de 2025, no âmbito da faculdade prevista no artigo 124.º da Lei do Orçamento de Estado para 2026.

Ponto Cinco (15`):

Proposta da Câmara Municipal, para aprovação da 2.ª alteração modificativa ao Orçamento e Grandes Opções do Plano para 2026 e alteração do n.º 3 do artigo 26.º das Normas de Execução do Orçamento para 2026, nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual.

Ponto Seis (40`):

Propostas da Câmara Municipal para nos termos da Lei 73/2013, de 3 de setembro em conjugação com a Lei 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, aprovar:

- a. Contratação de empréstimo de médio e longo prazo para financiamento do projeto de investimento "Eficiência Energética na Piscina Coberta Municipal", no valor de até 340.000,00€ (trezentos e quarenta mil euros), bem como aprovação dos respetivos compromissos plurianuais.
- b. Contratação de empréstimo a médio e longo prazo para financiamento da requalificação do Campo de Jogos de Monsul, no valor de até 500.000,00€ (quinhentos mil euros), bem como aprovação dos respetivos compromissos plurianuais.
- c. Contratação de empréstimo a médio e longo prazo para financiamento da reabilitação do edifício para criação do Centro de Competências da Filigrana, no valor de até 295.000,00€ (duzentos e noventa e cinco mil euros), bem como aprovação dos respetivos compromissos plurianuais.
- d. Contratação de empréstimo a médio e longo prazo para financiamento da requalificação do Pavilhão Desportivo da EB Gonçalo Sampaio, no valor de até 115.000,00€ (cento e quinze mil euros), bem como aprovação dos respetivos compromissos plurianuais.
- e. Contratação de empréstimo a médio e longo prazo para financiamento da ampliação do Parque do Pontido, no valor de até 1.150.000,00€ (um milhão cento e cinquenta mil euros), bem como aprovação dos respetivos compromissos plurianuais.
- f. Contratação de empréstimo a médio e longo prazo para financiamento da requalificação do Cine-Fórum, no valor de até 1.320.000,00€ (um milhão trezentos e vinte mil euros), bem como aprovação dos respetivos compromissos plurianuais.
- g. Contratação de empréstimo a médio e longo prazo para financiamento da recuperação da antiga EB1 de Campo para instalação da Universidade Sénior, no valor de até 205.000,00€ (duzentos e cinco mil euros), bem como aprovação dos respetivos compromissos plurianuais.
- h. Contratação de empréstimo a médio e longo prazo para financiamento para reabilitação de Escola para Inclusão Social - Central Idades, no valor de até 160.000,00€ (cento e sessenta mil euros), bem como aprovação dos respetivos compromissos plurianuais.
- i. Contratação de empréstimo de médio e longo prazo para financiamento do reforço da cobertura de redes de drenagem de águas residuais no concelho da Póvoa de Lanhoso, no valor de até 350.000,00€ (trezentos e cinquenta mil euros), bem como aprovação dos respetivos compromissos plurianuais.

- j. Contratação de empréstimo a médio e longo prazo para financiamento para construção do Centro Interpretativo da Póvoa de Lanhoso, no valor de até 225.000,00€ (duzentos e vinte e cinco mil euros), bem como aprovação dos respetivos compromissos plurianuais.
- k. Contratação de empréstimo a médio e longo prazo para financiamento da construção de habitações no Bobeiro no âmbito da Estratégia Local da Habitação, no valor de até 1.150.000,00€ (um milhão cento e cinquenta mil euros), bem como aprovação dos respetivos compromissos plurianuais.
- l. Contratação de empréstimo a médio e longo prazo para financiamento para a construção de habitações em Monsul no âmbito da Estratégia Local da Habitação, no valor de até 900.000,00€ (novecentos mil euros), bem como aprovação dos respetivos compromissos plurianuais.
- m. Contratação de empréstimo a médio e longo prazo para financiamento para construção da Loja do Cidadão da Póvoa de Lanhoso, no valor de até 650.000,00€ (seiscentos e cinquenta mil euros), bem como aprovação dos respetivos compromissos plurianuais.

Ponto Sete (15`):

Proposta da Câmara Municipal, para aprovação da 1.ª Alteração ao Mapa de Pessoal e Plano Anual de Recrutamento para o ano de 2026, dando-se assim cumprimento às disposições previstas da alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º e, da alínea a) do n.º 2 do artigo 3.º do Decreto-lei n.º 209/2009, de 3 de setembro e artigos 28.º e 29.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, na sua atual redação.

Ponto Oito (12`):

Proposta da Câmara Municipal para reconhecimento do interesse público estratégico de instalação de operação urbanística destinada a equipamentos de uso público de apoio social e de saúde, para os efeitos previstos nos artigos 75º e 76º do Regulamento do Plano Diretor Municipal da Póvoa de Lanhoso.

Ponto Nove (12`):

Proposta da Câmara Municipal para reconhecimento do interesse municipal na reabilitação e ampliação de edifício existente para empreendimento turístico na modalidade de Agroturismo, nos termos da alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 setembro, na sua redação atual.

Ponto Dez (15`):

Proposta da Câmara Municipal, para autorização prévia para assunção de compromissos plurianuais.

Estiveram presentes na bancada do PS os seguintes membros: Roberta Carla Cardoso Veloso; Domingos Pereira da Silva; Bela Mónica Pereira Araújo; Joaquim Armando da Silva Fernandes; Ana Margarida da Cunha Tinoco; Maria Ângela Vieira de Araújo; Jorge Filipe da Costa Bastos; Maria da Glória Rodrigues Matos Couto; Alzira Maria Couto de Sousa e Graciano Filipe Direito Fernandes.

Estiveram presentes na bancada do PSD os seguintes membros: Rui Manuel de Macedo Rebelo; Luís Artur Ribeiro Pereira; Sónia Margarida da Silva Fernandes; Nuno Frederico Almeida e Silva de Aguiar Monteiro; Lúvia Narcisa de Oliveira Guimarães; Sandrina da Silva Fortes; Marília da Luz da Silva Fernandes; Sérgio Matias de Sousa Reis e João Pedro Araújo Oliveira.

Esteve presente o membro do CDS-PP: Carla Cristina dos Santos Góis Martins.

Esteve presente o membro do CHEGA: Mariana Clarisse Tavares Gomes.

Estiveram representadas as Juntas de Freguesia do PSD de: Póvoa de Lanhoso; Santo Emilião; Travassos; Vilela; União das Freguesias de Verim, Friande e Ajude e União das Freguesias de Calvos e Frades.

Estiveram representadas as Juntas de Freguesia do PS de: São João de Rei; Taíde; Galegos; Geraz do Minho; União das Freguesias de Águas Santas e Moure; União de Freguesias de Campos e Louredo; União de Freguesias de Fonte Arcada e Oliveira; Covelas; União das Freguesias de Esperança e Brunhais; Ferreiros; Lanhoso; Sobradelo da Goma e Rendufinho.

Foi justificada a falta de representação da Junta de Freguesia de Garfe.

Estiveram representadas as Juntas de Freguesia eleitas como independentes: Monsul e Serzedelo.

Da Câmara Municipal estiveram presentes os seguintes elementos do PS: Frederico de Oliveira Castro; Paulo Jorge Coimbra Fernandes do Gago e Gilberto António Sousa dos Anjos.

Estiveram presentes os seguintes elementos do PSD: Fátima Elizabeth Campos Alves; José Manuel Costa da Silva e Sara Catarina Ribeiro de Lima.

O Presidente da Assembleia Municipal, António Queirós Pereira, deu início à sessão ordinária da Assembleia Municipal, cumprimentou todos os presentes, e começou por informar que estava a ser utilizada pela primeira vez a nova plataforma da Assembleia

Municipal, pedindo desculpa desde logo por alguma coisa que pudesse não correr tão bem. E colocou à votação a aprovação das Atas das últimas três sessões da Assembleia Municipal, informando que as atas da sessão extraordinária de 28 de novembro de 2025 e da sessão extraordinária de 12 de janeiro de 2026 foram aprovadas por unanimidade e a ata da sessão ordinária de 19 de dezembro de 2025 foi aprovada por maioria.

Seguidamente, informou que a Mesa iria apresentar um voto de pesar pelas vítimas das tempestades que afetaram o nosso país e concedeu a palavra ao primeiro secretário para apresentação do referido voto de pesar.

Interveio o primeiro secretário, o deputado José Faria, cumprimentou todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Voto de Pesar pelas vítimas das recentes catástrofes ocorridas em Portugal

Na sequência das recentes catástrofes naturais que atingiram o território nacional, designadamente a tempestade Kristin e os fenómenos meteorológicos extremos que se lhe seguiram, provocando elevados prejuízos materiais e, tragicamente, vítimas humanas em diversas regiões do País, a Assembleia Municipal da Póvoa de Lanhoso entende dever manifestar publicamente o seu pesar e solidariedade.

Estes acontecimentos, que afetaram particularmente várias comunidades, entre as quais o concelho de Leiria, colocaram à prova a resiliência das populações e evidenciaram, uma vez mais, o papel absolutamente essencial desempenhado pelos corpos de bombeiros e demais agentes de proteção civil na salvaguarda de pessoas e bens.

A Assembleia Municipal da Póvoa de Lanhoso, reunida em sessão ordinária, expressa o seu profundo pesar pelas vítimas destas catástrofes, endereçando às famílias enlutadas as mais sentidas condolências e manifestando total solidariedade para com todas as populações afetadas.

Reconhecendo o esforço, dedicação e espírito de missão demonstrados pelos operacionais no terreno, esta Assembleia delibera ainda associar a este voto um gesto concreto de apoio.

Propõe-se:

- 1. Aprovar o presente voto de pesar pelas vítimas das recentes catástrofes ocorridas em Portugal, guardando-se um minuto de silêncio em sua memória;*
- 2. Manifestar solidariedade institucional às populações afetadas;*
- 3. Deliberar dirigir um apelo aos membros da Assembleia Municipal para que, querendo, prescindam, a título individual, da senha de presença relativa à sessão extraordinária realizada no dia 12 de janeiro, de caráter exclusivamente eletivo, devendo essa intenção ser formalmente comunicada aos serviços da Assembleia Municipal para os devidos efeitos, e propor à Câmara Municipal da Póvoa de Lanhoso que proceda à atribuição de um donativo de montante correspondente ao valor global das renúncias à Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Leiria, como forma de reconhecimento e apoio à sua ação.*

4. Dar conhecimento do teor do presente voto à referida Associação Humanitária, à Assembleia Municipal de Leiria e à Associação Nacional de Assembleias Municipais.”

Seguidamente, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, colocou à votação do plenário o cumprimento do voto de pesar, informou que o mesmo foi aprovado por unanimidade e cumpriu-se um minuto de silêncio. Após o cumprimento do minuto de silêncio deu continuidade aos trabalhos concedendo a palavra à segunda secretária, Clarisse Vieira, para leitura da correspondência. Terminada a leitura da correspondência deu início ao Período Antes da Ordem do Dia (PAOD), concedendo a palavra à deputada do CDS-PP, Carla Martins.

Interveio a deputada Carla Martins, cumprimentou todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Há momentos em que não basta gerir, é preciso assumir responsabilidades e é isso que hoje se exige. Começo pela situação das estradas do nosso concelho, existem vários troços onde a degradação do pavimento é evidente, com buracos, remendos sucessivos e falta de manutenção consistente. Em várias vias municipais nas freguesias do concelho, nomeadamente em acesso a zonas habitacionais e ligações entre freguesias, persistem problemas de piso irregular e sinalização insuficiente, situações que têm sido reportadas pelos povoenses ao longo do tempo.

Além disso, há zonas onde a drenagem é claramente insuficiente, levando à acumulação de água na via em períodos de chuva, agravando o desgaste do pavimento e aumentando o risco para quem circula. Isto não são casos isolados, é uma realidade repetida em diferentes pontos do concelho. E a pergunta é simples, existe ou não um levantamento atualizado das necessidades de intervenção na rede viária municipal? E mais, qual o plano concreto com calendário e orçamento definido para resolver estes problemas de forma estruturada?

Em segundo lugar, a elevação da Póvoa de Lanhoso a cidade, e aqui importa sermos claros, não acompanhamos esta prioridade, porque antes de mudar o nome, é preciso mudar a realidade. Num concelho onde persistem problemas estruturais, nas acessibilidades, na segurança rodoviária e noutros serviços essenciais, não faz sentido colocar no topo da agenda uma alteração meramente administrativa. Os povoenses não vivem melhor por o concelho passar a ser cidade no papel, vivem melhor quando têm melhores estradas, melhores serviços e respostas concretas do dia a dia. Pergunto por isso ao executivo, quanto tempo, recursos e prioridade política estão a ser canalizados para esse processo e que impacto real mensurável terá na vida das pessoas?

E termino com uma questão que não poderia ser ignorada. Recentemente foi tornado público e posteriormente confirmada em reunião de câmara que ocorreram diligências da Polícia Judiciária nas instalações da Câmara Municipal e perante uma situação desta natureza, aquilo que não se compreende é a ausência de um esclarecimento público

atempado, porque estamos a falar de uma instituição pública e da confiança dos povoenses. Pergunto por isso, de uma forma direta, em que contexto ocorreram essas diligências da Polícia Judiciária nas instalações da Câmara Municipal, que tipo de colaboração foi prestada pelo município e, sobretudo, que garantias pode dar a esta assembleia de que não está em causa qualquer irregularidade na gestão municipal? Senhor Presidente, não estando em causa o respeito por eventuais limites legais, aquilo que está em causa é a transparência institucional e quando uma situação desta natureza só é conhecida fora dos canais institucionais, isso fragiliza a confiança dos cidadãos. O que hoje aqui se pede não é retórica é transparência, prioridades bem definidas e respeito pelos povoenses. Muito obrigada.”

Depois, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, concedeu a palavra ao deputado do Grupo Parlamentar (GP) do PSD, Rui Rebelo.

Interveio o deputado Rui Rebelo, cumprimentou todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“É apenas a terceira vez que estamos reunidos em Assembleia para debate político, mas já decorreram quatro meses no presente mandato. É uma oportunidade que se oferece para fazermos uma breve análise deste princípio de mandato autárquico. E de facto, a primeira impressão, que observámos é a de haver, ou parecer haver um maior dinamismo, uma outra energia relativamente ao mandato precedente e que registamos, não fosse esta questão das vias estradais do município que não se compreende, até porque sabemos que o executivo municipal tem feito um investimento relativamente a essa matéria, podíamos dizer que estamos num ponto já positivo, mas não deixa de haver reconhecimento nestes dois meses que passaram, alguns empreendimentos de ações que, apesar de a governação à vista, se devem realçar e devem aplaudir.

A semana jovem das literacias, foi um evento muito bem organizado e que serviu para apelar aos jovens a uma maior cultura política, a uma participação, interpelação e, de facto, intervenção na vida social. Todos temos essa responsabilidade de importância que não pode ficar só pelas famílias e as escolas de sermos promotores ativos junto dos jovens, para que eles sejam interpelados a intervir, a participar, a questionar, cada vez mais, na política, a valorizar a democracia e os seus valores mais importantes, como a tolerância, a participação, a diversidade, o pluralismo de opinião e porque não também a empatia e solidariedade, porque a política pode ser sem empatia, sem solidariedade, mas perde a alma, se assim não for e os jovens, penso que aprenderam com isso, não pude estar até ao fim por compromissos profissionais, mas fiquei muito satisfeito e louvo esta iniciativa senhor Presente da Assembleia Municipal.

Outra situação que agora nós verificámos com muito contentamento foi a abertura do novo espaço dos serviços de atendimento e acompanhamento social do município, bem como, a Eco Loja comunitária, realizações deveras meritórias, ou mesmo a distinção

nacional que voltou a ser conferida ao município pela ERSAR, no sentido de certificação com selo de qualidade exemplar da água de consumo humano que todos os dias abrimos nas torneiras das nossas casas, a que se soma esse esforço contínuo de vários mandatos municipais, de maior cobertura de rede de abastecimento de água, um compromisso, de facto, de vários e sucessivos mandatos que têm vindo objetivar a proteção da saúde, mas também o bem-estar e a qualidade de vida dos nossos concidadãos.

Contudo, o que até agora foi concretizado é apenas o início, muito há a fazer claro, estamos no início, faltam ainda três anos e sete meses, mas temos que realmente esperar e ter uma grande expectativa para que se possa concretizar o compromisso do senhor Presidente da Câmara no ato de posse em dois de novembro, de que até dois mil e vinte e nove a Póvoa de Lanhoso consiga viver o maior período de prosperidade da sua história. A marca distintiva do atual executivo é, de facto, de serviço público, mas precisamos de rigor na gestão e precisamos sobretudo, de gerar e gerir meios financeiros para fazer face às obras que são muitas que irão ser programadas até dois mil e vinte e nove, e precisamos de visão de futuro, porque uma visão, Miguel Torga, nos seus diários, o futuro não é uma casa, é uma construção, se não quisermos realmente comprometer o futuro das terras de Lanhoso, muito há a fazer.

Por seu turno a oposição, nomeadamente os vereadores do PSD, três em sete no órgão colegial da Câmara Municipal, têm feito o seu trabalho, o seu trabalho de fidelização da atividade municipal, o seu trabalho, de facto, de sindicância das opções políticas e de apreciação da atividade da Câmara Municipal, com responsabilidade, com compromisso regimental e com legalidade democrática. Senhor Presidente da Câmara, há obras em andamento que merecem ser realçadas pela sua importância para o bem-estar da nossa população, sobretudo da população mais carenciada. São obras que vão ser determinantes e irão influenciar os objetivos programáticos do executivo municipal já no presente ano, que são, nomeadamente de execução das candidaturas que foram aprovadas no âmbito do Norte 2030 e do programa ou Plano de Recuperação e Resiliência PRR, é o caso da estratégia local de habitação com o qual estamos em total consonância e que tem de estar concretizado, salvo erro até agosto de 2026. Estamos a falar de valores na ordem dos dez milhões de euros de fundo a executar para o nosso município e que, por exemplo, em Monsul, segundo me consegui informar as habitações ainda nem sequer se iniciaram. Que, no caso da empreitada de construção das trinta e oito habitações sociais no Bobeiro, de que sou vizinho verifico que ainda está na fase de estrutura, de onde, Senhor Presidente, corre-se aqui um sério risco de as habitações não estarem concluídas no tempo determinado pelas candidaturas, o que poderá implicar, como sabemos, a doação de verbas, porque o não cumprimento ou grau de incumprimento em termos de PRR implica cortes. Temos outro, sim, as candidaturas do Norte 2030, que terão um prazo mais alargado, mas que nos reporta a preocupação relativamente à execução destas candidaturas. Não estamos a falar em termos de financiamento e capacidade económica do município, isso trataremos da questão, mais adiante na ordem de trabalhos nos pontos

cinco e seis. Aqui a questão é de operacionalização ou se quiserem de implementação, senhor Presidente, até que ponto os procedimentos administrativos e contratuais estão a ser seguidos nos moldes e trâmites necessários para que as obras das candidaturas sejam concluídas, tempestivamente? Que riscos corremos? Pode vincular aqui a sua palavra de que todos podemos ficar tranquilos e confortáveis de que o município não irá correr riscos sérios na execução destas candidaturas? É a questão que eu deixo.

A preocupação é tão maior quanto podemos tomar, por exemplo, o CROA, o centro de recolha oficial de animais, que é uma distinta obra muito importante para a Póvoa de Lanhoso, porque também valorizamos o bem-estar animal, e que visa no PRR dotar os municípios destas estruturas municipais de veterinária e o projeto ainda não está em vias de concretização ou se esta obra tinha de ser concluída até setembro de 2025, salvo erro, se aquilo que eu pude consultar, tinha que estar inaugurado em dezoito de setembro de 2025, portanto, no mandato anterior, o Senhor Presidente terá oportunidade de me retificar, é uma obra que importa, é um valor superior a seiscentos mil euros. Nós, de facto, ficamos aqui bastante preocupados, porque ela reporta-nos a impressão de que isto é apenas o reflexo do que se vai passar em relação às restantes candidaturas.

Em reuniões de câmara, os nossos vereadores e como aqui já referido, pela secretária da Mesa, têm vindo de forma persistente e fundamentada, institucionalmente, correta, a solicitar informação e esclarecimentos sobre processos estruturantes para o concelho, contudo, a realidade é que, na esmagadora maioria dos casos, não há resposta do Senhor Presidente ou se há resposta são evasivas ou, se quiser, ambíguas. Esta conduta e comportamento que nos é transmitido pelos senhores vereadores do PSD compromete seriamente o exercício de fiscalização democrática a que a oposição está legalmente obrigada. Mas há muitas mais pendências, e solicitação de informação que não têm merecido qualquer esclarecimento objetivo de questões colocadas em reunião de Câmara Municipal pelos vereadores da oposição. Matérias como procedimentos e tramitação de alvarás, obras de urbanização, processos de loteamento e Constituição de cauções, no âmbito do Plano Diretor Municipal, nomeadamente quanto à representação da Câmara Municipal na Comissão Consultiva, relativamente à Via Circular, documentação que devia ser remetida ou já foi remetida à Agência Portuguesa do Ambiente e à Infraestruturas de Portugal, no que toca à BRAVAL, nomeadamente a entrega de estudos de impacto ambiental, relatórios de monitorização de odores e a gestão de efluentes. Uma série de documentação que de facto, não tem sido dada resposta aos senhores vereadores da oposição. Muita mais matéria aqui, podíamos enunciar, senhor Presidente, mas por limitação de tempo regimental, não o podemos fazer.

Certo é que o direito à oposição é consagração constitucional, está no artigo 114º da Constituição e está na lei n.º 24/1998, do direito e garantia e poderes das minorias, do limite e contrapeso do direito e garantias do poder das maiorias. E era importante que nós tivéssemos o aprofundamento democrático, até porque o Senhor Presidente comprometeu-se a isso no anterior mandato e começou bem com isso, trazendo já para o

primeiro estrado os vereadores da oposição e permitindo realmente que déssemos um avanço em relação aquele historial que tínhamos no passado, mas é importante que nós possamos aprofundar aqui o poder local como o pulmão da democracia e então temos que valorizar e prestigiar a importância e a obrigação legal dos vereadores da oposição que têm de fiscalizar e sindicar as opções políticas do executivo municipal.

De boa fé, dissemos aqui na primeira sessão da Assembleia Municipal que compreendemos as dificuldades de quem tem que governar, nomeadamente uma instituição tão grande como é o nosso município, também já estivemos à frente de outras instituições e percebemos que há circunstâncias que nos dificultam essa informação e essa comunicação, mas a democracia não pode está sujeita ao silêncio, hoje temos uma peça de teatro que, infelizmente, eu não vou poder, com certeza, assistir se esta assembleia não terminar a tempo, mas que a Bernarda, a dona da casa, a palavra essencial é silêncio. Ora, a democracia não é um regime de silêncio, Senhor Presidente, a democracia é sobretudo o regime da palavra, é o regime, sobretudo que não tem a ver com ambiguidade e a aversão, é o regime, de facto, de diálogo, e do debate, de apontar caminhos, e para isso, nós precisamos de oposição, se não, não estamos em democracia.

Por isso, senhor Presidente, para terminar, convidamo-lo a dizer, porque motivo e com que fundamento toma esta atitude de conduta perante os vereadores da oposição que, de facto, pressuponho uma retenção reiterada de informação relevante em relação aos vereadores da oposição. E estará o senhor Presidente disponível para reafirmar aqui e agora o seu compromisso com a transparência, o respeito pela oposição e o direito à informação? Está aqui disponível para de futuro se comprometer a que nas reuniões colegiais da Câmara Municipal, preste informação e preste todas as comunicações que são solicitadas pelos senhores vereador da oposição? Agradecia uma resposta objetiva.”

Depois, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, concedeu a palavra ao Presidente da Câmara para resposta.

Interveio o Presidente da Câmara, Frederico Castro, cumprimentou todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Um agradecimento inicial, à bancada do Partido Socialista por permitir que esta intervenção possa ocorrer neste momento, porque eu acho que, de facto, há determinadas, e o chega não estava inscrito, pelo que percebi há determinadas, digamos que há determinadas intervenções, será o melhor termo, que merece resposta mais imediata, precisamente para que possamos todos ter a mesma leitura e para que o debate possa ser até mais esclarecedor e mais escorreito. Ainda assim, eu vou começar por esclarecer a deputada Carla Góis, porque foi a primeira intervenção que aqui veio, relativamente aos três temas que aqui trouxe em primeiro lugar, as estradas do concelho, todos sabemos que há determinadas vias de comunicação do nosso concelho que tem o estado de degradação que não tem um ano, nem tem quatro anos, têm um estado

progressivo, de degradação. Portanto, combater, nós temos vindo a fazer a esse tipo de necessidades, é também não só moroso como dispendioso e temos vindo progressivamente a resolver vários problemas e pretendemos continuar a fazer, naturalmente, também é preciso esclarecer que a expectativa que algumas pessoas terão, eu espero que não seja o caso de deputados municipais que têm o dever de estar esclarecidos, é que não é possível intervir em estradas municipais nesta época do ano com estas condições climatéricas, portanto, é importante que também façamos nós, por nossa vez também, esse esclarecimento, nós eleitos locais, que façamos esse esclarecimento de forma pedagógica para que as pessoas entendam que não é possível que nós façamos intervenções profundas em vias municipais que precisam de intervenções que não se resolvem com este estado climatérico.

Aliás, portanto, este executivo, como executivos anteriores tiveram oportunidade aqui ou ali de experimentar intervenções que não foram bem conseguidas, precisamente porque não aconteceram na época certa do ano e, portanto, nós temos o dever também de aprendizagem e de evoluir na forma como planeámos este tipo de intervenções ao longo de cada ano civil.

A elevação da Póvoa de Lanhoso a cidade, a senhora deputada questiona quanto tempo, que recursos disponibilizados para este processo, nenhuns, absolutamente nenhuns, até porque a sua pergunta incorre num erro, precisamente, num erro de perceção também, que parece ser também seu, é que esta iniciativa legislativa e o projeto de lei deu entrada na Assembleia da República por força de deputados eleitos na Assembleia da República, e a comissão parlamentar que tem o dever de analisar este tipo de solicitações, enviou quatro pedidos de emissão de parecer a quatro entidades diferentes. À Associação Nacional de Municípios, à Associação Nacional de Freguesias, à Câmara Municipal da Póvoa de Lanhoso e à Assembleia Municipal da Póvoa de Lanhoso. Aquilo que a Câmara Municipal da Póvoa de Lanhoso fez foi agendar este ponto, debater a autorização de emissão de parecer, e é disso que se trata, autorização de emissão de parecer e a Assembleia Municipal, segundo aquilo que tem sido o diálogo entre órgãos, penso que terá novidades para breve sobre esta matéria, portanto, também a Assembleia Municipal tem o dever de reunir, de debater e deliberar sobre a autorização de emissão de parecer, portanto, quando questiona senhora deputada, quanto tempo e que recursos têm sido disponibilizados, recursos nenhuns, e tempo, não mais do que este, do que o agendamento de uma reunião de câmara e o debate e a aprovação que ocorreu segunda-feira passada. Sobre a visita da Polícia Judiciária às instalações da Câmara Municipal. Eu se bem entendi a sua questão e refere que é necessário outra transparência e outro respeito pelos povoenses. Bom, eu não sei se a senhora deputada tem a expectativa que a Câmara Municipal fizesse algum tipo de sessão de esclarecimento, algum comunicado ao público sobre aquilo que é a visita de uma polícia de investigação que tem o dever de neste município, em qualquer outro município, em qualquer instituição, solicitar informação que é pertinente para determinada matéria que possa estar a investigar. Essa não é a minha

leitura, nem nunca foi, aquilo que lhe posso dizer para a sossegar é que a matéria que justificou a visita da Polícia Judiciária à Câmara Municipal, não visa em absolutamente nada atividade da Câmara Municipal. Visa informação que a Polícia Judiciária necessita para outro, portanto, para um processo de investigação que visa outra entidade se lhe quisermos assim chamar. Eu não vou entrar em mais pormenores do que isto, até porque estamos a falar, naturalmente, de processos que estão sob segredo de justiça, portanto, não é a Câmara Municipal que é visada relativamente à visita, que eu sei que foi muito empolada na praça pública, disseram até que foram 13 inspetores, também não é verdade, foram muito menos do que isso. Não, mas disseram, não digo que foi neste órgão, noutros órgãos até, na Câmara Municipal falou-se sobre isso, é um erro, não foram foi esclarecido também na Câmara Municipal que não foram 13, essa visita teve a intenção de solicitar à Câmara Municipal documentos que constam dos serviços da Câmara Municipal que dizem respeito a outro procedimento que tem a ver com outra entidade e que nada tem a ver com a Câmara Municipal. Já agora é um processo relativamente recorrente, não só neste município, como noutros municípios e noutras entidades públicas, a Polícia Judiciária faz o seu trabalho. Nós quando ouvimos falar em Polícia Judiciária, ou alguns de nós, quando ouvem falar em Polícia Judiciária, ficam com os alertas todos muito despertados, não é? A Polícia Judiciária faz o seu trabalho por indicação do Ministério Público, portanto, o Ministério Público entende que algo deve ser investigado, solicita a Polícia Judiciária e a Polícia Judiciária bate à porta de quem tiver de bater para solicitar informação. Foi isso que aconteceu, não foi mais do que isso e repito, não é a Câmara Municipal que é visada nesse processo, em concreto, para seu sossego.

Deputado Rui Rebelo, em primeiro lugar, naturalmente, agradecer o registo de maior energia e maior dinamismo neste início de mandato e eu não denoto que haja um maior dinamismo, ou maior energia, tenho dinamismo e energia de sempre. Aceito que o senhor deputado, a partir da função que exerce neste mandato, o detete com essa proximidade e com o facto de acompanhar os assuntos mais de perto, acho perfeitamente normal e de todo em todo censurável, acho que é um registo digno e que valorize da sua parte. De facto, tivemos várias iniciativas que eu não vou elencar de novo, mas que são relevantes nesta altura do ano e que nós valorizamos muito, também, mas eu queria esclarecer alguns aspetos. Em primeiro lugar, o cumprimento do PRR e os efeitos que pode ter o incumprimento de determinado prazo, sabemos todos, ou temos o dever de saber, que há determinados procedimentos que asseguram 100% de financiamento do PRR e há determinados prazos que alteram essa percentagem de financiamento, a quando da candidatura do momento inicial de apresentação de candidatura da estratégia local de habitação, tanto este município como qualquer município tinha conhecimento dessa matéria, aquilo que era importante decidir nesse momento, era se nós estávamos na disposição, entre aspas, de correr esse risco, sabendo à data que era imprevisível, se o prazo seria dilatado se não seria dilatado, se a negociação do Governo português teria ou não algum resultado em termos de facilitação de prazos para cumprimento, por exemplo,

deste tipo de candidaturas, mas aquilo que eu entendi fazer e que o meu executivo entendeu fazer nesse momento, que nós não podíamos deixar de dar esse passo, apesar do eventual risco, olhe, desde logo daquilo que é um processo de contratação pública que pode ser mais ou menos moroso, mediante, por exemplo, o facto de serem apresentadas ou não reclamações e, portanto, e esse risco existe sempre, não agir por receio do risco, não é um traço deste executivo, o que não significa que não sejamos cautelosos nas decisões que tomamos. Eu acho é que não devemos correr o risco de penalizar o concelho em largas dezenas de fogos habitacionais que serão disponibilizados à população por termos receio, a determinado momento, de não cumprir um prazo que assegura determinado financiamento. Naturalmente, à medida que os prazos forem decorrendo, nós também temos mantido um diálogo com o empreiteiro que está a executar esta empreitada, temos tido o cuidado de tentar assegurar que, pelo menos uma parte dos fogos fique 100% finalizada para que esses fogos em concreto tenham 100% de financiamento. Se toda a obra decorrer ao mesmo ritmo, corremos o risco de chegar ao fim do prazo com, vou dar um exemplo, trinta e oito fogos com 75% de execução e como nenhum tinha 100% de execução, perdíamos em todos os 100% de financiamento, portanto, vamos priorizar um determinado número de fogos, já o fizemos para que, pelo menos, esses tenham 100% de financiamento. Os demais terão que ter uma solução orçamental que não cabe só ao município, é um debate que também tem sido público e nacional, cabe ao município, cabe ao Governo, nomeadamente no mecanismo que tem sido também ventilado, que é o acesso ao financiamento do BEI que compensará, esperamos nós os municípios que não tenham possibilidade de concretizar este projeto dentro do apertadíssimo prazo do PRR que todos conhecemos. Relativamente aos procedimentos e aos riscos que corremos sobre os projetos do Norte 2030, eu confesso que não percebi a sua pergunta, ainda assim, aquilo que eu posso esclarecer, mas se me puder depois, aprofundar um pouco melhor, a razão de ser da questão que colocou, aquilo que nós temos desenvolvido em termos de trabalho, em termos de procedimentos administrativos, em termos de decisões, nomeadamente na Câmara Municipal, é sempre com base na informação que nós recebemos dos serviços. Se existir aqui ou ali e já aconteceu, de facto, se existir aqui ou ali algum procedimento em que tenhamos alguma dúvida que nos seja suscitada em reunião de câmara, e aqui uma referência ao vereador José Manuel que, de facto, até pela experiência profissional dele em alguns momentos, nos ajudou a fazer essa análise e alertou para um ou outro procedimento que pudesse não estar totalmente correto do ponto de vista técnico, nem sequer é uma análise política, do ponto de vista técnico, o suscitar dessa dúvida suscita também a necessidade de aprofundarmos essa reflexão junto dos serviços e de corrigirmos o que for necessário quando for necessário, já aconteceu, de facto, portanto, olha até é um bom exemplo, da forma como nós temos mantido o diálogo nas reuniões de câmara, o que eu acho que seria difícil de conseguir se a insinuação seguinte a que eu vou responder, tivesse alguma veracidade, ou tivesse algum paralelo com aquilo que de facto, tem acontecido, portanto,

do ponto de vista dos riscos, eu penso que o grau de risco há de ser diminuto, eu quero acreditar que seja nulo, se em algum momento, nós encontrarmos algo que mereça ser retificado, pois, com certeza, cá estaremos para retificar, se for preciso, como já aconteceu, anular alguma deliberação para levar nova deliberação, a reunião de câmara pois, é um procedimento que não sendo desejável é possível e teremos que levar a cabo. A sua referência sobre o maior período de prosperidade na história que eu aquando da tomada de posse, manifestei como um dos objetivos deste mandato, mantém-se absolutamente intacto. Portanto, eu tenho a convicção total e profunda que nós vamos ter nestes quatro anos, o período de maior investimento da história da Póvoa de Lanhoso. Estamos a falar de cerca de treze milhões e meio no Portugal 2030, estamos a falar de cerca de onze milhões e meio no PRR, portanto, estamos a falar do maior volume de aprovação de candidaturas da história do nosso concelho que está, olhe, a Loja de Cidadão tem contrato assinado há talvez uma semana, uma semana e meia, e vai iniciar, esse processo vai ser iniciado muito brevemente, o outro exemplo que referiu, e aqui, passando à outra questão que apresentou, que eu acho que é um péssimo argumento. Eu vou-lhe explicar porquê, porque quando refere e não tem financiamento, PRR tem financiamento do ICNF, se quiser corrigir, não que seja relevante, mas o financiamento é do ICNF e não do PRR.

Sobre o centro de recolha oficial de animais, aquilo que aconteceu efetivamente foi que nós trouxemos esta a reunião de câmara, a possibilidade da aprovação de um ponto específico que nos permitia relocar este equipamento, portanto, num espaço diferente daquele onde está neste momento a ser construído e esta Assembleia Municipal chumbou essa possibilidade, isso aconteceu no mandato anterior, imagino que tenha essa informação, mas se não tiver informação, eu estou a presta-la agora, portanto, o facto de a Assembleia Municipal ter chumbado a possibilidade de nós podermos construir este equipamento com financiamento do ICNF, coisa que nunca tinha sido conseguida, fez com que, naturalmente, o processo tivesse que sofrer algum atraso, e sofreu algum atraso. E esse atraso foi debatido com o ICNF, foi explicada a situação ao ICNF que nos autorizou a prolongar o prazo de cumprimento, digamos assim, desta candidatura e, portanto, eu posso-lhe assegurar que, neste momento, estamos dentro daquilo que está estabelecido com o ICNF para que esta candidatura possa ser concretizada, mas, como lhe digo, é um exemplo infeliz, porque essa marca que ficou do mandato anterior de um bloqueio que, felizmente, hoje já não existe, mas um bloqueio que, nesse momento, aconteceu relativamente a uma vontade do executivo que foi trazida à Assembleia Municipal e que a Assembleia Municipal impediu que pudesse acontecer, resultou, de facto, num atraso, mas esse atraso não pode ser imputado a este executivo nem ao executivo anterior, pode ser imputado nos termos que eu acabei agora aqui de esclarecer à Assembleia Municipal que legitimamente, porque a Assembleia reúne e delibera, portanto, a Assembleia Municipal reuniu, deliberou e deliberou no sentido de chumbar a proposta do executivo, o que provocou um atraso que depois foi corrigido, como já expliquei, portanto, não serve,

senhor deputado, de referência, neste mandato, temos uma maioria na Câmara Municipal idêntica à maioria do mandato anterior, temos uma maioria nesta Assembleia Municipal diferente e, suponho eu, mais sensível às necessidades do executivo que está em funções, e eu não espero ter esse tipo de dificuldades, poderemos ter outras, não espero este tipo de dificuldades neste mandato.

Mas podemos ter outras, poderemos ter, por exemplo, concursos ainda não aconteceu, mas concursos que fiquem desertos, como já tem acontecido em muitos municípios por esse país abaixo, nomeadamente no tema da estratégia local de habitação, nós pretendemos lançar brevemente o concurso de Monsul, sabendo desde já que será impossível que tínhamos um prazo de execução que nos permita receber 100% de financiamento, mas ainda assim é um passo que nós queremos dar, tememos, não sei se o termo é muito feliz, mas é um bocadinho aquilo que sentimos, tememos que um concurso dessa natureza possa ficar deserto, porque têm sido muitos os concursos que versam este tipo de necessidade que ficam desertos pelo país abaixo. Tivemos a felicidade do concurso do Bobeiro, ter um concorrente, um único concorrente, que cumpriu as normas do concurso e, portanto, está a executar aquela empreitada. Não me parece que tenhamos o mesmo tipo de constrangimentos, espero que não tenhamos outros constrangimentos do ponto de vista mais administrativo até, e de comportamento do mercado, porque nós precisamos que o mercado mostre interesse pelos concursos que vamos lançar, mas este exemplo em concreto do CROA não é, de facto, um bom exemplo, uma nota de rodapé. Nós prevemos que estejamos em condições de inaugurar esse equipamento durante o mês de abril, se tudo correr conforme está previsto. O mês de Abril será o mês de inauguração do novo centro de recolha oficial de animais.

Uma última nota, esta sim, justifica o meu pedido, senhor Presidente, para que pudesse intervir neste momento desta reunião da Assembleia Municipal. Eu sou membro da Assembleia Municipal há quatro mandatos e relacionei-me durante quatro mandatos com vários intervenientes, numa função diferente nos primeiros dois mandatos, nestes dois, no terceiro e quarto mandato na função de Presidente de Câmara Municipal, e aquilo que eu me habituei ao longo do tempo, foi a criar um ambiente e um clima de cooperação na Câmara Municipal, independentemente dos intervenientes que em cada mandato pudessem ter essa obrigação. Se por um lado, o Presidente da Câmara Municipal tem, na minha opinião, o dever de construir e ajudar a criar as condições para que as reuniões de câmara possam proceder, as reuniões de câmara e não só, mas possam proceder de forma fluída, e o senhor deputado deu um exemplo daquilo que é precisamente uma decisão deste Presidente de Câmara Municipal que, por sua sugestão à Mesa da Assembleia Municipal no mandato anterior, permitiu que fosse dada outra dignidade aos vereadores, coisa que não existia até 2021. E eu quero aqui recordar que, entre 2013 e 2021, um período de oito anos em que eu fui vereador, em todas as Assembleias Municipais, os vereadores da oposição estavam remetidos a um canto numa mesa distante do executivo municipal e sem terem sequer acesso a sistema de som, era a única mesa nas assembleias

municipais, há imagens sobre isso, certamente, em que os membros dessa mesa não tinham sequer sistema de som, o que denotava claramente uma intenção que era a intenção de não permitir sequer que pudessem usar da palavra. Eu já disse desde 2021 que, quando os senhores vereadores quiserem usar da palavra, já o disse no mandato anterior e reitero neste mandato, quando os senhores vereadores quiserem usar da palavra, eu serei o primeiro a dar essa autorização, não aconteceu no mandato anterior, ainda não aconteceu neste mandato, poderá acontecer, sabem de antemão, que estarão autorizados a poder usar da palavra nesta Assembleia Municipal para percebermos até em cada momento, a pertinência dessa intervenção e a intenção subjacente a essa intervenção.

Agora dito isto, devo dizer outra coisa também, eu habituei-me ao longo dos anos a relacionar-me de forma elegante, de forma adequada e de forma respeitosa com os membros da Câmara Municipal. Se essa elegância, se esse respeito, e se esse comportamento adequado, no meu entendimento, em determinados momentos, não se verificar, o que já tem acontecido, eu reservo-me o direito de me relacionar com os eleitos nos termos que eu entender, uma coisa é o respeito institucional, outra coisa é a forma como eu decido relacionar-me com os eleitos da Câmara Municipal ou da Assembleia Municipal, por exemplo, portanto, o respeito institucional na minha opinião devia ser algo indiscutível, devia estar sempre presente, e esteve sempre presente ao longo de todos os anos que eu descrevi, aliás, eu desenvolvi uma relação com muitos dos eleitos em cada um desses mandatos na Câmara Municipal que mantenho até hoje, uma relação de respeito, por respeito institucional nesses mandatos e respeito pessoal no pós mandato, digamos assim, portanto, senhor deputado, no que diz respeito à forma como me entendo relacionar com cada eleito, concordará que será uma coisa que me diz respeito, no que diz respeito à informação que é prestada e que é solicitada pelos vereadores na Câmara Municipal, o procedimento a partir de determinado momento, passou a ser muito simples. Os senhores vereadores colocam as questões que muito bem entenderem e a resposta é enviada pelo meu chefe de gabinete, posteriormente, a cada reunião de Câmara Municipal. À data de hoje, foram colocadas cinquenta questões e foram enviadas de trinta e quatro respostas, 68% de resposta relativamente às questões que foram colocadas, este é o procedimento que eu entendo que deve ser adotado, até que eu entenda também que estejam reunidas as condições para que as reuniões de câmara possam decorrer dentro do registo de urbanidade que eu entendo que é exigível, até chegar esse momento esse será o procedimento e nada na lei diz, não há nenhum regimento, nem nenhum regulamento que diga que na reunião de câmara deve ser colocada uma questão e que deve ser respondida de imediato. Pode não ser, não tem de não ser, mas pode não ser enviada ou apresentada a resposta, até assim como numa assembleia municipal, pode ser colocada uma questão que, por alguma razão, não seja possível responder e é respondida posteriormente, portanto, o procedimento será este, enquanto eu entender que não estão reunidas as condições mínimas de urbanidade nas reuniões de Câmara Municipal, no

momento em que o entender que passam a estar reunidas as condições, e digo-lhe já agora que não tenho nenhum gosto especial nisso, não tenho nenhum gosto especial nisso, eu relacionei-me, como digo, no mandato anterior relacionei-me com os vereadores da oposição, a Dra. Olga Duque, a Dra. Alice Sousa e o Alexandre Peixoto, e asseguro-lhe que tivemos a melhor das relações, a melhor das cooperações, o que não significa que não cumprissem bem o seu trabalho. O dever de escrutínio é indiscutível, o dever de informação é indiscutível, sobre isso, não tenha dúvida nenhuma. Agora a forma como o escrutínio é feito e a forma como a informação é prestada, isso é que depois pode ser colocada à consideração de cada um e admito que cada um pudesse processar as coisas da forma como muito bem entender, mas aquilo que lhe queria dizer sobre esta matéria, é exatamente isto, portanto, peço-lhe que registe e convido-o para vir a uma reunião de câmara, se tiver essa oportunidade, convido todos para vir assistir a uma reunião de câmara para perceberem em que termos é que a reunião decorre e por que razão que nós entendemos que as coisas devem, pelo menos nesta fase do mandato, serem desenvolvidas desta forma. Muito obrigado.”

Depois, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, questionou o Sr. Presidente da Câmara se autorizava a Vereadora da oposição, Fátima Alves, a usar da palavra, informou que o Sr. Presidente da Câmara autorizava a intervenção da Sra. Vereadora, pelo que concedeu a palavra à mesma.

Interveio a Vereadora da oposição, Fátima Alves, cumprimentou todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Já tinha saudades de voltar aqui, hoje chegou o dia de prestar aqui alguns esclarecimentos. Uma nota muito breve relativamente ao centro de recolha oficial de animais dizer que, senhor Presidente, o que estava a ser dito e o senhor deputado por uma questão de limitação de tempo, se calhar vai ter aqui alguma dificuldade depois de dar esta explanação, é que o senhor Presidente, quando fez a contratação desta obra, recorda-se que veio para os jornais dizer que garantia seis meses de execução e que ela iria ser inaugurada em setembro de 2025, portanto, é uma informação que todos nós podemos aceder documentalmente e que está devidamente consagrada e, portanto, já passou setembro até esta data e a obra efetivamente ainda não foi inaugurada e, tal como estou aqui, e volto-lhe a questionar como lhe questionei em reunião de câmara, é se efetivamente este atraso se deve ou não a trabalhos complementares?

Relativamente à urbanidade que o senhor Presidente de Câmara apregoa é uma pena, ter convidado para estarem presentes, porque se o senhor Presidente tivesse aceite a transmissão online, as pessoas nem precisavam de se deslocar, todas elas poderiam ver de que moldes é que decorrem e com que urbanidade ou com que prepotência é que as reuniões de câmara decorrem, portanto, isto é visível, se alguém tiver dúvidas, também pode pedido o registo de gravação de sessão e tirar algumas das suas conclusões,

portanto, o repto que lhe deixo senhor Presidente é que estamos a aguardar pela documentação que temos vindo a solicitar ao longo das várias reuniões de câmara e ter respondido evasivamente, a quando? Trinta e quatro pedidos, há documentos essenciais que há anos, e digo há anos, nomeadamente quanto à expropriação da via circular, ainda continuam por dar, é mesmo de questionar, porquê? Porquê esse documento, o que é que ele guarda, o que é que ele esconde? Para estar anos sem poder ser facultado, este é um dos exemplos.

Portanto, gostaria muito de vos ver nas reuniões de câmara públicas e, portanto, senhor Presidente se quiser discutir de urbanidade, podemos convocar e fazer então uma reunião alargada com transmissão até inclusivamente, com recurso à rádio União que tem transmitido vários dos eventos da Câmara Municipal e que temos convidado recorrentemente para poder estar presente nas reuniões de câmara. Por agora é tudo, obrigada.”

Seguidamente, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, concedeu a palavra ao Presidente da Câmara, para resposta.

Interveio o Presidente da Câmara, Frederico Castro, cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Bom, como primeira nota, queria deixar aqui o registo que nós acabámos de assistir a um momento histórico. Acabámos de assistir a um momento histórico, porque, pela primeira vez nos últimos, se calhar, na história da Póvoa de Lanhoso, um Presidente da Câmara Municipal autorizou um vereador da Câmara Municipal a usar da palavra na Assembleia Municipal. Portanto, em primeiro lugar, este registo histórico, senhor Presidente, que merece um realce em letras garrafais na ata que será elaborada sobre esta Assembleia Municipal.

Em segundo lugar, um duplo registo de incoerência histórica, também, primeiro registo de incoerência histórica, quando a senhora vereadora era membro da Assembleia Municipal, as assembleias municipais entendiam e os executivos municipais entendiam, note-se maiorias, tanto num órgão como noutro do PSD, que os vereadores não tinham que intervir nas assembleias municipais, que não tinham de intervir nas assembleias municipais, portanto, os executivos municipais, à data, recusaram sempre que um vereador da Assembleia Municipal da oposição falasse.

Em primeiro lugar, o registo de incoerência histórica, quem entendia que os vereadores não deviam usar da palavra na Assembleia Municipal agora pede para poder usar da palavra na Assembleia Municipal. É mais um registo interessante. O segundo registo de incoerência histórica é que quem solicita hoje que as reuniões de câmara tenham transmissão online, são as mesmas pessoas que chumbaram há dois mandatos atrás, e o deputado Rui Rebelo era na altura membro da Assembleia Municipal eleito por um movimento independente, apresentou essa proposta na Câmara Municipal e a deputada

à data do PSD que é hoje vereadora da força política que vossa excelência hoje defende, chumbou essa proposta há dois mandatos atrás e, portanto, há dois mandatos atrás as Assembleias Municipais não deviam ser transmitidas, no presente mandato até as reuniões de câmara deviam ser transmitidas, vejam bem, portanto, é uma evolução, é uma evolução exponencial.

Eu vou só responder só a título de exemplo e serve até para demonstrar que, de facto, pelo facto de serem colocadas cinquenta perguntas, não significa que tenham de existir cinquenta respostas, até porque nem tudo aquilo que é questionado é suscetível de ser respondido e pegou logo, num bom exemplo, as expropriações dos terrenos onde se prevê que possa passar a via circular, as expropriações dos terrenos onde se prevê que possa passar a via circular, contém informação que, como todos sabemos hoje, à luz da proteção de dados, é uma informação confidencial e que não pode ser prestada.

Se o senhor deputado, depois quiser vir aqui esclarecer o seu riso, eu ficarei muito contente de o ouvir, é que é mais especialista em apartes do que em intervenções, portanto, reparem bem, a lei da Proteção de dados prevê especificamente que um organismo público, não pode prestar uma informação sobre nome, morada e esse tipo de informação, portanto, se querem que nós não cumpramos a lei, então provavelmente devíamos dar esse passo. Nós temos este problema de querer cumprir a lei que é um problema para algumas pessoas, portanto, estamos a falar isso sim, estamos a falar, isso sim, de uma forma de fazer oposição com este tipo de reparos constantes, como já repararam.

Portanto, o nosso desejo e a nossa vontade é que nos possamos relacionar com respeito, com urbanidade, não é concordarmos sempre uns com os outros, mas com respeito e urbanidade e sentido de comportamento relativamente às funções que nos estão atribuídas, e é isso que eu estou habituado e foi isso que eu sempre fiz durante oito anos na Assembleia Municipal, durante oito anos, como vereador da oposição e agora durante quatro anos e meio como Presidente de Câmara e assim que eu vou continuar a comportar-me, porque o comportamento alheio não muda o meu comportamento, nem altera a forma como eu entendo que devo cumprir o meu mandato. Eu cumprirei o meu mandato com a lealdade que está subjacente ao juramento que fiz no dia em que assinei posse no início deste mandato. Muito obrigado.”

Depois, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, concedeu a palavra ao deputado do GP do PS, Joaquim Fernandes.

Interveio o deputado Joaquim Fernandes, cumprimentou todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Antes do assunto que me traz aqui, senhor Presidente, propriamente dito, apenas uma nota de saudação sobre o voto que a mesa propôs e que votamos e o Partido Socialista, a bancada do Partido Socialista acompanha sem qualquer tipo de reservas a iniciativa da

Mesa em ceder o valor das senhas à Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Leiria. Depois faremos chegar essa informação obviamente, mas é de louvar.

Há um escritor russo, por acaso, não é propriamente um país, enfim, que seja de se citar nos dias de hoje, mas que nos diz que toda a gente quer mudar o mundo, mas muito poucos pensam em mudar o seu próprio comportamento e é sobre comportamentos que falamos, acabamos de falar aqui, tivemos este tempo todo e o senhor Presidente da Câmara tem este dão de depois de se antecipar aos assuntos e de nos esvaziar quase os assuntos, portanto, mas o Partido Socialista começou com um comportamento diferente logo no momento da eleição da mesa aquando das eleições autárquicas. Logo aí, tivemos um comportamento diferente e dissemos ao que vínhamos, o que é que fez a oposição? Chutou para canto, e hoje continuamos exatamente, ou melhor, continuam exatamente na mesma senda que tiveram aquando das eleições, aquando da proposta que fizemos para a constituição da mesa. Precisamos com serenidade, mas também com firmeza, e racionalidade abordar as sucessivas acusações de falta de transparência, ausência de respostas e bloqueio de informação que o PSD tem dirigido ao executivo e, por arrasto, a esta Assembleia Municipal. Eu digo a esta Assembleia Municipal, porque as explicações são prestadas aqui, muitas das respostas das perguntas das questões que dizem que não têm resposta, são aqui respondidas, portanto, das duas, uma, ou estão aqui e não ouvem ou não estão aqui, não há outra explicação.

Estas acusações são graves, pretendem atingir a credibilidade do executivo e da própria Assembleia Municipal, colocam sob suspeita o trabalho do serviços e deixam aos povoenses a ideia de que aqui se governa às escuras. Isso não é verdade e já vamos ver porquê. E eu aqui sobre esta questão do trabalho dos serviços também deixo outra nota de rodapé. Aquilo que nós vemos nas redes sociais sobre processos mal instruídos, sobre falta de documentos das duas, uma. Eu não quero acreditar que seja o executivo em tirar cópias, a fazer cópias para fornecer à oposição, se as cópias não vêm, significa que os serviços são incompetentes. Eu não acredito que os nossos serviços sejam incompetentes, mas fica este registo da incompetência dos serviços na boca do PSD, também, não há outra explicação.

Sobre a chamada falta de transparência, a transparência mede-se em factos concretos, sessões públicas, ordem de trabalhos conhecida, votação à vista de todos, atas aprovadas, documentos acessíveis, o executivo e a Assembleia reúnem periodicamente com calendário conhecido, com sessões abertas ao público e com registo das intervenções e das decisões. As posições de cada um ficam registadas e nenhuma posição é oculta dos documentos, são públicos, podem ser consultados.

Sobre a ideia de ausência de respostas, em todas as assembleias e não só, o executivo responde às perguntas colocadas pelo PSD, há respostas imediata sobre muitos assuntos e há respostas que exigem consulta de serviços, dados técnicos, pareceres, nestes casos, a informação é complementada por escrito ou em reuniões seguintes e isso tem acontecido, confundir o facto de não se receber no minuto, esse é o objetivo do PSD, a

resposta desejada, com silêncio ou falta de respostas é, no mínimo, injusto para quem trabalha. E eu recordo aqui apenas um pequeno exemplo, numa das últimas assembleias municipais foi pedida uma escritura, a escritura foi fornecida ao PSD na mesma assembleia. Se isto é, não responder ou não mostrar documentos, quem está em casa que pense.

Sobre o alegado bloqueio de informação, há quem afirme que o bloqueio de informação tem o dever de o concretizar, que pedido foi feito, quando foi feito, porque via, que documento específico está em falta e que prazo legal foi violado? O que temos visto, porém, são acusações genéricas, repetidas em comunicados, e nas redes sociais, sem essa concretização, e ao mesmo tempo, vemos o PSD a detalhar dossiers, citar processos, contratos, obras e relatórios. Quem escreve com tanto detalhe, não está às escuras, está bem informado. Há aqui uma contradição evidente que precisa ser sublinhada. Por um lado, o PSD diz aos povoenses que não tem acesso à informação. Por outro lado, produzem comunicados, notas e publicações em que descrevem minuciosamente decisões municipais, processos em curso e investimentos, e identificam problemas, só não apresentam soluções, ou seja, a informação existe, circula é usada e, ainda bem, pela oposição no exercício do seu direito de crítica.

O que existe não é falta de informação, é a discordância política sobre o rumo, sobre o tempo e sobre as opções, e isso é inaceitável. Os povoenses escolheram o Partido Socialista para governar e o PSD para ser oposição, e é nessa condição que os senhores vereadores e os senhores deputados se devem colocar. Importa dizer, com toda a clareza que a crítica faz falta, a oposição, tem não só o direito, mas o dever de fiscalizar, de duvidar, de questionar, de denunciar o que considera errado, isso fortalece a democracia e melhora a governação, mas uma coisa é criticar opções, ritmos, prioridades, outra muito diferente é transformar essa crítica numa narrativa permanente de suspeição sobre a integridade das instituições das pessoas, insinuando que se esconde, se manipula ou se bloqueia informação. A democracia faz-se com um debate exigente, não com desconfiança permanente. Podemos e devemos discordar das escolhas políticas, nos investimentos, nas prioridades, o que não podemos é alimentar a ideia de que tudo é opaco, tudo é suspeito, tudo é bloqueado, isso só afasta as pessoas da participação e enfraquece o respeito pelas instituições que todos dizemos defender. Da nossa parte, continuaremos disponíveis para o diálogo, para a prestação de contas e para o escrutínio, mas exigimos que o debate seja feito com factos, com rigor e com sentido de responsabilidade para com a Póvoa de Lanhoso e para com os povoenses.

E agora senhores deputados permitam-me uma nota muito pessoal, nós passamos, quando devíamos estar a discutir e a pensar a Póvoa de Lanhoso e aquilo que interessa para a Póvoa de Lanhoso, nós estamos aqui a discutir como os miúdos na escola, discutir-se mais folhas e menos folhas, se tenho acesso a mais folhas ou se tenho acesso a menos folhas. Parecemos os miúdos na escola, que quando a bola não é minha, pego nela e vou embora, pensemos nisso.”

Seguidamente, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, concedeu a palavra ao deputado do GP do PSD, Rui Rebelo, para pedido de esclarecimentos.

Interveio o deputado Rui Rebelo, cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Relativamente a esta questão que agora foi trazida pelo líder parlamentar do Partido Socialista, eu gostaria de lhe dizer que o senhor é que me parece estar com atenção no desempenho do cargo e raia a demagogia aquilo que o senhor falou. Porque em nenhum momento, o PSD pela minha voz trouxe aqui situações da Assembleia Municipal e senhor Presidente da Câmara, tem feito um esforço que eu louvo, de explicação, de esclarecimento. O senhor está distraído ou não quer ser sério, nós falamos daquilo que nos é reportado das reuniões da Câmara Municipal e não estamos a falar apenas de documentação, estamos a falar, sobretudo de processos estruturantes, de obras estruturantes para o concelho, cuja informação não é prestada e, senhor Presidente, nesta parte de que a informação é dada à posterior por email, eu discordo, porque o debate, o diálogo no executivo da Câmara Municipal é essencial não apenas com os vereadores que têm pelouro, mas também com os vereadores da oposição, é assim que se aprofunda a democracia, e peço-lhe que tenha isto em atenção, porque sei que o senhor está comprometido definitivamente em que se aprofunde a democracia no nosso concelho, no nosso município e temos muito para avançar.

Relativamente a uma questão que aqui foi trazida pelo CDS-PP, que é a questão da temática da elevação da vila da Póvoa de Lanhoso a cidade, e eu gostaria de corrigir que é a vila e não o concelho, há muitos povoenses, alguns até meus clientes que estão confundidos, pensam que é o concelho, é a Vila, e no facto, não é o concelho, uma tese de doutoramento há trinta anos, senhor Presidente da Câmara, na área do direito, afirmavam o seguinte, o que é original pode ser bom, mas o que é bom não pode fingir ser original, e esta temática não é de todo original, não foi o senhor a pensar neste assunto pela primeira vez e muito menos foram os deputados do Partido Socialista no distrito de Braga, a pensar neste assunto pela primeira vez. Se fosse original, nós pedíamos aqui pensar que esta ideia podia ser boa, podia ser uma ideia de facto, adequada, uma ideia útil, vantajosa e, de facto, adaptada à realidade que vivemos na Póvoa de Lanhoso, mas não é. Em 2005 e em 1993, dois Presidentes de câmaras com intenções de incumbência, trouxeram esta ideia aos povoenses e a ideia não foi bem acolhida pelos povoenses, tanto assim que perderam as eleições e, de facto, é isto que temos que ver, não é original e pode não ser uma boa ideia, não quer dizer que não venha a ser uma boa ideia quando tivermos o tal período de prosperidade, não é de investimento, é de prosperidade, que não são sinónimos, no nosso concelho, e temos essa expectativa que o senhor o consiga, porque é muito bom para nós e para os nossos descendentes, mas o que era original e certamente seria bom, era de facto, darmos um passo primeiro e consolidar o estatuto e a totalidade

da Póvoa de Lanhoso como Vila Histórica, isso sim, isso é que era muito importante, e isso não implicava que o senhor recuasse na sua ideia, que o senhor abandonasse a sua ideia. Era um primeiro passo e temos tudo aí sim, temos requisitos e critérios todos preenchidos para sermos vila histórica, até porque além de sede de concelho, temos carta de Foral, duas cartas de Foral de Dom Dinis e Dom Manuel I e temos uma feira franca de permanência e caráter comunitário desde o século dezoito e uma feira semanal de permanência e caráter económico desde o século dezanove, por isso, seria uma boa ideia para o senhor Presidente acolher.

Mas nós temos aqui uma questão que eu gostaria de pedir esclarecimento, que é muito simples, o senhor falou e bem que esta temática já foi colocada, o projeto de Lei dos representantes do Partido Socialista já foi colocada à décima terceira Comissão, que tem esse nome pomposo, de Comissão de Reforma do Estado e do Poder Local. Não sei o que é que eles vão reformar, mas, pelo menos já apreciaram esta questão e já emitiram parecer. O Senhor Presidente disse que esta questão deveria vir à Assembleia Municipal e tem que vir, porque é obrigatório de lei até finais de 2025, nós estamos em fevereiro de 2026 e ainda não veio a este órgão que é o órgão máximo deliberativo do município. A Assembleia de Freguesia Nossa Senhora do Amparo, em seis de janeiro, já apreciou a questão, formulou parecer que é negativo. A Câmara Municipal em nove de fevereiro apreciou a questão formulou parecer, neste caso, foi positivo, e nós, o órgão máximo deliberativo, senhor Presidente, não vai ser ouvido? Aqui os deputados municipais, em representação indireta dos povoenses que têm que se pronunciar.

Os senhores Presidentes de juntas que não estão aqui a representar partidos, é bom que tenham essa cultura política, está a representar as suas populações, têm que se pronunciar sobre esta questão, senhor Presidente e, portanto, pergunto se ainda vamos a tempo dado que está iminente a ida à conferência de líderes da Assembleia da República desta temática para agendamento ao plenário para ser votado. Eu pergunto se ainda vamos a tempo do órgão máximo deliberativo do município se pronunciar sobre esta temática.”

Depois, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, usou da palavra para prestar um esclarecimento referente à pronúncia da Assembleia Municipal da Póvoa de Lanhoso sobre a elevação da vila a cidade, referindo que a Mesa da Assembleia considerou que este assunto era de elevada importância, pelo que seria agendada uma sessão extraordinária em março para debaterem apenas esse assunto.

E concedeu a palavra ao Presidente da Câmara, para resposta.

Interveio o Presidente da Câmara, Frederico Castro, cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Só para esclarecer relativamente à originalidade ou não originalidade do tema, é a menor das minhas preocupações. A minha preocupação é se faz sentido hoje à luz daquilo que

nós conhecemos hoje, e da realidade que temos hoje se faz ou não sentido a elevação da Póvoa de Lanhoso a cidade, essa é a discussão que eu estou disposto a fazer, embora também há o tal erro que eu referi há bocadinho e corriji a senhora deputada, que nada tem a ver com a iniciativa da Câmara Municipal ou do executivo municipal, se perguntar ao Presidente da Câmara Municipal se é defensor da elevação a cidade, é. Se perguntar ao Presidente da Câmara Municipal, se no período eleitoral falou disto publicamente, várias vezes, falou sempre e, portanto, eu referi-me sempre ao objetivo da elevação da Póvoa de Lanhoso a cidade, sendo certo que não confundamos as responsabilidades de cada órgão, cada órgão municipal e dos órgãos legislativos, portanto, é uma iniciativa da Assembleia da República e aqui esclarecer ou reforçar o esclarecimento do senhor Presidente da Assembleia Municipal, a Comissão de Reforma do Estado e do Poder Local solicitou parecer a quatro entidades. Essas quatro entidades podem ou não aguardar a pronúncia de outras ou de cada uma dessas entidades. Eu não sei se a Associação Nacional de Municípios aguardou a pronúncia da ANAFRE, ou vice-versa. Eu não sei se seria obrigatório, não estou a responsabilizar ninguém a responsabilidade quando muito é de todos nós, mas acho que é coerente e aí tem uma leitura coerente que o assunto seja discutido em reunião de câmara e seja discutido posteriormente numa reunião da Assembleia Municipal. Não é obrigatório.

Agora é importante esclarecer também e eu sou testemunha disso, que a vontade do senhor Presidente da Assembleia Municipal já de algum tempo a esta parte, que esta temática tenha uma discussão numa assembleia municipal agendada especificamente para esse fim para lhe dar a importância e dignidade que deve ter. E, portanto, e vai ocorrer até final do mês de março, há de ser discutido entre as várias bancadas e em conferência de líderes em decisão a ser tomada de forma colegial. Portanto, eu tenho conhecimento que essa é a vontade do senhor Presidente da Assembleia Municipal, uma coisa não impede a outra. Agora se me questiona relativamente à minha posição eu respondo-lhe e dou-lhe a minha opinião sobre esta matéria, que tem algum alinhamento do ponto de vista das decisões políticas e até de alinhamento do agendamento administrativo, não tem, de facto, não tem, não sei se tem opinião diferente, mas a minha opinião é claramente esta, até está ali uma senhora deputada da Assembleia da República que nos pode esclarecer sobre os procedimentos. Eu também já fui deputado da Assembleia da República, curiosamente, da mesma comissão e sempre foi, de facto assim, portanto, não tenho dúvida nenhuma sobre isso.

O facto de em 1993 ter sido discutido e não ter evoluído, o facto em 2005 ter sido discutido e não ter evoluído. Olhe, eu vou-lhe dar só um exemplo, um exemplo de temas que foram discutidos ao longo dos anos e que nunca evoluíram, ou um tema se quiser e, curiosamente, até já foi aqui discutido entre nós neste mandato, quando estabelecemos o objetivo de adquirir os seis hectares e meio do campo da Quinta das Agradas, todas as pessoas com quem eu falei, mas todas sem nenhuma exceção, da minha equipa, de fora da minha equipa, toda a gente me dizia Presidente esqueça isso é impossível, não vai

acontecer, é impossível, porque antes de si tentaram outros Presidentes de Câmara e nunca conseguiram, portanto, é impossível, eles são irredutíveis, não vai conseguir fazer isso, eu disse, bom, tentaram todos, mas eu não tentei, e como eu não tentei, acho que tenho o dever de fazer o meu trabalho, se o resultado for o mesmo paciência, mas pode não ser o mesmo, se eu não fizesse nada, de facto, o resultado não era nenhum e mantínhamos as coisas tal e qual como estavam. E o que é certo, é que esse processo resultou numa decisão diferente, teve um resultado diferente e, portanto, da mesma forma que diria eu com alguma determinação e com algum planeamento, e com diálogo, conseguimos alcançar objetivos que nunca foram alcançados antes, eu tenho a convicção total que nós vamos conseguir, não tem de ser unânime, qual é o tema, que nós temos trazido ao debate público, que é necessariamente, um tema importante que seja necessariamente unânime, não tem de ser unânime, o que eu gostava já agora em nota de rodapé, o que eu gostava é que este tema não fosse partidarizado, isso é que eu gostava que não fosse partidarizado e há alguns sinais de partidarização da elevação da Póvoa de Lanhoso a cidade, não tem de ser partidarizado.

Façamos uma discussão honesta, cada um, decide em função da sua consciência e analise se faz ou não sentido que um concelho como o da Póvoa de Lanhoso, que tem a história que descreveu, e muito bem, e que tem o contexto atual e que tem o planeamento de investimentos que nós conhecemos e que tem sido aqui discutido, se faz, ou não sentido ser elevado a cidade, eu aceito que não faça sentido para outras pessoas, como têm de aceitar que para mim, faz sentido ou devem aceitar que para mim possa fazer sentido. Esse debate, sim, num momento diferente, de 1993 e de 2005, com circunstâncias diferentes, e até com protagonistas diferentes. E a Póvoa de Lanhoso não é a Póvoa que era em 2005 e em 1993, eu acho que devemos é fazer uma discussão honesta, o mais honesta possível em relação a isto e respeitar as posições uns dos outros e, como é evidente, depois, respeitar aquilo que a democracia determinar sobre esta matéria, sendo certo já agora como último esclarecimento, Senhor Presidente, é que aquilo que vai ser discutido nesta Assembleia Municipal e aquilo que foi discutido na Câmara Municipal, é a aprovação da elaboração do parecer favorável, portanto, aquilo que vai ser discutido e depois pode ou não ser anexado esse parecer, não tem que ser anexado esse parecer à minuta. Nós tivemos essa dúvida na reunião de câmara, esclarecemos, chegámos à conclusão que não tinha que ser anexado o parecer, mas ainda assim fizemo-lo porque entendemos que o devíamos fazer, mas aquilo que vai ser discutido na Assembleia Municipal é a aprovação da elaboração de parecer favorável, que merecerá um voto positivo de apoio e o parecer será emitido, ou um voto desfavorável e o parecer não será emitido, é assim que funciona, eu próprio tinha dúvidas sobre isso e tratei de esclarecer e vossas excelências, esclareçam também, é essa a discussão que vamos ter e claro essa discussão pressupõe que se aprofunde o assunto e cada um diga de sua justiça. Muito obrigado.”

Seguidamente, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, deu por terminado o PAOD, verificou que não existiam pedidos de intervenção dos Presidentes de Junta, nem das Comissões e nem do público, pelo que passou de imediato ao Período da Ordem do Dia (POD). **Ponto Um: Análise da atividade do Município e sua situação financeira, conforme disposto na alínea c) do n.º 2 do artigo 4.º do Regimento da Assembleia Municipal.** E informou que seria transmitido um vídeo com a apresentação do ponto.

Apresentação do Ponto Um através de vídeo:

“O Conselho reforçou a sua estratégia de crescimento económico sustentável, apostando na inovação, organização e fortalecimento do tecido empresarial local. Destaca-se a realização do mercado autoridades nos dias 7 e 8 de janeiro com dezassete entidades participantes e mantendo a colaboração estratégica com a Associação Empresarial de Braga. Na campanha de Natal para o apoio ao comércio local participaram cento e trinta e sete estabelecimentos e foram depositados na tómbola, cerca de dez mil cupões para sorteio de três prémios, num total de mil e quinhentos euros. O gabinete de apoio à empregabilidade realizou trinta e nove atendimentos e pelo integrações, incluindo o programa viver mais, registou vinte cinco candidaturas e dezanove integrações, entre dezembro dois mil e vinte cinco Janeiro, dois mil e vinte seis. Reserva-se ainda o mercado PVL e a feira de antiguidades e velharias.

Estão em curso as várias intervenções no âmbito do projeto e-Póvoa, serão instalados os bancos inteligentes. Para março estão previstos cubos promocionais, rampas personalizadas, corredor sustentável para os Paços do Concelho, lettering alusiva à Póvoa de Lanhoso, murais alusivos ao comércio local e digitalização e placas identificativas para aderentes do Póvoa e-Market. Está já em fase final a plataforma Omnicanal do e-Póvoa que centraliza conteúdos e comunicação para o website App, mupis e outros canais, também está a concluir-se o website e a aplicação e-Póvoa, bem como o Market Place e-Póvoa. Está ainda quase concluída a instalação de trinta pontos de acesso para cobertura total 5G, dezanove dos quais com um sistema inovador de recarregamento.

Está a ser preparada a mudança do polo do CINDOR para o novo espaço na vila com oficinas práticas, laboratórios, centro de investigação e área de design joias, reforçando a valorização da filigrana. Concluíram-se formações iniciais envolvendo quarenta e três formandos que iniciaram estágio em oficinas após a componente teórica.

No período em análise que coincide praticamente com o período compreendido entre o início de 2026 e a data presente, demos continuidade a processos que já estavam em curso e que visam, em última instância, modernizar o território e melhorar a qualidade de vida das pessoas.

No âmbito do investimento nas freguesias foram concluídas várias requalificações de ruas em Ferreiros; Póvoa de Lanhoso; Taíde; Vilela; e nas uniões de freguesia, melhorando a rede viária e os acessos locais. Estão em curso novas intervenções em Covelas; Galegos, Monsul; São João de Rei; Sobradelo da Goma; Verim; Águas Santas; Campos; Fonte Arcada

e Taíde. Em breve deverão arrancar as obras como a requalificação do pavilhão da Escola Gonçalo Sampaio, o projeto centralidades-Taíde e o Balcão do Cidadão.

Destacam-se também intervenções contínuas no espaço público, manutenções de espaços verdes, escolas e trilhos, reparações em vias e sinalética e apoio a eventos municipais. A divisão de obras passou a contar com uma nova retroescavadora, reforçando a capacidade de resposta em obras de água, saneamento e pavimentações.

Quanto à via circular, encontra-se a ser realizado o estudo de ruído e o estudo de vibrações solicitados pela Comissão de Avaliação de Impacto ambiental. Quanto ao plano diretor municipal no processo da Reserva Ecológica, o município respondeu a dois pareceres da APA e aguarda posição desde vinte e quatro de novembro, estando agendada para nove de março a terceira reunião setorial da REN para avançar com a conclusão do processo. Após a aprovação da transposição, seguirá a segunda revisão do PDM para discussão pública e posterior aprovação final. Prossegue também a atualização do cadastro de água e saneamento. Foi ainda prorrogada até final de dois mil e vinte seis, a gratuidade do registo de terrenos no Bupi.

A habitação mantém-se como prioridade estratégica com obras em curso no âmbito do programa primeiro direito, construção de trinta e oito fogos no Bobeiro em Taíde e a reabilitação de dez habitações da União de Freguesias de Fonte Arcada e Oliveira. Foram realizados catorze atendimentos na área da habitação e dez no Balcão de Habitação e energia em parceria com a Deco. No programa e-Lar, apoiamos quarenta e cinco candidaturas para substituição de eletrodomésticos a gás por soluções elétricas eficientes. Está também em elaboração a Carta Municipal de Habitação com apresentação do segundo relatório. Medidas como o tarifário social, o apoio ao arrendamento e o apoio a empréstimo continuam a apoiar famílias. O cartão humanitário permitiu ainda a quinze famílias dos bombeiros voluntários beneficiar de redução do IMI.

Mantemos uma intervenção social integrada e de proximidade através do CLDS 5G Lanhoso com ações de inclusão, capacitação e trabalho em rede com escolas, IPSS's e técnicos municipais. O NLI reuniu regularmente para o acompanhamento de situações vulneráveis. O SAAS passou a funcionar em novas instalações e realizou duzentas e noventa e cinco triagens, duzentas e vinte seis atendimentos e vinte cinco visitas domiciliárias. A Eco-loja comunitária inaugurou o novo espaço, apoiou duzentas e trinta e oito pessoas e dinamizou duzentas e vinte e nove trocas, além de apoio alimentar a cento e cinquenta e dois beneficiários. Destacam-se ainda o apoio ao cuidador informal e iniciativas de combate ao isolamento social.

Reforçamos a política local de saúde com cento e catorze sessões de intervenção psicológica dirigidas a diferentes faixas etárias e com ações de promoção de saúde laboral envolvendo cento e vinte trabalhadores em diagnóstico de podologia. Iniciámos o programa, fala-me disso focado na literacia em saúde física e mental. O programa diabetes em movimento em parceria com a ULS de Braga, envolveu três participantes com dezoito sessões de exercício e ações de educação alimentar. Participamos ainda na rede

portuguesa de Municípios saudáveis em reuniões sobre as convenções de Medicina Geral e Familiar. Foram analisados trinta e cinco pedidos no âmbito do cartão Abem, garantindo acesso a medicamentos.

A área da educação registou uma atividade intensa e estruturada. A semana jovem das literacias envolveu mais de quinhentos alunos, promovendo literacias política, financeira, digital, mediática e emocional. Com uma avaliação muito positiva. Reforçou-se também a participação cívica como tomada de posse do Conselho Consultivo das crianças, iniciativas de aproximação aos órgãos autárquicos.

No apoio às famílias, assegurou-se a distribuição de cadernos de fichas, transporte escolares, leite e fruta no âmbito do regime escolar, bem como a validação de ementas e monitorização dos refeitórios. Foram analisados duzentos e noventa e um pedidos de bolsas de estudo, ensino secundário, ensino superior. Destaca-se ainda o trabalho contínuo na gestão escolar, articulação com escolas, IPSS's e a comemoração do Dia Internacional Educação.

No âmbito do PIPSE PovoARTEduca consolidaram-se projetos como teria de empatia com vinte e quatro alunos sinalizados laboratórios de expressão artística centrados na figura da Maria da Fonte, residências artísticas com duzentos e cinquenta alunos e a Arte Screen Teens com produção audiovisual e projetos criativos ligados à comunidade. Mantém-se ainda os programas como o + cidadania; Hypatiamat, UBUNTU e TABU!, iniciou-se o projeto colorADD envolvendo cerca de duzentas crianças na promoção da inclusão e sensibilização para o daltonismo.

O desporto mantém-se como eixo estratégico local no dia nove de Janeiro, corta-mato escolar reuniu quinhentos alunos do primeiro ciclo do ensino secundário e profissional no parque do Pontido, incluindo pela primeira vez, estudantes da EPAVE e participantes da educação inclusiva. A iniciativa resultou da articulação entre os agrupamentos de escolas e o município. Prossegue também o projeto walking football, para maiores de cinquenta anos com treinos semanais do pavilhão vinte cinco de abril. Assinalamos ainda o encerramento do centenário do Sport Clube Maria da Fonte e homenageamos a equipa feminina sub-14 de basquetebol, campeã distrital.

Demos continuidade ao programa NaturaLanhoso, apoiando jovens casais e famílias com vinte candidaturas entregues entre dezembro de 2025 e janeiro de 2026. O gabinete de apoio à parentalidade concluiu a ação formativa, mais família mais jovem na Escola Básica do Ave, envolvendo seis famílias de pais e mães de jovens entre os onze e os dezasseis anos, foram ainda realizados catorze atendimentos individuais de aconselhamento parental, respondendo a necessidades encaminhadas por entidades do concelho ou pela procura espontânea.

O serviço para a promoção da igualdade de género e oportunidades promoveu diversas ações de prevenção junto de diferentes públicos, incluindo encontros intergeracionais com centros de convívio, sessões sobre direitos humanos, tráfico de seres humanos e violência no namoro, envolvendo alunos da EPAVE e da escola secundária da Póvoa de Lanhoso.

Proseguiram também, os projetos AmpliArte e igualdade, cidadania e direitos humanos em escolas e jardins de infância. Na vertente interventiva, registaram-se vinte novos processos, cento e nove atendimentos e três acolhimentos de emergência. O Centro local de apoio à integração de migrantes manter-se ativo, apoiante pedidos de reagrupamento familiar, informação encaminhamentos sociais.

No âmbito da juventude, o programa OTL Natal envolveu duzentas e trinta e uma crianças e jovens com atividades presenciais, ateliers natalícios e momentos de convívio coordenados por oito entidades parceiras e apoiadas pelo município. Foram atribuídos quarenta e quatro vouchers OTL, reforçando o apoio às famílias e promovendo competências pessoais e sociais dos participantes. Já em fevereiro realizou-se a reunião de balanço do OTL Natal e o planeamento do OTL Páscoa 2026. O Infobus Desafios Jovens recebeu mais de cento e quarenta alunos do ensino secundário profissional, incentivando a inclusão no mercado de trabalho. O município marcou presença no encontro distrital de associações juvenis da FAJUB, envolvendo a associação local ECOA e na reunião distrital vereadores da Juventude para promover estratégias plurianuais de políticas de juventude. O Programa Juventude em Movimento integrou doze jovens com oito inserções em serviços municipais, totalizando cerca de quinhentas e dez horas de participação.

No período em análise, mantivemos o trabalho diário nos dezasseis centros de convívio, abrangendo cerca de quatrocentos idosos em atividades de estimulação cognitiva, física, artística e lúdica. Destaca-se o desfile de Carnaval com a participação de aproximadamente quatrocentas pessoas, integrando centros e IPSS's, o projeto Bem Me Quer, através da equipa aproximar, deu seguimento ao acompanhamento domiciliário, entrega de onze dispositivos de teleassistência, implementação do programa de literacia em saúde, abordando temas como Via Verde AVC, gestão de medicação, suporte básico de vida, vitamina D e utilização dos serviços de saúde. Atualmente 65 idosos são acompanhados com quarenta e três intervenções realizadas nas áreas da nutrição, psicologia, terapia ocupacional, educação social.

O projeto radar Social consolidou-se na identificação, encaminhamento de pessoas e famílias vulneráveis com cento e trinta e nove sinalizações registadas, sessenta encerradas e setenta e seis encaminhadas, visitas domiciliárias e dinamização da 5ª Oficina de futuro. Foi reforçada a reativação das comissões sociais, interfreguesias que visão a análise das problemáticas locais e o fortalecimento da cooperação territorial. Participamos ainda no Ave Social Hub, projeto de empreendedorismo social promovido pela Sol do Ave, com foco na capacitação participantes, trabalho em rede e desenvolvimento de iniciativas locais, incluindo o Ave Social Festival.

Durante o período em análise, a Câmara Municipal atuou no terreno para responder aos efeitos do mau tempo com chuva e ventos fortes que causaram cheias, quedas de árvores, derrocadas e perturbações de trânsito, incluindo a interdição da ponte de Naceiros e o condicionamento da estrada nacional 205. Em articulação com a Autoridade Nacional de Proteção Civil sub-região do Ave foi promovida uma campanha de solidariedade para

apoiar mais de sessenta populações afetadas pela tempestade Kristin com recolha de bens alimentares, produtos de higiene e materiais de construção, incluindo cerca de oito mil telhas e lonas, graças à generosidade de cidadãos, instituições e empresas. Entre onze e vinte sete de fevereiro realizou-se a quarta semana Municipal da Proteção Civil com diversas ações e partilha de informações sobre segurança em situações de frio, avisos meteorológicos, descargas de barragens e cheias rápidas. Registou-se um aumento expressivo de ninhos de vespa asiática com setecentas e sessenta e quatro sinalizações em 2025 mais do dobro do ano anterior. A intervenção realiza-se com biocida específico, permitindo uma atuação rápida e eficaz, embora os ninhos permaneçam no local até à sua queda natural. Mantemos o acompanhamento contínuo e a articulação com a autoridade de Transportes da Comunidade Intermunicipal do Ave, no âmbito da manutenção e gestão do serviço de transporte público rodoviário.

O setor ambiental municipal tem um papel central e qualidade de vida e no desenvolvimento sustentável do nosso concelho, promovendo práticas amigas do ambiente em todas as áreas de gestão e intervenção. Na gestão de resíduos, o projeto de recolha de biorresíduos conta com mil oitocentas e oitenta e oito adesões e em dois mil e vinte seis será alargado a três mil e trinta e sete habitações abrangendo a União de Freguesias de Calvos e Frades, Covelas, Ferreiros, Galegos, Garfe, Rendufinho, Santo Emilião, Serzedelo e Vilela. A recolha de resíduos sólidos urbanos foi acompanhada de informações à população sobre alterações na deposição de lixo, especialmente durante o período natalício. O centro de interpretação do Carvalho de Calvos promoveu atividades educativas como hortas verticais, oficinas de reciclagem e compostagem, envolvendo alunos, utentes de instituições sociais e da comunidade. Uma ação prevista com o Lar Vivenza foi adaptada devido ao mau tempo, transformando-se numa oficina de máscaras de Carnaval com materiais reutilizáveis. Estas iniciativas visam consciencializar a população para a sustentabilidade e o papel ativo de cada cidadão na proteção do ambiente.

No período em análise, avançamos com diversas intervenções de água e saneamento no concelho, incluindo a execução de redes e ramais de abastecimento de água em Sobradelo da Goma, Lanhoso e Vilela, a requalificação de ramais em redes de abastecimento de água em Lanhoso, a instalação de ramais de água e saneamento dispersos pelo concelho, a reparação e desobstrução de sarjetas, aquedutos e tubagens de águas pluviais e de saneamento, bem como a manutenção das ETAR's de Monsul e da União de Freguesias de Águas Santas e Moure. Estas ações garantem a melhoria contínua da rede de abastecimento e tratamento de águas, reforçando a qualidade e eficiência dos serviços prestados à população. Encontra-se em curso, mas já na parte final, a construção do centro de recolha oficial de animais.

No período em análise, reforçamos a promoção cultural e turística da Póvoa Lanhoso, valorizando a Maria da Fonte, o Castelo de Lanhoso e a filigrana. No Teatro Club destacaram-se sessões culturais como a apresentação do Joel Cleto sobre os caminhos de

Santiago e a XXI edição do concurso nacional de Teatro Ruy de Carvalho. Na galeria de exposições está também patente a mostra olhares de Carlos Correia. A biblioteca Municipal Casa do Livro e a Rede de Bibliotecas Escolares desenvolveram leituras encenadas para o pré-escolar e primeiros e segundo ciclos, envolvendo cerca de mil e quinhentos alunos, integrando visitas ao Castelo de Lanhoso, estas ações reforçaram a formação cultural, pedagógica e cívica da Comunidade.

No turismo preparamos as festas concelhias em honra de São José. A Póvoa de Lanhoso esteve representada em eventos regionais internacionais como a FITUR, em Madrid e na apresentação da décima sétima edição dos Fins de semana Gastronómicos do Turismo Porto e Norte em Barcelos. No âmbito do Caminho Português de Santiago Leon de Rosmithal, foi realizada reunião com o Turismo de Portugal e com a Comissão de Certificação do Património Cultural para avanço e certificação do percurso, valorizando o património histórico e garantindo financiamento e reconhecimento oficial. O Castelo de Lanhoso continua a ser o ex Libris nosso concelho com mil e sessenta e três visitas de residentes em 2025, no total anual de onze mil setecentos e trinta visitantes. Estas iniciativas refletem uma estratégia integrada de valorização cultural, promoção turística e projeção externa do nosso concelho, com forte foco no património, na arte e na identidade local. O município iniciou o processo de alargamento da certificação ISO 9001/2015, abrangendo a divisão de gestão administrativa e a área de Desenvolvimento Económico e empregabilidade. O objetivo é otimizar processos, normalizar procedimentos internos, implementar mecanismos de monitorização, melhoria contínua, reforçando eficiência da transparência e a qualidade dos serviços prestados. Durante este período, foram submetidos setecentos e sessenta processo online e atualizados cinquenta formulários com quatro mil e cinquenta e nove utilizadores registados, representando um aumento de duzentos e cinquenta em relação ao período anterior. Esta iniciativa visa consolidar uma cultura organizacional focada na qualidade, inovação e satisfação dos munícipes, promovendo um serviço público moderno e digitalmente integrado.

O município recebeu em vinte de janeiro de dois mil e vinte seis, o certificado NP4590:2023 - Bem-Estar e Felicidade Organizacional, tornando-se uma das poucas entidades públicas a adotar este sistema de gestão. O reconhecimento reflete o rigor, a responsabilidade e o compromisso com boas práticas e elevados padrões de desempenho. No âmbito do projeto SkillUp iniciou-se a quatro de fevereiro uma formação de sessenta horas para assistentes operacionais na área das podas, promovendo valorização profissional, competências técnicas e melhoria contínua dos serviços em parceria com a Comunidade intermunicipal do Ave, estas ações integram uma estratégia de gestão de pessoas centrada no bem-estar, na motivação e no desenvolvimento, promovendo uma cultura organizacional positiva, colaborativa e orientada para a felicidade no trabalho.

Notas finais, durante o período em análise, o município marcou presença em diversos eventos e iniciativas que reforçam a proximidade com a comunidade, a valorização das tradições e ampliação da resposta social. A inauguração da nova estrutura residencial

para pessoas idosas em Garfe com capacidade para trinta utentes reforça a oferta social local. A celebração da tradição dos Reis com a participação das crianças da Escola Básica António Lopes, a receção ao novo comandante do Regimento de Cavalaria, número seis de Braga, coronel Quinteiros Morais, fortalecendo a parceria com este Regimento. A comemoração do aniversário da Associação de Apoio aos Deficientes Visuais do distrito de Braga, a reunião de câmara descentralizada na sede junta de Freguesia, aproximando a população e os seus eleitos. A visita da governadora do Rotary, reafirmando a colaboração com esta entidade local ativa na intervenção social, a participação de vários grupos no cantar das janeiras, mantendo viva a tradição através das suas gerações. O apoio e divulgação do dia da defesa nacional, incluindo o transporte gratuito para os jovens do nosso concelho. A cerimónia do hastear da bandeira selo protetor 2025/2027 e colocação do selo do programa Escolas pelos direitos das crianças 2024/2025 na Escola Secundária da Póvoa de Lanhoso e da Escola Básica do Ave.

Estas ações evidenciam o compromisso do município com a proximidade, a cidadania ativa, a inclusão social e a valorização das tradições e das instituições locais. Informação financeira, execução orçamental da receita, quatro milhões, trezentos e trinta e um mil novecentos e dezassete euros, valores a receber em participações comunitárias duzentos e sete mil e noventa e nove euros e outras receitas, novecentos e oitenta e dois mil duzentos e quarenta e seis euros, perfazendo o total de um milhão cento e trinta e nove mil trezentos e quarenta e cinco euros. No que toca à execução orçamental da despesa paga ela cifra-se nos dois milhões, trezentos e trinta mil novecentos e cinquenta e sete euros, o que corresponde a 5% do orçamento. O total da dívida é doze milhões, quinhentos e cinquenta e quatro mil oitocentos e trinta e seis euros e até ao dia trinta e um de janeiro, dois mil e vinte seis, não havia pagamentos em atraso.”

Depois, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, concedeu a palavra à deputada do CDS-PP, Carla Martins.

Interveio a deputada Carla Martins, cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“O CDS reconhece que existe um conjunto alargado de iniciativas em diversas áreas, desde o apoio social à educação, passando pelo investimento nas freguesias e pela dinamização económica. Este trabalho deve ser reconhecido, no entanto, aquilo que exigimos é mais do que quantidade, exigimos prioridade, exigimos foco e, sobretudo, exigimos visão estratégica.

Quando olhamos para este relatório, encontramos muitas iniciativas, algumas relevantes, mas nem sempre integradas numa linha orientadora clara para o desenvolvimento do concelho, há atividade, mas nem sempre há direção, e esse é, para o CDS, um ponto essencial. Por outro lado, importa olhar para o impacto real destas ações, porque mais importante do que enumerar iniciativas é perceber que resultados concretos estão a

produzir na vida das pessoas e começando pelo crescimento económico que para o CDS sempre foi uma prioridade, importa dizer com clareza, não basta falar em criação de emprego, é preciso criar condições para que ele aconteça. Numa altura em que o senhor Presidente manifesta a ambição de elevar a nossa vila a cidade, é legítimo perguntar se o concelho está preparado para atrair investimento, se está a ser pensado algum parque industrial de raiz ou conversão de áreas existentes, como o parque industrial de Mirão? E já agora relativamente à empresa espanhola ABETAI que é referida no documento, importa esclarecer qual é o ramo de atividade onde se irá instalar concretamente e quantos postos de trabalho irá criar para os povoenses?

Ao nível do investimento público, também aqui, sentimos falta de maior consistência. A via circular é um projeto estruturante para o concelho e surge tratada de uma forma muito breve, mas mais do que isso, aquilo que os cidadãos sentem diariamente é o estado das nossas estradas, e do espaço público, senhor Presidente, ao menos que se articule com as infraestruturas de Portugal para garantir algo tão básico como a pintura das passadeiras e que os remendos nas estradas não sejam a única resposta. No desporto, não podemos deixar de parabenizar o Sport Clube Maria da Fonte pelo seu centenário, uma instituição histórica do concelho que merece o reconhecimento de todos pelo seu percurso e contributo ao longo de décadas.

O CDS entende que o concelho precisa de dar um passo seguinte. Precisa de sair de uma lógica de gestão corrente e avançar para uma lógica de desenvolvimento estratégico, com prioridades bem definidas, concentração de recursos e uma visão clara para o futuro, porque aquilo que os povoenses esperam não é apenas atividade, é rumo, é visão e é resultado. Muito obrigada.”

Depois, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, concedeu a palavra à deputada do Chega, Mariana Gomes.

Interveio a deputada Mariana Gomes, cumprimentou todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Este documento enumera um conjunto significativo de iniciativas, reuniões, programas e eventos, isto é positivo, sem dúvida, mostra atividade, mas o que esta Assembleia tem o dever de fiscalizar é se essa atividade revela uma estratégia clara, consistente e orientada para resultados futuros, ou se, se limita a enumerar um conjunto de ações que cria a perceção de dinamismo, mas não permite avaliar o seu impacto real.

É precisamente neste ponto que o partido Chega entende que importa ser claro, quando o partido Chega analisou este documento, verificámos que não apresenta qualquer crescimento económico mensurável, uma vez que não existem indicadores concretos. Não são apresentados dados sobre empregos criados, as empresas fixadas no concelho e, sobretudo, qual o real retorno deste investimento público e quando estes elementos não

são evidenciados, torna-se difícil fazer uma avaliação política séria sobre estas políticas públicas.

Para além disso, preocupa-nos bastante a dívida do município. A dívida continua elevada e a execução orçamental bastante reduzida, ou seja, vemos a dívida a acumular, mas não vemos a mesma capacidade de concretização no terreno, por isso, deixo uma questão a este executivo. O que está realmente a ser feito com o dinheiro dos contribuintes?

O Chega quer dados, resultados, prazos estabelecidos e responsabilidade financeira e, acima de tudo, quer respeito pelo dinheiro de quem trabalha e paga os seus impostos. Muito obrigada.”

Depois, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, concedeu a palavra à deputada do GP do PS, Alzira Sousa.

Interveio a deputada Alzira Sousa, cumprimentou todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“O executivo mostra que governa com rumo, trabalho e resultados. Enquanto alguns se ficam pelo discurso fácil, nós fazemos acontecer. Iniciámos o ano com mais uma edição do mercado de oportunidades, reforçando a ligação instituições como o INL e atraindo novo investimento e continuamos a apoiar o comércio local envolvendo cento e trinta e sete estabelecimentos e milhares de consumidores.

No bairro Comercial Digital estamos a modernizar o centro urbano com nova sinalética, rede 5G integral e uma plataforma tecnológica que fará da Póvoa de Lanhoso um caso de referência nacional.

A requalificação chega a todo o concelho com intervenções concluídas e em curso em várias freguesias, provado que não governamos apenas para o centro. Na habitação estão em construção trinta e oito fogos em Taíde e em reabilitação dez habitações, a par de medidas como tarifas sociais, apoio ao arrendamento, ao crédito e à eficiência energética. Na área social, reforçámos o acompanhamento de centenas de pessoas e reabrimos a Eco loja comunitária em melhores condições, porque ninguém fica para trás. Na educação e juventude, a semana jovem das literacias mobilizou mais de quinhentos alunos. O OTL de Natal cresceu 36%, e o programa de Juventude em movimento integra jovens em várias áreas municipais. Na vida sénior, os centros de convívio acolhem cerca de quatrocentos idosos e o programa Bem-Me-Quer acompanha sessenta e cinco pessoas, combatendo o isolamento.

No ambiente, apoiámos as populações afetadas pela tempestade Kristin. Alargámos a rede de recolha de biorresíduos a mais de mil e oitocentas famílias e avançámos para a fase final do novo centro de recolha oficial de animais.

Na cultura, o Theatro club, a galeria de exposições e a casa do livro dinamizam atividades para todas as idades. Preparámo-nos para as festas de São José e liderámos a certificação

do caminho português de Santiago Leon de Rosmithal, afirmamos a filigrana, a Maria da Fonte e o Castelo.

Nas finanças públicas, a situação é estável e responsável, com dados de 18/02/2026, a receita executada é de quatro vírgula, trinta e três milhões de euros, a despesa paga de dois vírgula, trinta e três milhões sem pagamentos em atraso. Rigor não é uma palavra, é uma prática e nós cumprimos.

Este é o retrato de um concelho que trabalha, progride e se afirma, de um município que decide, investe e melhora a qualidade de vida das pessoas. A Póvoa de Lanhoso está a avançar com ambição, equilíbrio e sentido de futuro e continuaremos próximos das pessoas atentos aos desafios e determinados em construir um concelho mais forte, mais coeso e mais moderno. Obrigada.”

Depois, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, concedeu a palavra ao deputado do GP do PSD, Nuno Aguilar.

Interveio o deputado Nuno Aguilar, cumprimentou todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Ponto Um, análise das atividades do município e a sua situação financeira, conforme o disposto na alínea c) do n.º 2 do artigo 4º do Regimento desta Assembleia. E é precisamente por respeito institucional que estamos a fazer esta análise e que nesta análise não pode ser meramente descritiva. Ouvimos alguém, ali a debitar muitas palavras, e bem, grande esforço, a Assembleia não é um elemento apenas e só de análise descritiva do assunto, tem que ser um ponto de análise político do assunto.

O relatório que agora nos é apresentado evidencia um conjunto vasto de iniciativas em múltiplas áreas, a social, a educação, a cultura, a juventude, o investimento nas freguesias, a Modernização Administrativa, etc. Reconhecemos, reconhecemos o esforço dos serviços e dos trabalhadores municipais, está fora de questão houve efetivamente um grande esforço. Agora vamos saber é se este esforço teve uma coordenação política adequada, mas esta assembleia não existe para fazer um inventário de atividades realiza. Congratulamo-nos com a listagem que nos enviaram, mas aqui estamos para escrutinar prioridades, avaliar impactos e exigir rigor na gestão dos recursos que são de todos nós. Começamos pela execução financeira, quatro vírgula três milhões de euros de receita executada, corresponde a cerca de 9% do orçamento. Estávamos no dia 18 de fevereiro, que é ao que isto corresponde, por isso, a pergunta que se impõe, se estamos perante um orçamento realista ou perante um orçamento inflacionado para efeitos políticos, teremos oportunidade depois de desenvolver mais o tema.

Perguntas que nós gostaríamos de ver esclarecidas nesse aspeto. Qual é a taxa de execução da despesa? Qual é o nível de compromissos assumidos? E qual é o grau de dependência da participação comunitária ainda por receber? Pode-nos ajudar nisso?

Eu sei que, por vezes, as perguntas que fazemos ao executivo e até por entidades oficiais, como a CADA, podem cair em ouvidos moucos.

Mas, Senhor Presidente, senhores do executivo, senhores vereadores, estamos aqui a representar a voz dos povoenses. O município anuncia múltiplos projetos desde o bairro comercial digital com plataformas omnicanal, marketplace, infraestruturas 5D, sei lá quantos mais, a certificação da qualidade, a certificação do bem-estar, são iniciativas interessantes, mas que exigem sustentabilidade financeira, manutenção futura e retorno mensurável. Onde estão os indicadores de desempenho? Qual é o custo total destes projetos? Qual é o impacto concreto no comércio local e na receita municipal?

No investimento das freguesias, vemos uma forte aposta e requalificações viárias, umas que até já vêm do anterior relatório, mas continuamos sem uma visão estratégica, integrada de mobilidade, ordenamento e Coesão territorial. A revisão do PDM continua dependente de transposição da REN, aguardando pareceres da APA, enfim. O processo arrasta-se, arrasta-se e arrasta-se, e digo-vos, sem PDM revisto, o desenvolvimento estrutural e sustentado deste concelho fica, ficará condicionado.

Na área social, muito, muito importante, são inúmeros as referências e os números impressionam, sem dúvida, centenas de atendimentos, cabazes alimentar, teleassistência, Radar social, enfim, tantos, tantos, outros. Estes dados revelam, uma realidade que não pode ser ignorada. Há fragilidade social significativa no concelho. Temos de estar atentos, nós somos os representantes do povo da Póvoa de Lanhoso. A política municipal não pode limitar-se à mitigação. A política municipal não se pode limitar à festa e ao visual. Temos que atuar, e atuar no âmbito social. Precisamos de atuar nas causas estruturais, no emprego qualificado, na fixação da população jovem e na atração de investimento produtivo.

No turismo, apostamos das festas de São José, na promoção gastronómica, na presença das feiras, mas qual o retorno efetivo destas participações? Quantos visitantes é que isto provocou e qual o impacto na economia local de todas estas ações? Fazer, mas vamos medir, vamos ser exigentes, ser representante do povo é uma exigência que temos. E a estratégia tem que estar integrada com todo o processo de desenvolvimento do concelho. Senhor Presidente, e para si, governar é escolher, o senhor foi escolhido pela maioria dos povoenses, o seu executivo também, mas, por isso escolher implica definir prioridades claras. Isso enquanto povoense, exigimos-lhe isso. O Senhor tem que garantir uma execução orçamental robusta, tem que garantir uma realização que assegure transparência nos resultados. E esta transparência tem que ficar também bem clara e plasmada na disponibilização de documentação aos representantes de todos os partidos políticos aqui presentes. A oposição não está aqui para negar mérito ao que é positivo. Está aqui para exigir mais ambição estratégica, mais rigor financeiro e a reavaliação objetiva das políticas públicas. A nossa responsabilidade é garantir que cada euro dos povoenses é aplicado com eficiência e que cada projeto tem fundamento técnico e que cada anúncio corresponde a resultados concretos, porque a política municipal não se

mede pelo volume do relatório, não se mede pelo volume do folclore, mede-se é pela transformação real que senhor e o seu executivo pode trazer para a vida e para o dia a dia dos povoenses. Muito obrigado, e peço-lhe desculpa por me ter excedido no tempo e não na vontade de representar os povoenses.”

Seguidamente, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, concedeu a palavra à Câmara Municipal, para resposta.

Interveio o Vereador, Gilberto Anjos, cumprimentou todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Em relação a esse ponto irei fazer uma intervenção, um esclarecimento, um pouco transversal em relação às intervenções que foram feitas pelos diferentes grupos parlamentares, nomeadamente do CDS, a senhora deputada, Carla Góis, do Chega, a senhora deputada Mariana e do PSD, o senhor deputado Nuno Aguilar, muito em torno da questão que se prendeu sobre o desenvolvimento económico, e há um aspeto que não podemos estar todos mais de acordo. O desenvolvimento económico do nosso concelho, como em qualquer um, é estruturante e é estrutural e tem que ser acompanhado de uma forma permanente e não com medidas avulso, será através do desenvolvimento económico, será através da atração de novas empresas, de cuidar das empresas que temos atualmente no nosso concelho, que iremos garantir a tal fixação, de empresas, conhecimento, riqueza e toda a economia irá circular.

Posto isso, podemos falar aqui de alguns números, algumas iniciativas, algumas atividade sobre a atividade do município, não se trata de todo de uma medida avulso, mas trata-se de um trabalho estruturado. Começamos o ano pelo mercado de oportunidade, talvez seja essa a razão pela qual o radar despertou em cima do desenvolvimento económico e bem. No mercado de oportunidades falou-se também da questão de uma empresa que lá esteve, a ABETAI, que é um bom exemplo de uma empresa, que lá está que veio para Portugal, que escolheu a Póvoa de Lanhoso e que pôde no mercado de oportunidades, de testemunhar a razão do porquê de ter escolhido a Póvoa de Lanhoso, entre outros municípios. E a razão foi simples, não conhecia ninguém na Póvoa de Lanhoso, não conhecia ninguém nas terras redundante, a resposta que foi dada por eles, não por mim, mas que me enche de orgulho, foi porque a Póvoa de Lanhoso foi o município que melhor nos acolheu através da LEIRA, através do Desenvolvimento Económico, que nos deu desde logo, respostas acerca das indústrias, do espaço que tínhamos ao dispor aqui no concelho da Póvoa de Lanhoso, que nos apoiou, aliás, outra informação importante, neste momento, temos duas pessoas que foram indicadas através doutro projeto da Câmara Municipal do Gabinete de empregabilidade, estão a tirar formação para trabalhar com eles, no total de seis pessoas, pelo menos para já, que estão a trabalhar na ABETAI, que é uma empresa de mobiliário urbano. Explicando que esta empresa escolheu a Póvoa de

Lanhoso, porquê? Porque foi bem acolhida pela Câmara Municipal e porque fizemos aquilo que nos competia.

E explicar também sobre a questão do mercado de oportunidades, também, é um exemplo, é um exemplo, sobre um trabalho estruturado que também poderei abrir aqui algum, poderei desvendar aqui alguns aspetos que não quero, neste momento, ainda aprofundar, sobre a questão do mercado de oportunidades em si, que é também um sucesso, já agora, e que irá desde já em primeira mão, o mercado de oportunidades do próximo ano já está preparado e irá ter uma extensão, ele até agora era dois dias, terá três dias, portanto, para vocês perceberem como pensámos essas iniciativas, e a importância que elas têm a longo prazo, os dias já estão definidos, vamos ter um dia para o emprego, um dia para o empreendedorismo, e um dia dedicado à atração de novas empresas.

Portanto, aquilo que pretendemos, de facto, é cuidar bem das nossas empresas e atrair novas empresas, mas o mercado de oportunidades este ano em si gerou a transação de setenta e quatro currículos. Gerou ainda a possibilidade de trinta e cinco entrevistas num total ao longo destes anos de trezentas vagas, se formos a falar no mercado de oportunidades no seu total em quatro anos, são cerca de quinhentos currículos, que foram transacionados, entre empresas que precisam de mão de obra e povoenses que estão à procura de emprego, não muitas vezes em situação de desemprego, mas muitas das vezes numa situação de um novo emprego, de uma nova oportunidade, daí o nome mercado de oportunidades. Também falar-vos sobre uma questão que está ligada diretamente com o desenvolvimento económico, que é o trabalho que temos vindo a desenvolver e que irá ser divulgado muito em breve no que diz respeito à realização e elaboração, de alguns protocolos estruturantes para o concelho da Póvoa de Lanhoso, para o presente, para as empresas atuais e para o futuro. E aquilo que pretendemos com esse trabalho, porque é o balanço da atividade do município desde a última Assembleia Municipal, também convém recordar, mas fizemos muito trabalho, felizmente, aquilo que estamos a preparar é a forma de criar condições para as nossas empresas, estar um passo à frente em relação às empresas concorrentes dos outros concelhos, e é algo que será palpável muito, muito, muito em breve.

Permitam-me não me puder alongar muito nessa informação, não que esteja no segredo dos deuses, mas que é algo que vai ser concretizado mesmo a curto prazo. Explicar -vos ainda, e essa posso já afirmá-la, que o espaço empresa através do IAPMEI também será uma realidade no nosso concelho dentro em breve estamos a falar muito provavelmente, até ao final do mês de abril, já teremos no espaço da LEIRA outro espaço dedicado 100% às empresas, portanto, é importante fazer isso não só a atração de novas empresas, mas pegar no nosso tecido empresarial, equidade, ele ajudá-la a desenvolver, porque não nos interessa virar as costas aos que já cá estão só com o pretexto de querer atrair mais.

Outro aspeto muito importante, que é aqui preciso frisar, é o apoio constante entre a ligação que temos tido com a associação empresarial da Póvoa de Lanhoso. Trata-se de

uma associação essencial que tem vindo também a fazer, que é bastante recente, tem dois anos, está a fazer o seu trabalho e o seu desenvolvimento e em conjunto, já definimos para este ano um plano de atividades, de modo a dar formação aos nossos empresários, na área das novas tecnologias, na área da inteligência artificial, na incorporação dessas tecnologias e da inteligência artificial no seu negócio nas suas empresas, de modo a torná-las mais capazes.

Penso já ter falado do pouco tempo, entre a última Assembleia Municipal e a atual, mas isso foi feito nesse curto espaço de tempo e em breve teremos mais novidades. Muito obrigado.”

Depois, o Presidente da Assembleia, concedeu a palavra ao Presidente da Câmara, ainda para resposta por parte da Câmara Municipal.

Interveio o Presidente da Câmara, Frederico Castro, cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Para além dos esclarecimentos que foram prestados pelo senhor vereador, eu só queria acrescentar duas ou três notas. Em primeiro lugar, há um denominador comum em várias intervenções que foram aqui trazidas em que, de facto, todos reconhecem o volume de trabalho que tem sido desenvolvido desde a última Assembleia Municipal até esta Assembleia Municipal, o que permitam-me um comentário sem falsa modéstia, mas que é um traço deste executivo que vem do mandato anterior. De facto, por outro lado, não é, seria desejável, mas nem é muito expectável que, do ponto de vista estratégico que estejamos todos alinhados relativamente à qualidade desse trabalho ou à prioridade que é dada a cada área, ou aquilo que cada um de nós entenderia até mesmo do ponto de vista político, ou se quisermos, até do ponto de vista ideológico, dado a cada área, embora em termos locais, a ideologia não é propriamente um tema que esteja na ordem do dia, tratámos das necessidades e as necessidades são suficientes para nós não termos sequer necessidade de nos debruçarmos sobre questões ideológicas, mas ainda assim, não é surpreendente que estejamos alinhados em relação ao volume, desalinhados em relação à estratégia.

Sobre a estratégia, eu queria dizer o seguinte, o mais rapidamente possível, senhor Presidente, que eu sei que estamos com os tempos contados e com muitos pontos pela frente, mas dizer o seguinte já na última Assembleia Municipal, tivemos oportunidade de discutir aqui aquilo que é a linha orientadora do município para os próximos anos. Bem ou mal, nós vamos passar a ter, por exemplo, no nosso território, uma loja do cidadão financiada pelo PRR, que já tem concurso terminado e que vai iniciar a empreitada em breve, nunca existiu, vai passar a existir, bem ou mal, quando digo bem ou mal, é evidente que eu estou de acordo, não temos é que estar todos de acordo, bem ou mal, passaremos a ter no nosso território um centro interpretativo do território, que é uma espécie de posto de turismo avançado com investimento muito significativo, aprovado em sede de Portugal

2030 e que nascerá junto à rotunda das Bolas D'Ouro, já faz falta há muitos anos, mas, de facto, nunca foi feito. Bem ou mal, também, passaremos a ter no Cine-fórum dos Bombeiros voluntários, ao abrigo de um protocolo que foi estabelecido entre as duas entidades, uma requalificação profundíssima que vai dotar o nosso concelho de um auditório em condições, digamos assim, digno desse nome, coisa que não existe e que nunca existiu, um reparo, um parênteses, existiu, de facto, quando tínhamos o ISAVE presente no nosso território, mas não era um auditório que pertencesse ao município e que tivesse na esfera do município, portanto, durante vinte cinco anos, passaremos a ter um auditório a sério, digamos assim, podemos estar em desacordo em relação a isso. Eu estou totalmente de acordo em relação a essa necessidade. Bem ou mal, também, vamos duplicar a oferta que existe em termos de espaço público no parque do Pontido e vamos criar naquele espaço, digamos eu não medi nem pedi levantamento topográfico, mas o dobro da área disponibilizada aos nossos munícipes para poderem usufruir de um espaço com qualidade, com numa lógica pensada do ponto de vista da sustentabilidade ambiental também, e que permita que continue a ser um espaço atrativo, visitado e desejável e um bom cartão de visita do nosso concelho também, portanto, eu podia continuar a descrever, olhe bem ou mal, última nota, bem ou mal, e aqui digo bem, claramente, passaremos a ter no baixo concelho da Póvoa de Lanhoso, um equipamento desportivo de qualidade na requalificação que está programada para o campo de jogos do grupo desportivo de Monsul, tendo em conta que temos nas outras paragens do concelho, equipamentos desportivos de qualidade e ainda não temos nem nunca tivemos equipamentos desta qualidade no baixo concelho e vamos passar a ter, portanto, se do ponto de vista estratégico, vossas excelências estiverem em desacordo com este alinhamento, eu democraticamente respeito, mas mantereí a minha visão e mantereí a nossa visão e aquilo que entendemos que deve ser a prioridade de investimento no concelho nos próximos três anos e meio.

Relativamente a outra matéria que foi aqui trazida pelo senhor deputado Nuno Aguilár, é estranho, sabe porque no passado eu nunca o vi tentar fazer análises de execuções financeiras, de Assembleia Municipal em Assembleia Municipal. Nesse passado, em que o senhor tinha responsabilidades na liderança da bancada do Partido Social Democrata, e em que o Partido Social Democrata liderava o executivo municipal. O senhor sabe que existe um momento, está previsto o momento em que está previsto discutirmos na Assembleia Municipal a execução orçamental do ano Civil anterior, sabe que é assim e, portanto, também sabe que, neste momento, trazer à discussão uma execução de nove por cento, tem uma utilidade, bem tem utilidade para si se quiser, mas tem uma utilidade muito diminuta, porque aquilo que nós, de facto, devemos discutir, e está ali um especialista na liderança da bancada, que convido até a vir falar sobre isso, porque aquilo que nós, de facto, devemos discutir é a execução orçamental este ano do ano anterior, quando chegar esse momento, quando chegar esse momento, não é de Assembleia Municipal em Assembleia Municipal discutirmos se são nove por cento, se são quinze, e se

daqui a seis meses são trinta e sete ou trinta e oito. Discutiremos de forma completa a execução orçamental completa de determinado ano civil, como sempre aconteceu, como o senhor sempre fez e desta vez, vá se lá saber porquê, achou interessante que fosse feito de outra forma. Da mesma forma também, que esse seu tom muito preocupado, de facto, dos serviços sociais da Câmara Municipal estarem, e bem, a prestar apoio às famílias mais necessitadas ou mais carenciadas do nosso concelho, isso tem um alerta de preocupação, não, não, não é crítica, é o alerta de preocupação que isso representa na intervenção que o senhor aqui veio fazer, no passado, nesse mesmo passado, a Câmara Municipal, e bem, fazia exatamente a mesma coisa, exatamente através dos mesmos serviços e nunca vossa excelência, sabe qual é o problema que o senhor tem? É que eu sou testemunha desse tempo todo, eu estava cá nesse tempo, eu estava cá nesse tempo, e recorro-me do registo abonatório, construtivo, proclamativo até do bom trabalho que a Câmara Municipal fazia nesta e noutras áreas, portanto, aquilo que em tempos era algo muito positivo hoje é algo muito preocupante, vejam bem, mais uma vez, está aqui mais um exemplo da forma como não se deve, na minha opinião, eu também tenho opinião sobre a forma como vocês intervêm, tenho o direito a ter opinião, a forma como nós não devemos abordar determinadas matérias, porque, por um lado, devemos ter respeito pelo passado, por aquilo que discutimos aqui no passado nos últimos, no meu caso, nos últimos vinte cinco anos, e no seu caso, mais do que isso, até por outro lado, devemos até ter a sensibilidade de compreender que, neste caso concreto na área da ação social, há determinadas intervenções que são levadas a cabo pelas nossas equipas que são absolutamente fundamentais para essas famílias, mas são mesmo e, portanto, eu acho, mas uma coisa é a constatação do facto, outra coisa é usarmos o facto para lançar este alarido e este alerta, e eu acho que denota até, permita-me dizer-lhe, alguma falta de tato e alguma falta de sensibilidade relativamente ao trabalho que é desenvolvido por essas equipas e relativamente às famílias, e olhe que eu não acho que tenha piada, sabe, mas olhe que não tem piada, porque se perguntar tanto às equipas que acompanham as famílias e às famílias que são visadas por esse apoio, se tem essa piada e essa gargalhada que o senhor agora soltou, olhe que eu acho que nenhum deles vai concordar, portanto, e é assim hoje o senhor para além de não respeitar os tempos que vem aqui fazer ouvidos de mercador às interrupções que se fizeram a partir da mesa e continuou a falar, a falar como se não tivessem interrompido, também entende que um à parte e uma interrupção é a mesma coisa, os à partes são regimentais, embora com excesso, como bem sabemos, as interrupções são coisa diferente, se quiser faz aí uma pesquisa no google, vai perceber a diferença entre à partes, e interrupções, portanto, não me interrompendo, aquilo que eu estava a tentar explicar é que essas famílias não acharão a mesma piada que vossa excelência, achou.

E a seriedade com que nós devemos, a seriedade política, e intelectual até se quiser, com que nós devemos abordar estes temas e o respeito que devemos ter pelo serviço que é prestado e pelas pessoas que são visadas, não cabe na forma como eu olho para o

trabalho que temos desenvolvido nesta e por isso, senhor deputado, tem o meu lamento, tem o meu protesto e tem a minha discordância relativamente à forma como decidi trazer aqui esse tema. Governar é escolher por isso é que nós tanto no mandato anterior como neste mandato, fizemos muitas escolhas, e vamos continuar a fazer. E as escolhas que fizemos no mandato anterior tiveram, há bem pouco tempo, o respaldo da população da Póvoa de Lanhoso. As escolhas que fizemos foram reconfirmadas pela população da Póvoa de Lanhoso e, por isso, a minha determinação se já era grande, hoje é ainda maior e eu vou continuar a governar em função da minha consciência. Eu e o meu executivo, e tenho a confiança total e absoluta que as pessoas se reveem no nosso trabalho e eu convido também a fazer uma análise talvez mais profunda, talvez menos partidária, talvez menos tendenciosa ao trabalho que é desenvolvido por este executivo, porque não basta vir aqui soltar uns lugares-comuns sobre determinadas matérias para se achar que se tem razão, a razão é factual, a razão está nos números, olhe, a razão está, por exemplo, e só para terminar, alguém falou, já não me lembro quem, peço desculpa, mas alguém falou dos números do turismo e do trabalho que tem sido desenvolvido nessa área. Não sei se foi a senhora deputada, mas alguém terá falado sobre isso e eu registei, a evolução, por exemplo, só para lhe dar um dado, podia-lhe dar muitos, a evolução, por exemplo, do número de dormidas na Póvoa de Lanhoso, falando especificamente da área do turismo, de 2024 para 2025 é uma evolução de 41%, a maior da história, em 2024, foram dezanove mil setecentas e vinte seis dormidas, em 2025 foram vinte sete mil novecentos e oitenta e uma dormidas. Se algum de vocês, de forma intelectualmente honesta, entender que esta evolução não tem impacto nenhum na economia local, então estamos sim em total desacordo relativamente à estratégia que deve ser seguida no nosso Concelho. Muito obrigado.”

Depois, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, concedeu a palavra ao deputado do GP do PSD, Nuno Aguilar.

Interveio o deputado Nuno Aguilar, cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Senhor Presidente de Câmara, o senhor, esse tom, aquilo que eu lhe vim cá dizer relativamente à área social foi completamente deturpado por vossa excelência. Foi completamente demagógicamente apresentado, o senhor fez aqui um exercício de demagogia, desculpe, está gravado as pessoas ouvirem, aquilo que eu lhe disse é que na área da ação social, os números impressionam, centenas de atendimentos, cabazes alimentares, teleassistências, radares. Isto quer dizer, senhor Presidente, que há imensas necessidades neste concelho e aquilo que se pede ao município é que não reaja, aquilo que se pede ao município é que não faça uma política do já agora, e que faça uma política de pensar à frente, uma política estruturada e uma política que tenha uma visão de futuro e que essas pessoas que hoje estão a viver dificuldades, que têm completa solidariedade

do Partido Social Democrata não fiquem só pela caridadezinha, não fiquem só pelo cabaz, não fiquem só pelo sorriso demagógico, mas sim, tenham enquadradas todas a análise da fragilidade social que isso significa para o concelho.

Pretendemos e até exigindo que o município, não se pode limitar à mitigação. Temos que atuar nas causas, trabalhe nos momentos dessas razões que fazem tantas e tantas necessidades neste município, são várias as pessoas que precisam da ajuda das entidades políticas deste concelho, e estas pessoas não querem ver o problema resolvido para hoje, não querem ver a sua refeição resolvida hoje querem ver o seu futuro e a sua estabilidade conseguida e aquilo que o senhor veio cá fazer não foi trazer um momento de análise política para o futuro, não foi fazer uma análise estrutural daquilo que se pretende e espera do executivo, foi apenas e só fazer um discurso demagógico, dizendo que nós já temos cabazes, nós já temos abraços, nós já temos sorrisos, não, não, desculpe, mas é o que o senhor faz, é aquilo que a Câmara faz.

E espero, senhor Presidente e exijo senhor Presidente, pela legitimidade dos votos que os povoenses me deram, que o executivo consiga trazer medidas estruturais e medidas que possam trazer para o futuro, a melhoria da vida das pessoas.”

Depois, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, verificou que não existiam mais pedidos de intervenção, pelo que deu por terminado este ponto.

Deliberação: A Assembleia Municipal ficou inteirada da análise da atividade do Município e sua situação financeira, conforme disposto na alínea c) do n.º 2 do artigo 4.º do Regimento da Assembleia Municipal.

Seguidamente, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, informou o plenário que a sessão seria interrompida para jantar visto o decorrer do tempo até então e que iriam fazer um pequeno intervalo. Após o intervalo, retomou os trabalhos, passando ao segundo ponto da ordem de trabalhos. **Ponto Dois: Informação da Câmara Municipal sobre os apoios prestados no âmbito do Regulamento para Atribuição de Apoios às Juntas de Freguesia ou Uniões de Freguesias do Concelho da Póvoa de Lanhoso – Câmara Amiga das Freguesias.** E concedeu a palavra à Câmara Municipal para apresentação do ponto.

Interveio o vereador Gilberto Anjos, cumprimentou novamente todos os presentes, e no uso da palavra referiu:

“De uma forma bastante rápida, este ponto que trazemos à Assembleia Municipal é uma informação sobre os apoios, prestados no âmbito do regulamento Municipal, o regulamento de Câmara Amiga das freguesias, que o próprio regulamento exige que a Câmara Municipal traga à primeira Assembleia Municipal de cada ano, o resumo e a apresentação dos apoios que foram prestados nesse âmbito, só nesse âmbito, do

regulamento, portanto, no ano anterior, neste caso no ano de 2025, os apoios estão lá todos transcritos, acho que não vou falar deles um, a um como é evidente, mas digo-vos apenas que se trata, portanto, de outra ferramenta que a Câmara Municipal tem a seu dispor e que tem utilizado para apoiar as juntas de freguesias e uniões de freguesias.

Falamos de um total de oitenta e um apoios vertido para todas as freguesias do nosso concelho, sem exceção, e falamos mais ou menos de um valor um pouco abaixo, aliás, dos cento e dez mil euros no seu total, portanto, apoios no âmbito social, cultural, recreativo e de conservação pedida pelas juntas de freguesias que o procedimento é esse, as juntas de freguesias fazem o pedido e nós, após análise é atribuído ou não o apoio, nesse caso, são estes apoios todos que estão aqui vertidos e apresentados para debate, para informação.”

Depois, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, concedeu a palavra à deputada do CDS-PP, Carla Martins.

Interveio a deputada Carla Martins, cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Consideramos importante este tipo de instrumentos de proximidade às freguesias que permitem dar resposta a necessidades concretas e apoiar a dinâmica local. Dito isto, tratando-se de um ponto de natureza informativa, o CDS declara que se encontra devidamente inteirado. Muito obrigada.”

Depois, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, concedeu a palavra à deputada do Chega, Mariana Gomes.

Interveio a deputada Mariana Gomes, cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Relativamente a este ponto, o Chega quer saber quais os critérios que foram usados para atribuição destes apoios. O documento indica os valores e os destinatários, mas não explica como foram definidos estes montantes e, mais uma vez, quando estamos a falar de dinheiro público, isto não se pode tratar apenas de distribuir apoios é preciso justificar o porquê.

No entanto, quero deixar aqui claro que estamos informados e que não estamos contra estes apoios, mas que é importante garantir transparência nas contas públicas e responsabilidade na utilização de cada euro. Questiono ainda este executivo se existem relatórios de avaliação de impacto sobre estes apoios e que resultados concretos trouxeram para estas freguesias? Obrigada.”

Depois, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, concedeu a palavra ao deputado do GP do PS, e Presidente da Junta de Freguesia de Rendufinho, Romeu Silva.

Interveio o deputado Romeu Silva, cumprimentou todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Nos termos do regulamento da Câmara Amiga das freguesias, é apresentada a relação dos apoios concedidos pela Câmara Municipal às juntas de Freguesias e Uniões de freguesias durante o ano 2025. Salientar que são contempladas todas as freguesias através de vários financiamentos destinados, sobretudo, a várias áreas, e a três áreas essenciais.

Acho que uma promoção cultural, recreativa e social, nomeadamente a participação no cortejo Etnográfico São José, no desfile das marchas Populares Terra do Ouro e nas atividades dos centros de convívio, no apoio aos passeios concelhios a Fátima e a Quinta da Malafaia e áreas específicas de interesse cultural, como a conservação do património e o fornecimento de materiais de construção às freguesias e organização de eventos locais como a feira de Natal de Baixo concelho em Monsul.

No conjunto, verifica-se que é uma política consistente, de proximidade, garantindo às freguesias condições para dinamizar a vida cultural, apoiar as iniciativas sociais e responder às necessidades locais de pequena obra e manutenção.

A câmara Municipal promove assim o equilíbrio territorial e o reforço das tradições e a melhoria das condições de vida das populações. Muito obrigado.”

Depois, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, concedeu a palavra ao deputado do GP do PSD, João Oliveira.

Interveio o deputado João Oliveira, cumprimentou todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Relativamente ao ponto, nós registamos a informação prestada pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal relativamente aos apoios no âmbito do regulamento. Neste ponto não há muito mais a dizer, os colegas já trataram de o fazer e o ponto foi apresentado pelo vereador Gilberto Anjos.

Portanto, por se tratar de uma mera informação e sem implicar qualquer tipo de decisão, declaro que estamos devidamente inteirados em relação a este ponto. Obrigado.”

Depois, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, concedeu a palavra ao vereador Gilberto Anjos, para resposta.

Interveio o vereador Gilberto Anjos, cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“De facto, foi feita uma pergunta pela senhora deputada Mariana Gomes no que respeita à questão dos critérios, muito rapidamente, é fácil explicar, os critérios são iguais para todos, uma vez que, no que diz respeito às atividades que são feitas em parceria entre a

Câmara Municipal e as juntas e Uniões de freguesias, nomeadamente as marchas, o cortejo etnográfico, os centros de Convívio, ou seja, é uma questão transversal e o valor é exatamente igual.

Depois há solicitações extra, essas atividades que temos vindo a desenvolver em parceria com as juntas de freguesia e essas são analisadas aquando a solicitação que não conseguimos antecipar e mediante eventual disponibilidade de tesouraria da parte da Câmara Municipal, portanto, temos que avaliar aí quando se trata de uma situação esporádica, caso a caso, pedido a pedido. Muito obrigado.”

Depois, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, verificou que não existiam mais pedidos de intervenção pelo que deu o ponto dois por terminado.

Deliberação: A Assembleia Municipal ficou inteirada da informação da Câmara Municipal sobre os apoios prestados no âmbito do Regulamento para Atribuição de Apoios às Juntas de Freguesia ou Uniões de Freguesias do Concelho da Póvoa de Lanhoso – Câmara Amiga das Freguesias.

Seguidamente, o presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, passou ao ponto três da ordem de trabalhos. **Ponto Três: Informação da Câmara Municipal sobre a 3.ª adenda ao contrato de financiamento reembolsável à operação NORTE – 04 – 2316 – FEDER - 000187 – Reabilitação do Largo da Feira e envolvente.** E concedeu a palavra ao vereador Paulo Gago, para apresentação do ponto.

Interveio o vereador Paulo Gago, cumprimentou todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Este ponto três, de facto, é uma informação sobre a terceira adenda ao contrato de financiamento reembolsável da operação Norte 04-2316-FEDER-000187 - reabilitação do largo da feira e envolvente. Esta operação de reabilitação do largo da Feira e da sua envolvente insere-se numa estratégia mais ampla de valorização do Centro Urbano da Vila, qualificação do espaço público e reforço da atratividade comercial e social deste eixo estruturante. Para viabilizar esta intervenção, o município recorreu a um financiamento comunitário no âmbito do Norte 2030, complementando por um financiamento reembolsável contratado com a agência para o desenvolvimento e coesão ao abrigo do mecanismo de engenharia financeira do BEI PT2020.

As condições de financiamento reembolsável, foram alteradas de acordo com parecer da Autoridade de Gestão do programa Operacional Regional do Norte, o que determinou a necessidade de ajustar em conformidade o contrato de financiamento reembolsável. Em resultado, o valor do empréstimo é reduzido de oitenta mil duzentos e sessenta e quatro horas e cinquenta e oito cêntimos para sessenta e quatro mil setecentos e quinze euros e

noventa e cinco cêntimos, mantendo-se inalterados o prazo global e o regime da taxa de juro aplicável.

Esta redução do montante aprovado implica, contudo, um reembolso extraordinário de quinze mil quinhentos e quarenta e oito euros e sessenta e três cêntimos nos termos da cláusula décima terceira número dois do contrato que prevê a amortização antecipada parcial, sempre que o valor elegível final da operação seja inferior ao inicialmente aprovado, este reembolso encontra-se devidamente enquadrado na educação orçamental municipal para 2026 através de compromisso registado na rubrica de amortização de empréstimos a médio longo prazo ao Estado.

Esta terceira adenda consagra uma redução do passivo financeiro da autarquia, traduzindo-se numa responsabilidade global mais baixa para o município, permite, simultaneamente, assegurar o integral cumprimento das obrigações contratuais e das regras de gestão de fundos comunitários, garantindo o encerramento regular da operação e a consolidação dos benefícios obtidos com a reabilitação do largo da feira. Assim, com a presente informação, pretende-se que a Assembleia Municipal tome formalmente conhecimento da terceira adenda ao contrato de financiamento reembolsável da operação NORTE - 04-2316 - FEDER - 000187. Muito obrigado.”

Depois, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, concedeu a palavra ao deputado do GP do PS, e Presidente da Junta de Freguesia de Lanhoso, Luís Novais.

Interveio o deputado Luís Novais, cumprimentou todos os presentes, e no uso da palavra referiu:

“Esta alteração decorre das regras do Portugal 2020 e da Linha BEI para as autarquias. É um bom exemplo de gestão e do conhecimento que este executivo tem do modo como funcionam os programas e recorre aproveitando o que sobra dos mesmos. A bancada do Partido Socialista está assim plenamente inteirada na informação prestada pelo executivo sobre esta terceira adenda ao contrato de financiamento reembolsável, à operação NORTE - 04-2316 - FEDER - 000187 reabilitação do largo da Feira e envolvente. Muito obrigado.”

Depois, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, concedeu a palavra à deputada do GP do PSD, Marília Fernandes.

Interveio a deputada Marília Fernandes, cumprimentou todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“A terceira adenda do contrato de financiamento reembolsável da operação do Norte FEDER, a reabilitação do largo da feira e envolvente, decorre assim da reprogramação da operação determinada pela Autoridade de Gestão do programa Operacional.

Há uma redução do montante, como disse e bem de oitenta mil duzentos e sessenta e quatro euros e cinquenta e oito cêntimos para sessenta e quatro mil setecentos e quinze e noventa e cinco cêntimos.

Este reajustamento determina a formalização da adenda, verteu-se assim na terceira adenda, contudo, e eu gostaria e gostaríamos de ver aqui clarificados os motivos concretos deste reajustamento.

Sabemos que foi uma obrigação legal, mas porquê esta obrigação legal, o que é que determinou? Houve o reajustamento, porquê, cumprimento de prazos? Não, pronto, gostávamos mais que esta situação ficasse esclarecida e assim estamos inteirados desta proposta aqui na Assembleia, mas gostávamos de saber sobretudo os reais motivos que levaram a este reajustamento. Sabemos que não há endividamento por parte do município, porque vai ser reembolsável. Certo?"

Depois, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, concedeu a palavra à deputada do CDS-PP, Carla Martins.

Interveio a deputada Carla Martins, cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:

"Relativamente a este ponto, estamos perante uma redução de financiamento da operação de reabilitação do largo da Feira que implica agora um reembolso por parte do município, não sendo endividamento é bom. A minha questão era igual à da deputada Marília, o porquê desta redução?"

Mas estamos inteirados do ponto, mas gostávamos de saber o porquê da redução."

Depois, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, concedeu a palavra à deputada do Chega, Mariana Gomes.

Interveio a deputada Mariana Gomes, cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:

"Uma vez que este ponto é meramente de carácter informativo, o partido Chega está devidamente inteirado da informação prestada, obrigada."

Depois, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, concedeu a palavra ao vereador Paulo Gago, para resposta.

Interveio o vereador Paulo Gago, cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Permita-me que lhe responda daqui, isto tem mesmo a ver apenas e só com as condições de financiamento reembolsável que foram alteradas pela entidade reguladora, a Autoridade de Gestão do programa Operacional Regional do Norte, apenas e só.

Não sei se fui claro, porque a informação que nós temos é apenas que foi a alteração da entidade gestora do fundo, a informação que nós temos é do parecer da Autoridade de Gestão do programa Operacional Regional do Norte, apenas e só, da entidade que gere o programa. Muito obrigado.”

Seguidamente, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, verificou que não existiam mais pedidos de intervenção, pelo que deu o ponto três por terminado.

Deliberação: A Assembleia Municipal ficou inteirada da informação da Câmara Municipal sobre a 3.ª adenda ao contrato de financiamento reembolsável à operação NORTE – 04 – 2316 – FEDER - 000187 – Reabilitação do Largo da Feira e envolvente.

Depois, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, informou que os pontos quatro e cinco iriam ser debatidos em conjunto e votados em separado, por sugestão do deputado do GP do PSD, Luís Artur Pereira, que foi aceite pelo plenário. **Ponto Quatro: Proposta da Câmara Municipal, para aprovação do mapa da demonstração de desempenho orçamental de 2025, no âmbito da faculdade prevista no artigo 124.º da Lei do Orçamento de Estado para 2026.**

Ponto Cinco: Proposta da Câmara Municipal, para aprovação da 2.ª alteração modificativa ao Orçamento e Grandes Opções do Plano para 2026 e alteração do n.º 3 do artigo 26.º das Normas de Execução do Orçamento para 2026, nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual.

E concedeu a palavra à Câmara Municipal, para apresentação do ponto.

Interveio o Presidente da Câmara, Frederico Castro, cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Explicando que o ponto quatro tem que ver efetivamente com a aprovação do mapa de demonstração de desempenho e a incorporação do saldo de gerência parece-me mais elementar esta parte da discussão.

O ponto cinco aí sim, versa sobre a segunda alteração modificativo do orçamento que define a forma como vamos distribuir o saldo de gerência e também sobre a autorização de despesa plurianual pelo período seja de três anos ou por um valor até quinhentos mil euros que passou a estar previsto na lei e por questões de facilitação dos serviços, e de despachos, também, de determinadas matérias que estão no âmbito do dia a dia de uma Câmara municipal.

Por essa razão, é que a lei alterou também, nós propomos e submetemos à Assembleia Municipal essa discussão e essa aprovação. Muito obrigado.”

Depois, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, concedeu a palavra ao deputado do GP do PSD, Luís Artur Pereira.

Interveio o deputado Luís Artur Pereira, cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“O que vamos discutir, é o relatório de contas, porque estamos em contabilidade pública, execução orçamental é o fundamental do relatório de contas, portanto isto merecia uma grelha de orçamento, como é evidente, pronto, mas dentro do tempo disponível, porque é assim ou se diz alguma coisa ou não se diz nada, e eu não gosto de não dizer nada.

Bem, mas vamos à execução orçamental para não perder mais tempo, esta execução orçamental, tal como eu previ, não nesta sala mas noutra sala, e muito gosto em estar nesta sala, uma boa recordação, quer na análise do primeiro semestre, quer de setembro, a execução orçamental tinha a tendência claramente uma execução baixíssima, e é o que se verifica nesta execução orçamental. Eu hoje trouxe papéis para ler, porque por causa do tempo, precisamente porque quem fala de improviso não controla o tempo, o total da despesa corrente teve uma execução de cerca de noventa e quatro por cento. O problema está na despesa de capital, teve uma execução de quarenta e quatro por cento. Isto não é, não tem a ver com aquilo que o senhor Presidente da Câmara anda constantemente a dizer. Falamos de investimentos, aprovamos um pacote de aumento brutal de impostos para fazer investimentos. Hoje vem-se pedir financiamentos, enfim, e isto não anda. Tem uma taxa de execução de quarenta e quatro por cento em despesas de capital é deixe-me dizer, vergonhoso.

Digo-lhe uma coisa, o orçamento é a antecipação do que se pretende no real. Quando eu faço um orçamento numa empresa, estou a dizer ao empresário que ele vai ter aquele resultado, aqui não estou a dizer ao empresário, mas o Presidente da Câmara está a prometer aos povoenses aquele resultado, aqueles investimentos e não fez quarenta e quatro por cento. É uma vergonha, repito, digo-lhe uma coisa também é assim na gestão pública, o dinheiro não é nosso, o dinheiro é dos povoenses e, portanto, se promete uma coisa, cumpre-se, o senhor Presidente da Câmara Municipal, tem a palavra da promessa, mas não tem a palavra do cumprimento, peço desculpa.

O Orçamento é a peça de gestão mais importante de uma autarquia precisamente por isto, precisamente por isto, porque é a antecipação do que eu vou ter no final, e se eu prometo isso, tenho de cumprir. O total da despesa sessenta e nove por cento, obviamente muito influenciado pela despesa de capital de quarenta e quatro por cento, repito, o que se prometeu aos povoenses ter uma taxa de realização de quarenta e quatro por cento, medidas públicas, é uma vergonha. Olhe, vou-lhe dar um exemplo que está aqui clarinho. As aquisições de bens de capital, investimentos, as despesas de capital foram orçadas em

dezoito vírgula, três milhões de euros, eu disse aos povoenses vou fazer investimentos no montante de dezoito ponto, três milhões de euros. Sabe quanto é que se executou? Sete ponto, seis milhões de euros, um desvio de dez milhões de euros, quase onze, dez vírgula sete milhões de euros, e uma taxa de execução nesta rubrica de quarenta e um e meio por cento.

Prometer, o senhor Presidente promete muito, mas, cumprir. E o Presidente da Câmara é o primeiro responsável, é o responsável político, de tudo isto, mas é o responsável político, dizem frequentemente que andaram quatro anos a estudar a planear candidaturas, etc. em quatro anos depois, eu vou ver isso nos empréstimos, não me vou antecipar. Mas a verba recebida em candidaturas em 2025 da União Europeia foi de um vírgula dois milhões de euros, um vírgula dois milhões de euros para quem andou quatro anos a planear, a fazer projetos, candidaturas, deixe-me dizer, algumas mal feitas, mas eu isso vou ver mais à frente, portanto, 2025 é um ano perdido, completamente perdido, mas deixe-me dizer, por exemplo, em relação às receitas de capital, a taxa de execução é muito, muito baixa, trinta e nove por cento. Sabe qual é o problema desta taxa de execução ser de trinta e nove por cento? É que os projetos comunitários não andaram, não se fizeram, pronto, trinta e nove por cento. Se acha que isso não é uma vergonha, eu digo isto é uma vergonha.

A conclusão é que a Câmara Municipal, sabe, pouco faz para aumentar o real desta receitas, pouco faz, não está nada tudo errado. Os números não mentem, prevê o mais, prevê sempre o mais e concretiza o menos, essa é a sua forma de estar. E sabe o que é que concretiza? Concretiza aquilo que não tem trabalho, concretiza a despesa corrente mais porquê? Grandes rubricas da receita corrente, transferências do Estado, não tem trabalho nenhum o que o orçamento de Estado decidir, é o que lhe transfere mesmos os impostos diretos e indiretos que a proposta da Câmara, a assembleia fixa as taxas, mas quem faz o trabalho todo é a autoridade tributária, portanto, aquilo que dá trabalho até está afixado, são as despesas correntes, aquilo que dá muito trabalho é zero, lutar por candidaturas, lutar por investimentos, lutar por mais receitas de capital, zero.

É preciso trabalhar, senhor Presidente de Câmara, basta da demagogia em que o senhor é pródigo também, e de promessas que nunca são cumpridas, repare os saldos, em 2024 transitaram para o orçamento de 2025, três, vírgula, oito milhões e agora, transita do saldo orçamental, quatro vírgula sete milhões de euros. Isto é o sinal de que não se fez nada, porque quando eu trânsito saldos é porque não fiz, não há outra forma de ver isto, mas mais grave do que isto, com esta baixíssima execução orçamental, há a lata de apresentar um saldo primário negativo, ou seja, em que a despesa é superior à receita, saldo primário negativo já apresentado em termos de orçamento, eu disse-o aqui em setembro, a analisar o relatório de setembro, que ninguém faz um orçamento com saldo primário negativo, como é óbvio, porque isso é um mau sinal. Que se está a dizer que se vão fazer as coisas, é porque não se vão fazer, mas eu disse a execução vai ser baixa e, portanto, se calhar recupera-se, não fazendo, obviamente, a despesa recupera-se o saldo,

não se recuperou, um milhão de euros de saldo primário negativo. Isto se acontecesse, se isto fosse numa empresa, o gestor estava imediatamente despedido por incompetência. O Presidente da Câmara não é despedido, mas politicamente é o responsável por este estado, sabe porquê? Eu tenho uma baixa execução orçamental e tenho uma gestão financeira péssima e sabe porquê? Porque não há controle na Câmara Municipal, não há controle orçamental ou se o fazem, ninguém olha para ele e o Presidente da Câmara é o responsável político por isto, num não tem que se lhe exigir conhecimentos nesta matéria é gestor político, mas veja a sua organização e arranje realmente alguém, que ponha as finanças desta câmara municipal na ordem porque elas não estão na ordem. Muito obrigado.”

Depois, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, concedeu a palavra ao deputado do GP do PS, e Presidente da Junta de Freguesia de São João de Rei, Henrique Tinoco.

Interveio o deputado Henrique Tinoco, cumprimentou todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Sendo um passo técnico que decorre da lei, o dever legal da produção do mapa de demonstração do desempenho orçamental para o apuramento do saldo de gerência, o mapa de administração de desempenho orçamental discrimina as importâncias relativas a todos os recebimentos e pagamentos do exercício e o saldo de gerência que corresponde ao saldo de caixa apurado à data de relato, este salto compõem-se em saldo de operações orçamentais e saldo de tesouraria, o saldo orçamental poderá afetado de novas despesas, e ao reforço de despesas existentes, na qual complete à Câmara Municipal aprovar o documento e submeter à apreciação e votação da Assembleia Municipal.

Em resumo, a execução orçamental pode ser classificada de eficiência alta, típico de uma gestão municipal rigorosa e eficiente. Considera-se que as mudanças introduzidas estão bem enquadradas, transparentes, objetivas e claras. A bancada do Partido Socialista votará favoravelmente este ponto.

Relativamente à proposta da Câmara Municipal para aprovação da segunda alteração modificativa ao Orçamento e às grandes opções do plano de 2026, de acordo com a informação técnica disponibilizada, a segunda alteração orçamental visa a integração do saldo de execução orçamental, altera as previsões de receita e despesa face ao orçamento que está em vigor, na necessidade de dispor dotação orçamental para se fazer face a novas despesas e projetos de investimentos pela análise da integração do saldo, corresponde ao adiantamento de verbas recebidas em 2025, no âmbito do projeto de investimento financiados pelo PRR estratégia local de habitação, o reforço de financiamento de despesas correntes, incremento no orçamento da receita de verbas recebidas no âmbito de candidaturas do FEDER, reajustamento de datas no fim da execução financeira de projetos aprovados em candidaturas Norte 2030, correção do

orçamento de receita por verba atribuída em duplicado, reforço financeiro no investimento da Loja do cidadão. Reparámos igualmente na atualização para quinhentos mil euros no limite de dotação dos compromissos plurianuais permitindo assim melhoramentos de eficiência orçamental. São pequenos ajustes e correções necessários, expectáveis, que não desvirtuam a estratégia de planeamento do município.

Cumpre-me dizer que nos encontrámos inteirados das rubricas orçamentais a atualizar e a incorporar, não tendo nada a opor, e a bancada do Partido Socialista votará favoravelmente a proposta. Obrigado.”

Depois, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, concedeu a palavra à deputada do CDS-PP, Carla Martins.

Interveio a deputada Carla Martins, cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“O CDS entende que não está em causa a legalidade deste instrumento, nem o seu enquadramento no âmbito da lei do Orçamento de Estado. No entanto, aquilo que aqui deve merecer a nossa atenção não é apenas o cumprimento formal, mas sim a leitura política e financeira dos dados apresentados. Desde logo há um aspeto que não pode ser ignorado, o peso significativo da despesa corrente que continua a representar uma parte muito relevante da despesa do município, com forte incidência e encargos permanentes. Ao mesmo tempo, quando analisamos os indicadores globais, percebemos que existem sinais que exigem prudência, nomeadamente ao nível do equilíbrio estrutural das contas e da dependência de transferências externas. Isto levanta uma questão essencial, até que ponto estamos perante uma situação financeiramente sustentável a médio prazo? O CDS entende que a incorporação do saldo de gerência deve ser feita com responsabilidade e não pode servir como mecanismo para sustentar um aumento contínuo da despesa sem uma estratégia clara e definida, porque mais importante do que ter saldo é perceber se esse saldo é estrutural ou apenas circunstancial e de que forma está a ser utilizado.

Por outro lado, sentimos falta de maior clareza relativamente à estratégia financeira do município, nomeadamente no que diz respeito ao controlo de despesa corrente, à capacidade de gerar receita própria e aos compromissos assumidos para o futuro. O CDS entende que estas matérias exigem uma análise prudente, exigente e responsável. Nesse sentido, gostaríamos de colocar uma questão ao senhor Presidente, de que forma garante o executivo que a utilização deste saldo não compromete o equilíbrio financeiro do município nos próximos anos? O sentido de voto deste ponto será a abstenção do ponto quatro.

Relativamente ao ponto cinco aquilo que está verdadeiramente em causa não é apenas a componente técnica, mas sim as opções políticas que esta alteração traduz, desde logo há um aspeto que nos levanta reservas. A utilização de uma parte relevante do saldo de gerência para reforço da despesa corrente. O saldo deve, por princípio, servir para

investimento, para reduzir encargos ou para responder a necessidades excepcionais, não para sustentar despesa estrutural de funcionamento. Quando começamos a utilizar poupança acumulada para financiar despesa corrente, é legítimo questionar se não estamos perante um sinal de rigidez na estrutura da despesa.

Por outro lado, há uma segunda questão que não pode ser ignorada, o aumento muito significativo do limite para autorização de compromissos plurianuais por parte do senhor Presidente da Câmara. Estamos a falar de uma alteração que passa de cem mil euros para quinhentos mil euros anuais. Isto não é um detalhe técnico, é uma opção política, significa reforçar a capacidade de decisão individual, reduzindo o nível de acompanhamento e escrutínio deste órgão.

O CDS entende que a eficiência na gestão é importante, mas não pode ser feita à custa da transparência e do controlo democrático. Por outro lado, agregação destas matérias numa única proposta saldo de gerência, despesa corrente e reforço de competências, dificulta uma análise diferenciada e merece reflexão. O CDS entende que esta proposta levanta dúvidas legítimas quanto à sustentabilidade da despesa e ao equilíbrio entre eficiência executiva e escrutínio político.

Nesse sentido, não acompanhamos esta proposta sem reservas. O nosso sentido de voto será a abstenção. Muito obrigada.”

Depois, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, concedeu a palavra à deputada do Chega, Mariana Gomes.

Interveio a deputada Mariana Gomes, cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Relativamente ao ponto quatro o partido Chega irá se abster.

Relativamente ao ponto cinco, esta proposta levanta-nos sérias dúvidas quanto à solidez da gestão financeira do município. Estamos a falar de saldo de gerência para financiar esta despesa. Nós não vemos isto como uma estrutura saudável, o saldo deve ser servido para investimento e não para cobrir os encargos do dia a dia.

Ao mesmo tempo, optaram pelo limite máximo de compromissos plurianuais concentrando o poder e condicionando futuros executivos. A lei permite isto, mas escolher isto é uma opção deste executivo. Acrescem erros técnicos e forte dependência de fundos comunitários, o que levanta questões de planeamento e sustentabilidade, e a pergunta por parte do chega é simples.

Estamos a reforçar a estrutura financeira do município ou apenas a adiar mais um problema? O Chega defende rigor, prudência e respeito pelo dinheiro dos contribuintes e, por isso, iremos votar contra. Muito obrigada.”

Depois, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, concedeu a palavra ao Presidente da Câmara, para resposta.

Interveio o Presidente da Câmara, Frederico Castro, cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Responder à questão que foi colocada pela deputada Carla Góis, confesso que não percebi a questão que colocou a deputada Mariana do Chega, portanto, se puder esclarecer em relação à questão que colocou. A deputada Carla Góis questiona se a utilização do saldo de gerência compromete os próximos anos, não tem nenhuma correlação, portanto, a transição do saldo de gerência, quando muito impacta no exercício de 2026 não compromete os próximos anos. Uma coisa, nada tem a ver com a outra.

Relativamente às questões, ou às considerações, não colocou questões, mas às considerações que fez, o deputado Luís Artur, uma primeira nota para dizer que adjetivar da forma que adjetivou e estes temas na sua intervenção quase justificaria que nem merecesse resposta ou esclarecimento da parte do Presidente, foi perentório, dizendo que, foi perentório com relativamente às críticas e às conclusões que tirou. Se me colocasse alguma questão, eu teria mais obrigação de responder essa forma perentória de colocar as coisas e adjetivado até na sua intervenção quase que dispensaria a minha intervenção, mas eu vou fazê-la na mesma.

E vou esclarecer três pontos, esclarecer quem ouviu a sua intervenção, e esclarece-lo a si também, se se quiser considerar esclarecido isso depois a opção é sua, vou esclarecer três pontos. O primeiro ponto, relativamente à execução orçamental da despesa e fez uma correlação também e recuou um ano, período em que não estava cá, recuou um ano para discutir a transição do saldo de gerência de 2024, para 2025, e esse exercício devia ter levado o senhor deputado a questionar-se, por que razão em que, em dois anos consecutivos, o saldo de gerência tem uma dimensão significativa. Há uma razão fundamental e a razão fundamental tem precisamente a ver com o grau de compromisso deste executivo, que o senhor diz que não existe e que está espelhado num dos pontos que é fundamental, também, e que diz respeito a este saldo de gerência, sabe qual é? São os dois milhões duzentos e setenta e cinco mil euros que estão previstos para participar a Via circular urbana e no dia, e esse dia há de chegar, e no dia que nós tivermos de cumprir com o nosso grau de compromisso que é participar quinze por cento desse investimento, e esse valor tem de estar disponível nos cofres da autarquia e, portanto, é compromisso deste executivo e do executivo anterior, eu sei que, nesse tempo, o senhor andava mais atento ao Porto, mas agora tem que estar mais atento à Póvoa de Lanhoso. É compromisso deste executivo já de há uns anos a esta parte, que este valor transita todos os anos, enquanto não for executado, e enquanto não tiver que ser disponibilizado, temos esse dever, é uma questão de compromisso, portanto, senhor deputado, esse é o primeiro esclarecimento, desculpe, eu não lhe digo que o senhor não sabe. Portanto, se me permite, nós temos mantido esta linha de comportamento e de compromisso e vamos mantê-la no futuro, enquanto este valor não tiver de ser, de facto, usado com base no

compromisso que está estabelecido com as infraestruturas de Portugal, tenha calma, está tão nervoso.

A segunda nota, eu estou a fazer uma análise política, o senhor traz aqui análises técnicas que só compreende, quando muito compreende o senhor, quando muito compreenderá o senhor, portanto, a segunda nota tem que ver com o estudo o senhor disse até de uma forma quase ridicularizando quase o facto do executivo anterior ter, de facto, encetado e usado um período considerável do mandato anterior para elaborar estudos, para elaborar projetos, para submetê-los, para aprová-los, tudo isto tem um tempo, tudo isso tem um tempo. E tem o tempo que está precisamente e que se verifica precisamente no cumprimento das regras do Portugal 2030, nomeadamente do Norte 2030 e o senhor sabe isso, também, como deveria saber, e ignora na sua intervenção, que aquilo que nós temos que medir em 2025, não é se temos ou não uma execução de um milhão e meio, que eu até acho que é muito se quer que lhe diga, até acho que é muito, nós estamos a falar. Há de me explicar um dia, de que forma se executa, por exemplo, uma candidatura de dois milhões e meio que foi submetida e aprovada em 2025 ainda em 2025, de que forma se executa uma candidatura, isto é perceptível para qualquer leigo, de que forma se executa uma candidatura que é submetida em determinado ano civil, da qual recebemos aprovação da CCDR-N no próprio ano de 2025 e tivéssemos hipoteticamente tempo de lançar um procedimento que pudesse ser concluído e executado ainda durante o ano de 2025. O senhor sabe que é impossível que isso pudesse ter acontecido. Aquilo que aconteceu em 2025 foi submissão de candidaturas, de aprovação de candidaturas e elas vão ser executadas durante este mandato, até porque uma candidatura, por exemplo, como o Centro Educativo do território há de levar um ano e meio dois anos, de execução, uma candidatura como a requalificação do Cine-fórum dos bombeiros há de levar um ano e meio ou dois anos, estavam à espera que nós submetêssemos, aprovássemos e executássemos no mesmo ano, isso nem sequer é sério em termos de análise, desculpe que lhe diga, mas nem sequer é sério, não é? Portanto, esse é o segundo esclarecimento. E o demagógico sou eu ainda por cima, pois claro, ainda sou eu. Vamos admitir que o senhor tem uma visão diferente da minha e eu vou respeitar a sua e o senhor vai respeitar a minha, agora chamar-me demagógico, estraga o debate, estraga o debate, portanto, tenha a decência e dignidade de não estragar o debate, por favor. A segunda tem a ver que o saldo primário negativo, que referiram vários, pelo menos duas intervenções, referiram o saldo primário negativo, aqui é importante frisar que nesse saldo primário negativo também transitam aquilo que chamam a saldo primário negativo, a necessidade de nós cumprimos este ano com o cumprimento e a liquidação da despesa do final de 2025, que é habitual, que acontece sempre todos os anos, não com este executivo, mas com todos os executivos. Uma parte significativa daquilo que vocês chamam saldo primário negativo é a necessidade de nós liquidarmos este ano, compromissos de final de 2025, é normal, é sempre assim, portanto, investiguem isso, estudem isso nos últimos anos, é sempre assim.

Depois é verdade que temos aqui despesa com pessoal que temos de atualizar, até porque vamos falar sobre isso daqui a bocadinho, também, quando falarmos do mapa de pessoal, e essa despesa merece atualização nestes termos e entra no saldo primário negativo. Se considerarmos só os números sem uma análise política, podemos achar que estávamos em défice de um milhão de euros. Não estávamos em défice de um milhão de euros, estávamos e precisávamos, como precisamos todos os anos de incorporar o saldo de gerência para passarmos, a partir desse momento, a lidar com a totalidade do nosso orçamento, não é uma coisa deste executivo, senhor deputado, é uma coisa de sempre, foi sempre assim. A diferença é que a transição do saldo de gerência pode ser de um milhão de euros, de meio milhão de euros, dois milhões e de quatro milhões e duzentos e qualquer coisa mil euros, é o que estamos a analisar, sendo que, repito, e termino com este argumento, cinquenta e três por cento do valor que estamos a incorporar, diz respeito ao compromisso que é sério, para nós, do cumprimento da Via circular que um dia há de acontecer, enquanto não acontecer, vai-se habituando, porque se para o ano estivermos na mesma situação, teremos um saldo de gerência, pelo menos, pelo menos do valor da via circular, porque esse compromisso para nós é importante e vamos mante-lo nos próximos anos. Muito obrigado.”

Seguidamente, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, concedeu a palavra ao deputado do GP do PSD, Luís Artur Pereira.

Interveio o deputado Luís Artur Pereira, cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Já nem sei por onde hei de começar, a demagogia é tanta, senhor Presidente, primeiro vamos lá à via circular e diz que está a poupar dois milhões de euros por ano, está a poupar coisa nenhuma. O saldo é orçamental, não é financeiro, é inscrição em orçamento que depois lhe permite fazer mais despesa a seguir. Isto não é poupança de dinheiro para entrar com a participação nacional. É isto, o saldo é orçamental, ou seja, não executou despesa, não a realizou e tem um saldo no conjunto da receita orçamental não é financeira, do conjunto da receita menos a despesa surge um saldo, não, não estou errado, eu sei o que estou a dizer, eu sei o que estou a dizer, isto não é financeiro, tem os dois milhões no banco, responda-me a isto, onde é que tem os dois milhões? Não tem, não tem, não existem, existem orçamentalmente, que lhe permite ao incorporar o saldo, aumentar a despesa no ano seguinte, portanto, isso que disse é demagogia do mais puro que existe, por amor de Deus, ao menos antes de intervir nesta matéria aconselhe-se com alguém. Então informaram-no mal, eu bem digo que tem que mudar a sua organização.

Depois, a questão do saldo primário, o saldo primário é orçamental, é eu não ter capacidade para fazer aquela despesa toda, ou seja, a despesa é maior do que a receita. Isso é um saldo primário orçamental que é quando fecha o ano, não tem nada a ver com o ano seguinte, até porque o ano seguinte vai incorporar o saldo para ter mais despesa e

que entra, meteram na despesa não efetiva. Não, mas isso não é dinheiro, isso não é dinheiro é orçamento, é orçamental é contabilístico. Eu pergunto-lhe onde é que estão os dois milhões? O senhor Presidente mostra um depósito bancário, em que tenha lá os dois milhões que faz todos os anos? Adianta-lhe de muito também não vai haver via circular, até porque não é comparticipada por nenhum projeto comunitário, como sabe, não, eu sou contra, mas não vai haver nenhum projeto comunitário, mas na altura era estratégico era para a ligação ao vale do Ave hoje não é estratégico, o senhor Presidente não sabe o que é estratégia, tem medidas operacionais, portanto, tudo bem. Mas em relação, não, não, não preciso disso para atrair empresas, não preciso e suspeita empresas. Vou terminar, portanto, a questão do défice não tem nada a ver com o que disse aí, o senhor Presidente não sabe, inventa, como é seu costume, inventa.

Agora, deixe-me só, e com isto vou terminar, porque não falei nisto e é dez segundos, que é, digamos, a revisão orçamental. Eu chamo-lhe revisão orçamental, e não alteração modificativa, o que fizeram foi pegar no saldo, fizeram também alterações modificativas não fizeram só a incorporação do saldo, pequenas, mas fizeram, tem no PAM um reflexo de 14%, tem 73% no PPI, obviamente, está a reforçar a componente PPI, o PAM chamo-lhe aplicações relevantes, aplicações relevantes e o PPI não é igual ao orçamento, não é a totalidade do orçamento, a soma das duas não dá o orçamento. São aquelas despesas que o executivo considera como fundamentais para o desenvolvimento.

De qualquer maneira queria dizer uma coisa, as grandes opções do plano no orçamento inicial representavam 67% e agora com esta revisão, passam a representar 85% do saldo incorporado, portanto, isto é positivo.”

Depois, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, verificou que não existiam mais pedidos de intervenção e deu os pontos quatro e cinco por terminados, colocando os mesmos à votação do plenário, separadamente.

Deliberação Ponto Quatro: A Assembleia Municipal deliberou aprovar por maioria, com 27 votos a favor, 2 abstenções e 14 votos contra, a proposta da Câmara Municipal, para aprovação do mapa da demonstração de desempenho orçamental de 2025, no âmbito da faculdade prevista no artigo 124.º da Lei do Orçamento de Estado para 2026.

Deliberação Ponto Cinco: A Assembleia Municipal deliberou aprovar por maioria, com 27 votos a favor, 1 abstenção e 15 votos contra, a proposta da Câmara Municipal, para aprovação da 2.ª alteração modificativa ao Orçamento e Grandes Opções do Plano para 2026 e alteração do n.º 3 do artigo 26.º das Normas de Execução do Orçamento para 2026, nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual.

Depois, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, informou que embora ainda não estivessem cumpridas as quatro horas regimentares, por proposta da mesa em concertação com os líderes parlamentares, fariam um intervalo para jantar e retomariam os trabalhos às 20h30.

Após o intervalo, retomou os trabalhos, passando ao ponto seis da ordem do dia.

Ponto Seis: Propostas da Câmara Municipal para nos termos da Lei 73/2013, de 3 de setembro em conjugação com a Lei 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, aprovar:

- a. **Contratação de empréstimo de médio e longo prazo para financiamento do projeto de investimento "Eficiência Energética na Piscina Coberta Municipal", no valor de até 340.000,00€ (trezentos e quarenta mil euros), bem como aprovação dos respetivos compromissos plurianuais.**
- b. **Contratação de empréstimo a médio e longo prazo para financiamento da requalificação do Campo de Jogos de Monsul, no valor de até 500.000,00€ (quinhentos mil euros), bem como aprovação dos respetivos compromissos plurianuais.**
- c. **Contratação de empréstimo a médio e longo prazo para financiamento da reabilitação do edifício para criação do Centro de Competências da Filigrana, no valor de até 295.000,00€ (duzentos e noventa e cinco mil euros), bem como aprovação dos respetivos compromissos plurianuais.**
- d. **Contratação de empréstimo a médio e longo prazo para financiamento da requalificação do Pavilhão Desportivo da EB Gonçalo Sampaio, no valor de até 115.000,00€ (cento e quinze mil euros), bem como aprovação dos respetivos compromissos plurianuais.**
- e. **Contratação de empréstimo a médio e longo prazo para financiamento da ampliação do Parque do Pontido, no valor de até 1.150.000,00€ (um milhão cento e cinquenta mil euros), bem como aprovação dos respetivos compromissos plurianuais.**
- f. **Contratação de empréstimo a médio e longo prazo para financiamento da requalificação do Cine-Fórum, no valor de até 1.320.000,00€ (um milhão trezentos e vinte mil euros), bem como aprovação dos respetivos compromissos plurianuais.**
- g. **Contratação de empréstimo a médio e longo prazo para financiamento da recuperação da antiga EB1 de Campo para instalação da Universidade Sénior, no valor de até 205.000,00€ (duzentos e cinco mil euros), bem como aprovação dos respetivos compromissos plurianuais.**
- h. **Contratação de empréstimo a médio e longo prazo para financiamento para reabilitação de Escola para Inclusão Social - Central Idades, no valor de até 160.000,00€ (cento e sessenta mil euros), bem como aprovação dos respetivos compromissos plurianuais.**

- i. **Contratação de empréstimo de médio e longo prazo para financiamento do reforço da cobertura de redes de drenagem de águas residuais no concelho da Póvoa de Lanhoso, no valor de até 350.000,00€ (trezentos e cinquenta mil euros), bem como aprovação dos respetivos compromissos plurianuais.**
- j. **Contratação de empréstimo a médio e longo prazo para financiamento para construção do Centro Interpretativo da Póvoa de Lanhoso, no valor de até 225.000,00€ (duzentos e vinte e cinco mil euros), bem como aprovação dos respetivos compromissos plurianuais.**
- k. **Contratação de empréstimo a médio e longo prazo para financiamento da construção de habitações no Bobeiro no âmbito da Estratégia Local da Habitação, no valor de até 1.150.000,00€ (um milhão cento e cinquenta mil euros), bem como aprovação dos respetivos compromissos plurianuais.**
- l. **Contratação de empréstimo a médio e longo prazo para financiamento para a construção de habitações em Monsul no âmbito da Estratégia Local da Habitação, no valor de até 900.000,00€ (novecentos mil euros), bem como aprovação dos respetivos compromissos plurianuais.**
- m. **Contratação de empréstimo a médio e longo prazo para financiamento para construção da Loja do Cidadão da Póvoa de Lanhoso, no valor de até 650.000,00€ (seiscentos e cinquenta mil euros), bem como aprovação dos respetivos compromissos plurianuais.**

E concedeu a palavra à Câmara Municipal, para apresentação do ponto.

Interveio o Presidente da Câmara, Frederico Castro, cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Só para começar por esclarecer que, de facto, estes são pontos e assuntos que foram debatidos politicamente e profundamente na última sessão da Assembleia Municipal, portanto, aquilo que trazemos hoje aqui é a etapa final da contratação de empréstimos que diz respeito à contratação e propriamente à contratação de empréstimo com cada entidade bancária, em função das propostas que foram apresentadas e, conseqüentemente, selecionadas, portanto, trata-se só da contratação de cada um destes empréstimos. Muito obrigado.”

Depois, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, concedeu a palavra ao deputado do GP do PSD, Luís Artur Pereira.

Interveio o deputado Luís Artur Pereira, cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Eu gostaria muito de poder abordar aqui ponto a ponto, projeto a projeto, mas provavelmente não terei tempo, portanto, preferir fazer uma análise geral em relação a todos os financiamentos e depois se tiver tempo vou pelo menos, àqueles que poder, se

não puder, senhor Presidente da Assembleia apresentaremos declaração de voto por escrito e aquilo que não poder dizer aqui, obviamente, aparecerá na declaração de voto. A Câmara Municipal apresenta várias propostas de contratação de empréstimos, totalizam sete ponto, quatro milhões de euros, sete ponto, trinta e seis milhões de euros, que é um valor muito elevado face à atual situação de endividamento da Câmara Municipal. Aliás já o demonstrei nesta Assembleia que para o atual nível de endividamento da Câmara Municipal em 2025, vimos há bocadinho a execução orçamental, as receitas operacionais geradas estão no limite para cobrir o serviço da dívida. Como é que se faz estes cálculos? Normalmente, eu peço desculpa, hoje estive até às nove da manhã, toda a noite a fazer isto, só consegui ir até 2035 depois estava mesmo completamente estoirado, mas as análises deste tipo de contas normalmente vê-se é a tendência, não se vê propriamente o valor em concreto, provavelmente são projeções, e não fiz projeções. Eu fiz até 2030 aquilo que está no orçamento da Câmara Municipal, portanto, os números não são meus, de receitas e despesas correntes e depois sim, o serviço da dívida é o que resulta destes empréstimos quer o reembolso de capital, a amortização de capital e os juros, mas sem projeções na parte dos empréstimos fui até 2035, mas também como só ia apresentar até 2030, porque recuso-me a fazer projeções, podia-as fazer, mas recuso-me só pus os valores que estão no orçamento da Câmara Municipal, a acrescentar estes financiamentos, ao valor atual significa que a câmara vai ficar ainda pior em termos de endividamento, isto tem problemas na estrutura financeira da Câmara, vai exigir novas receitas e eu recordo que 2026 é um ano de forte subida dos impostos aos povoenses e no próprio orçamento, como também já o anunciei nos planos plurianuais, continua a haver aumento de impostos e taxas, e isso está nesta minha projeção. São os números da Câmara Municipal, mas vai ser preciso ou novas receitas extraordinárias ou podemos correr o risco que é hoje muito claro, de poder e não vir a cumprir o serviço da dívida, portanto, eu para a pagar não são dois milhões de euros no banco, eu para a pagar eu tenho que ter ou novas receitas extraordinárias, fazer novos empréstimos, contração de empréstimos para pagar dívida, que acho que é uma estupidez perfeita ou aumentar novamente os impostos, que eu acho que é inadmissível, portanto, a exigência de novas receitas extraordinárias e a redução da despesa corrente, é absolutamente essencial. Fazer novos empréstimos, será empurrar com a barriga para o futuro. A Câmara Municipal poderá vir a ter um défice permanente e execuções orçamentais cada vez mais baixas porque não tem dinheiro para pagar a receita. Nós funcionamos em contabilidade pública, contabilidade pública é uma contabilidade de caixa, ou seja, é dinheiro, dinheiro, dinheiro, estamos a falar do endividamento real e não, obviamente, do endividamento legal que há uma série de exceções ao endividamento, mas esse endividamento tem que ser pago e, portanto, raciocinemos em termos de gestão, por exemplo, há aqui empréstimos que serão expurgados para endividamento legal, mas não são expurgados na realidade porque tem que se pagar.

Vou dar uma breve nota do que é hoje a situação financeira da câmara, o endividamento atual são, eu estou a citar números que conheço da última informação da Câmara Municipal na atividade do município, são onze milhões, novecentos e cinquenta trezentos e oitenta e três, 11.9 milhões de euros. A acrescentar a isto 7.3 milhões de euros, daria muito próximo já dos vinte milhões, as receitas correntes em 2026 são 27.5 milhões que estão em orçamento, ou seja, o peso do endividamento já representa hoje 70%. Este peso dos novos endividamentos tem um peso na receita corrente de quarenta e três ponto quatro, o atual endividamento é 70% só este endividamento são 40%, ou seja, há aqui uma subida do peso do endividamento perfeitamente excessiva. Os empréstimos, regra geral estão construídos desta maneira, alguns com prazo de vinte anos, dois ou três, há um com prazo de oito anos, e os outros a maior parte são dez, doze, anos. Isto dá uma maturidade média não são todos iguais, obviamente, dá uma maturidade média de contração destes empréstimos a treze anos, treze ponto dois, mais que a maturidade média do prazo em si interessa é o pagamento quanto é que se paga e tem uma maturidade média, dez anos, porquê? Porque todos eles exceto um têm carência de capital durante três anos e há um que tem dois anos, da eficiência energética da piscina e, portanto, a maturidade é dez anos, significa o quê? Que eu durante dez anos, posso vir a ter problemas nos défices da Câmara Municipal, posso vir a ter, mas também pode haver uma receita extraordinária que eu desconheça e que a câmara possa conhecer. Bem, isto dá um serviço da dívida, é assim como há carência de capital e o forte disto é o capital, ou seja, é a amortização do empréstimo, do capital não dos juros, como em 2026, 2027, 2028, nestes três anos, num deles é só dois anos, não há grandes problemas, o défice não é défice é superavit, em 2026 e 2027, agora a partir de 2028 quando começa a entrar a amortização do capital, o serviço da dívida é negativo, ou seja, não consigo pagar a dívida, com esta receita corrente que está no orçamento a partir de 2028 é negativo e até 2030, eu só fiz esta análise até 2030, porque não quis estar a projetar receitas e despesas, acumula um negativo de 1.3 milhões de euros, ou seja é preciso arranjar 1.3 milhões de euros, para pagar estes empréstimos, fora do contexto atual, pode já nem haver margem legal, porque a Câmara Municipal está a utilizar, e bem, do ponto de vista legal, do ponto de vista da gestão não, num artigo do Orçamento de Estado de 2026, que permite que o endividamento legal seja calculado de maneira que o limite em vez de ser o peso para o limite e para o endividamento legal costuma ser de 70% e passou a 100%, mas, obviamente, isto não vai durar sempre, eu percebo a intenção da Assembleia da República e, nomeadamente, do Governo, quero, obviamente, agilizar rapidamente os investimentos públicos do quadro comunitário. Acabando, voltamos à lei das Finanças locais e, portanto, nós pela Lei das Finanças locais praticamente estes empréstimos atingem o limite legal, só não o atingem por causa do Orçamento de Estado deste ano, mesmo até do ponto de vista legal, se calhar, corre o sério risco de se contrair mais algum empréstimo de ter problemas, enquanto durar a lei do Orçamento de Estado, obviamente que não, agora,

nenhum gestor seja público, seja privado, aprova um projeto de investimentos sem ver a viabilidade do investimento.

É comum nesta câmara não se mostrarem análises nenhuma, nem estudos nenhuns, é assim no orçamento é assim aqui também, alguém decide vamos fazer aquela coisa, muito bem então faz-se, não, um gestor analisa primeiros os dados que tem e vê se tem viabilidade ou não, porque não é por ir buscar 20, 30, 40 ou 50%, e aqui há alguns casos é isso, de fundo perdido que faço o investimento, porque o investimento pode ser ruidoso para o concelho, se não gerar viabilidade, e a viabilidade não é só económica, é assim eu sou macroeconomista eu sei do que falo, é assim, eu transformo, qualquer macroeconomista na análise de um projeto transforma projetos de viabilidade, por exemplo, ambiental, culturais, com factos culturais, como fatores ambientais, etc., transforma aquilo económicos para fazer os estudos, portanto, não há razão nenhuma para não haver estudos para se decidir, porque, se calhar, alguns destes investimentos nem sequer chegariam aqui, e estou a supor que essas candidaturas estão todas aprovadas para a análise que faço. Outro ponto que é comum a várias candidaturas, eu estou a falar no geral, nas várias candidaturas, portanto, isto já vimos, análises económicas, análises culturais, análises ambientais, seja o que for, não existem, não nos são dadas pelo menos. Não basta dizer que são projetos estratégicos, não isso não basta nada, é preciso saber os benefícios que trará para o concelho. Eu só faço investimento se trazer benefícios para o concelho porque se não, vou fazê-lo para quê? Para depois meter lá dinheiro, meter a participação nacional, depois aquilo dá prejuízo, não.

Outro ponto comum é o valor do empréstimo, que está a ser solicitado ser superior à participação nacional, o que não se entende, se a Câmara não tem dinheiro, embora tenha dois milhões no banco para a Via Circular, o senhor Presidente da Câmara disse há bocado, eu é que disse que não, que não era financeiro, mas se a câmara não tem dinheiro para fazer estes projetos para a participação nacional, aliás, nem precisava de contrair empréstimos para quê? Então não aumentou os impostos num milhão de euros, vai ao bolso dos povoenses e agora quer mais empréstimos? E está a pedir mais do que a participação nacional, isso não tem sentido nenhum, o sentido que tem e à velha maneira de dizer assim a gente pede mais e depois dá para outras coisas, ponto final, assumo o que estou a dizer. Dá essa ideia, mas deve ser verdade. Eu não me esqueço que o orçamento está cheio de défices primários, não é? Está cheio de défices primários e, portanto, estes empréstimos não é só para pagar estes investimentos, estes empréstimos são, obviamente para resolver o problema, para resolver ou pelo menos, atenuar o défice primário, e não esquecendo, repito, a carga brutal dos aumentos dos impostos sobre os povoenses, afinal, o aumento de impostos, vocês diziam que era para investimentos, foi para quê? Para investimentos não foi, estão aqui a pedir empréstimos.

Assim sendo, eu quero salvaguardar que esta análise é feita com a informação que temos disponível. Esta informação é da Câmara Municipal, nós fizemos aqui uma correção a alguns destes investimentos, e eu diria que um valor mais ou menos aproximado entre os

três a quatro milhões de euros seria um valor aceitável para termos ainda assim, uma conta de serviço da dívida, mais ou menos positiva, baixa mas positiva, há outros investimentos que têm que ser obrigatoriamente reavaliados e depois decidir no futuro, quero também salvaguardar que eu não tenho aqui Monsul, porque não a tinha na documentação e portanto todas as contas que eu fiz foi sem o empréstimo de Mossul, o parque de jogos, de qualquer maneira isso só agravará, digamos, os números que eu tenho aqui, porque são mais coisas que entram. Há uma coisa que nós nunca nos podemos esquecer na nossa atividade política, é que o dinheiro não é nosso. O dinheiro é dos povoenses, não é nosso é dos povoenses. E agora vou tentar analisar alguns projetos. Uma vez que não analisei Monsul, acho que vale a pena falar sobre ele, é assim o projeto de Monsul já devia estar feito, é do quadro comunitário anterior, senhor Presidente da Câmara, nem sequer é de 2025, devia ter sido terminado em 2025, porquê que não o fez? Aquilo está um nojo, eu conheço aquilo e está um nojo completo. E para que é que precisa de 500 mil euros? Basta-lhe 45 mil para a participação inicial, é para depois fazer outras coisas, eu percebo isso.”

Depois, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, concedeu a palavra à deputada do CDS-PP, Carla Martins.

Interveio a deputada Carla Martins, cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Gostaria de informar a mesa que depois no final deixo uma declaração de voto por escrito, porque não tenho tempo para analisar os pontos.

Relativamente ao ponto em apreciação, o CDS entende que os investimentos apresentados representam em vários casos, uma oportunidade relevante para o desenvolvimento do concelho, nomeadamente ao nível da melhoria de infraestruturas, promoção da coesão social, valorização do território e reforço da qualidade da vida das populações. Nesse sentido, foi possível acompanhar, favoravelmente, as propostas que demonstram um impacto direto na comunidade, contribuindo para áreas essenciais como o ambiente, a inclusão social, o desporto, a cultura e o acesso a serviços públicos.

Contudo, importa também sublinhar que o recurso ao endividamento deve ser sempre ponderado com rigor e responsabilidade. Em algumas das propostas apresentadas, subsistem dúvidas quanto ao enquadramento financeiro, à taxa de participação e a fundamentação técnica que sustenta o investimento, bem como à sua prioridade relativa face a outras necessidades do concelho.

Por esse motivo, optamos pela abstenção dessas situações, não por discordância quanto à natureza dos projetos, mas por entender que seria desejável uma maior clarificação e fundamentação que permitisse uma avaliação mais segura do recurso ao crédito. O sentido de voto expresso resulta assim de uma análise individualizada de cada proposta,

procurando equilibrar a valorização do investimento público com a necessidade de uma gestão financeira prudente e sustentável.

Reafirma-se que o recurso ao crédito deve ser orientado por critérios de transparência, prioridade impacto real na vida das populações, salvaguardando sempre o interesse do concelho no presente e no futuro. Muito obrigada.”

Depois, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, concedeu a palavra ao deputado do GP do PS, Joaquim Fernandes.

Interveio o deputado Joaquim Fernandes, cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Só aqui uma nota sobre aquilo que se passou no final da minha intervenção no PAOD e durante a intervenção do PAOD, senhores deputados, eu acho que aquela reação que vocês tiveram é um bom exemplo, e aqui senhor deputado Rui Rebelo, uma disciplina que conhece bem, é um bom exemplo para mostrar em ciência política, como é que não se faz, não fui eu que abri aqui, e que trouxe a debate, primeiro não era uma resposta ao senhor deputado Rui Rebelo e não fui eu que trouxe o tema da transparência, da opacidade, do esconder documentos, portanto, foram vocês que falaram nisso, e depois têm a reação que tiveram, era um bom exemplo.

O senhor Luís Artur, enfim, constrói aqui um cenário negro, uma coisa tremenda e fala apenas de que quem ouvir só fica com a ideia de que a câmara só vai ter encargos para pagar e não tem receitas, portanto, e da forma como os tem, portanto, exatamente é esse o cenário, portanto é o copo meio cheio e o copo meio vazio, nós vemos o copo meio cheio, vocês vêm sempre o copo meio vazio, vêm o copo meio vazio agora, porque antes de 2021 não viam o copo meio vazio, viam o copo meio cheio. O debate em torno das opções tomadas pelo executivo não é um debate meramente financeiro é acima de tudo, um debate político estratégico e de visão para o território. Os vereadores do PSD justificaram o seu voto contra a um conjunto significativo de investimentos estruturantes e, pelos vistos, o PSD prepara-se para fazer o mesmo, com um único argumento, o endividamento do município.

O que hoje discutimos não é apenas um número de empréstimos, nem um quadro com colunas e rácios, é uma opção política sobre que Póvoa de Lanhoso queremos para os próximos vinte ou trinta anos, e é só a título de exemplo, é disso que se trata quando falamos do Cine Fórum, da Universidade Sénior, do Centro de competências da Filigrana, do Parque do Pontido, da requalificação, enfim, chamamos-lhe o campo de jogos de Monsul eu chamar-lhe-ia o Parque Desportivo de Baixo Concelho, de equipamentos que estruturam o território, reforçam a coesão social e aumentam a qualidade de vida de milhares de povoenses. Estes investimentos não são luxos nem caprichos de um executivo, são respostas a necessidades concretas. São espaços que dão palco aos nossos agentes culturais, espaços educativos e sociais que promovem a inclusão, espaços de

envelhecimento ativo para os nossos idosos, infraestruturas desportivas, para as nossas crianças e jovens.

Nenhum destes projeto se mede em lucro financeiro de curto prazo, mede-se em bem-estar, identidade, desenvolvimento humano e atratividade do concelho, e eu aqui deixo uma nota de rodapé, uma realidade que nós conhecemos todos e as pessoas que moram no baixo concelho conhecem bem melhor que eu, o baixo concelho vive muito para Amares, para Amares e para Braga, para aqueles freguesias limítrofes, não temos rigorosamente nada no baixo concelho, não tem sido feito investimento rigorosamente nenhum no baixo concelho. A escolha é as pessoas continuarem a procurar outros destinos para viver ou terem infraestruturas para ficarem na Póvoa de Lanhoso. Há, portanto, uma escolha política clara, de um lado, uma visão que entende que governar é investir nas pessoas e no território, aproveitando fundos comunitários e associando cada euro dos empréstimos uma obra concreta, útil e necessária.

De outro lado, do outro lado, temos uma visão que olha para este instrumento de forma abstrata e isolada, transformando um instrumento de desenvolvimento numa bandeira de medo e bloqueio. Mas essa posição ignora realidades fundamentais e que não podem ser omitidas nesta assembleia nem omitidas aos povoenses e eles sentem bem isto, as propostas rejeitadas pelo PSD e que se prepara para o fazer também nesta assembleia, dizem respeito maioritariamente à recuperação e criação de espaços culturais, educativos, sociais e de fruição pública. É o Cine-Fórum, é a Universidade Sénior, é o centro de competências da Filigrana, é o Parque do Pontido, é a requalificação de equipamentos comunitários essenciais como o Parque de Monsul. Estamos a falar de espaços que servem crianças, jovens, idosos e agentes culturais, reforçam a coesão territorial e social, qualificam o território e aumentam a atratividade e a qualidade de vida na Póvoa de Lanhoso.

Qual é o critério usado pelo PSD para negar a utilidade a um espaço cultural? Desde quando a cultura, a inclusão social ou o envelhecimento ativo precisam de provar rentabilidade financeira para existir? Por isso é que nós temos um Concelho na Póvoa de Lanhoso altamente desenvolvido em termos culturais, claro, O PSD deixou dívida e uma gritante ausência de obras estruturantes para o desenvolvimento do concelho. Havia dívida, isso é inegável, não havia investimento estruturante proporcional, não havia equipamentos culturais modernos, senhores deputados, é só fazer uma visita ao Cine-fórum, é só fazer uma visita ao cine fórum, nem uma rede qualificada de espaços públicos e sociais.

O que a Câmara faz agora é diferente, assumo estes empréstimos sim, mas para obras concretas, úteis e necessárias, muito delas com participação comunitária relevante. É isso que faz qualquer gestão responsável, não sacrifique as gerações futuras, garante que essas gerações herdem equipamentos qualificados e não apenas obrigações sem obra. Passivo sem obra é um problema, investimento em obra estruturante é opção política legítima e responsável.

A incoerência do PSD, algo que não pode passar despercebido, e não pode. O PSD exige hoje estudos de viabilidade para espaços culturais, critérios financeiros que nunca exigiu no passado e é só recordar o que foi feito, por exemplo, os critérios que foram exigidos num investimento em Calvos, níveis de participação que quando governou raramente questionou. O PSD irá votar contra um investimento estruturante em cultura, coesão social e territorial ou assume sem rodeios que considera a cultura acessória, o envelhecimento ativo secundário, e o investimento público, um mero exercício contabilístico, é a posição política, sem coerência, nem coragem para assumir o que está verdadeiramente em causa. Uma discordância ideológica com o investimento público na cultura e na comunidade. E depois podíamos ir por aqui a baixo em termos de cultura, senhores deputados, para quem como eu, e permitam-me esta declaração de interesses para quem tem quarenta e cinco miúdos a aprender música em espaços que não tem portas, num fórum em que é o que é, o silêncio do PSD sobre esta matéria, o silêncio e a atitude que vai tomar é ela, também, uma resposta para os povoenses. Conclusão, o executivo fez uma escolha clara, investir em pessoas, investir em espaços uteis e investir no futuro da Póvoa de Lanhoso. O PSD fez outra, e quer fazer outra, é travar investimentos, usar dívida como um argumento isolado sem contexto nem visão, votar contra tudo aquilo que mais qualifica o território. A Póvoa de Lanhoso merece mais do que o medo da decisão. Merece visão, coragem, e compromisso com o futuro.”

Depois, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, concedeu a palavra ao Presidente da Câmara, para resposta.

Interveio o Presidente da Câmara, Frederico Castro, cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Várias notas, a primeira nota, é deixar claro que nós, do ponto de vista do planeamento, e do ponto de vista da decisão e do ponto de vista do efeito que estas decisões têm para médio e longo prazo, não apresentamos aqui nada de diferente daquilo que sempre aconteceu ao longo da história deste concelho. As principais infraestruturas deste concelho foram cofinanciadas por fundos comunitários e complementadas por fundos contraídos na banca pelos vários executivos que antecederam este executivo.

Portanto, desse ponto de vista, estamos a fazer exatamente a mesma coisa que foi feito, do ponto de vista da fórmula que está a ser adotada, estamos a fazer a mesma coisa que foi feito por todos os anteriores executivos e muito bem. Oh senhor Presidente, eu não vou conseguir fazer uma intervenção com um senhor que não se comporta e que não consegue ouvir a intervenção de alguém até ao fim. Se me permitir continuar a minha intervenção e depois o senhor, poderá solicitar esclarecimentos ou prestar esclarecimentos e eu ouvi-lo-ei, depois faz um exercício especulativo relativamente ao efeito da dívida e à forma como isso terá de ser gerido ao longo dos anos, sim, especulativo, traça cenários

hipotéticos, hipoteticamente, não consegue ouvir é uma coisa, é patológico quase, parece patológico.

Portanto, traça um cenário hipotético, vários, cenários hipotéticos e apresenta exercícios especulativos, portanto, pode vir a ter que, pode vir a acontecer, pode vir a necessitar de reforçar receita, e com base em cenários hipotéticos, constrói uma narrativa. É uma opção política de quem quer desmerecer as decisões que foram tomadas por este executivo. Eu vou deixá-lo a já com outro cenário hipotético, também é um cenário que eu traço, tenho o direito de o fazer, sem especular já agora, porque eu baseio-me em fatores históricos relativamente àquilo que vou dizer, eu desafio-o a vir a este púlpito de cada vez que, ao longo dos próximos anos, recebermos a notícia, e vamos receber várias, eu vou dar aqui vários exemplos, de cada vez que recebermos uma notícia que determinada candidatura recebeu um reforço de participação comunitária, de cada vez que isso acontecer, eu desafio-o a vir a este púlpito, dar a mão à palmatória e dizer o senhor Presidente de Câmara, tinha razão, vai acontecer muitas vezes. É o meu exercício especulativo, é o meu exercício especulativo, sabe porquê? Porque aconteceu sempre ao longo da história. Aconteceu sempre quando os anteriores quadros comunitários foram executados e sempre este e outros municípios viram determinadas candidaturas receber reforço de verba, precisamente porque existe sempre, também, tradicionalmente, a necessidade de aumentar o grau de execução dos vários contratos-programa que são contraídos com o Estado português e a Comunidade europeia, portanto, também deste ponto de vista, não estou a inovar.

A única diferença entre nós os dois é que eu estou a construir um exercício, hipotético real, com base em dados históricos reais, essa é a grande diferença, portanto, vamos ver no futuro, cá estaremos, pelo menos durante mais três anos e meio, e cá estaremos para verificar se é o senhor que tem razão ou se sou eu que tenho razão, mas ainda assim, vamos olhar para estes dados à luz daquilo que conhecemos hoje, e à luz daquilo que conhecemos hoje, aquilo que estamos a fazer é a aprovar, já agora todo este debate já aconteceu na outra Assembleia Municipal, o senhor gosta de ser repetitivo, vamos lá porque quem está em casa, pode não ter assistido à outra e querer assistir só a esta e nós temos que esclarecer isto.

Nós estamos a falar da contração de cerca de um terço do valor que vai ser investido, cerca de um terço do valor que vai ser investido. Estamos a falar de um valor global de sensivelmente vinte cinco milhões de euros, e o município assegura uma participação de 7.3 milhões de euros, qualquer coisa dentro disto. Eu digo-lhe assim, e fazendo uma analogia para o mundo empresarial, qualquer empresário que precise de modernizar equipamento que precise de industrializar a atividade onde possa estar inserido. Se puder fazer o negócio de comprar duzentos e quarenta mil euros de equipamento, pagando, só um terço desse valor, assina logo por baixo, qualquer empresário minimamente consciente e que faça um planeamento capaz de se poder equipar para poder corresponder melhor ao mercado onde possa estar inserido. Portanto, aquilo que nós

estamos a fazer efetivamente é isso sim, diferente em relação ao passado, num volume de investimento completamente diferente, porque este volume de investimento é muito mais significativo, trazer para o concelho infraestruturas que fazem falta há muitos anos, já falámos sobre isso e, portanto, se não estamos de acordo em relação a esse volume de investimento, senhor deputado, eu deixo-o com uma questão, e vamos falar então do campo de jogos de Monsul, também, mas vou falar aqui de outros exemplos, eu deixo-o com uma questão. Qual destes investimentos é que o senhor deputado não faria? São os novecentos e trinta e quatro mil euros que vão ser investidos na eficiência energética da piscina municipal, que tem comparticipação de duzentos e trinta e nove mil euros do município? É a requalificação do campo de Jogos de Monsul que sim, tem um volume de investimento superior àquilo que está previsto em termos de comparticipação, porque sim, duzentos e cinquenta e cinco mil euros é insuficiente para fazer aquilo que merece ser feito no campo de jogos de Monsul, que aguarda este investimento há décadas? O senhor que diz que conhece o espaço eu vou-lhe dizer uma coisa, o senhor conhece o espaço, mas não conhece as pessoas. O senhor conhece o espaço e não conhece as pessoas, e não conhece as pessoas que frequentaram e utilizaram aquele equipamento durante muitos anos, em condições muito adversas, e também não conhece as famílias que têm os seus filhos a jogar futebol em crespos, ou em Amares ou noutras paragens, porque não conseguem ter um equipamento de qualidade no baixo concelho, portanto, o senhor conhece, diz que conhece, mas eu acho que não conhece nada. Eu acho que não conhece nada, eu não acordei agora, muito menos para esta realidade.

Olhe, o senhor não sabe o que está a dizer, o senhor não sabe o que está a dizer, era deste investimento que abdicava? Ou era, por exemplo, da requalificação do pavilhão gimnodesportivo da escola Gonçalo Sampaio, que tem um volume de investimento de setecentos e setenta e oito mil euros e que vai ter a comparticipação do município de cento e dezasseis mil euros? Era esse investimento que não fazia? Não eu estou a perguntar, não estou a pôr na boca de ninguém, estou a perguntar. Qual era o investimento que não fazia? A requalificação do Cine-Fórum, o senhor diz que está mal projetado, mas eu não sou técnico especialista na matéria, o senhor é especialista em todas as matérias, portanto, são dois milhões, quinhentos e noventa e seis mil euros que tem uma comparticipação de sensivelmente 50% deste valor por parte do município e temos neste momento assegurado.

O senhor já percebeu que está a ser desadequado, ou precisamos de lhe voltar a esclarecer aquilo que está a acontecer nesta sala em relação a isso? Este projeto tem uma comparticipação de 49.07% e no dia que recebermos o reforço de financiamento desse projeto, o senhor tenha a consciência e a hombridade de vir a este púlpito pedir desculpa em relação aquilo que aconteceu aqui hoje, porque esse dia vai chegar, e isso vai acontecer, aconteceu sempre, portanto, se me disser que estamos estrategicamente a fazer uma distribuição das verbas que temos ao nosso dispor para poder beneficiar no futuro de um reforço de candidaturas, estamos e estes sete milhões e trezentos mil euros

daqui a dois, três, quatro anos serão sessenta por cento sensivelmente do valor. É verdade, porque a cada reforço de candidatura que nós recebermos, temos a obrigação legal até de amortizar o empréstimo que for contraído na banca, portanto, este sete milhões e trezentos mil euros daqui a três, quatro anos serão menos de cinco milhões de euros, serão um valor entre os quatro milhões e os cinco milhões de euros. E eu estou a fazer um exercício real com base em dados históricos.

A diferença é que o senhor especula à sorte, eu especulo com base naquilo que é o passado, e naquilo que é o passado de pessoas que estiveram aqui do seu partido e que fizeram a mesma coisa, portanto, há aqui uma diferença universal entre nós, sabe qual é? É a diferença entre quem quer mesmo dotar a Póvoa de Lanhoso de Infraestruturas que fazem mesmo falta ao nosso concelho há muitos anos, e eu dou a cara por isso, dou a cara por estes empréstimos, dou a cara por estas decisões e darei a cara no futuro, correndo melhor, ou correndo pior, se no futuro não houver reforço de cofinanciamento destas candidaturas, eu virei aqui e direi, senhor deputado, tinha razão, eu achei que ia acontecer uma coisa, afinal, aconteceu outra, e o senhor deputado tinha razão. Mas se acontecer o contrário, fica registado em ata e fica na memória de toda a gente, o senhor deputado, tem o dever de vir a este púlpito reconhecer que fez um exercício especulativo errado, que errou no prognóstico que fez e que o executivo e a Câmara Municipal tinham razão, e asseguro-lhe que o executivo e a Câmara Municipal têm razão, e essa razão vai ser demonstrada ao longo dos próximos anos. Registe aquilo que lhe estou a dizer.

Em relação ao exemplo de Monsul, só para finalizar, é verdade que o baixo concelho foi muitas vezes colocado em segundo plano. É verdade que o baixo concelho foi muitas vezes o parente pobre deste concelho, muitas vezes, há um terço da população deste concelho que vive no baixo concelho. E também é verdade, sem desmerecer os Presidentes de câmara que me antecederam, que temos hoje um Presidente de Câmara que, entre muitas outras características, é especialmente sensível às necessidades do baixo concelho, portanto, aquilo que eu puder fazer para equilibrar os pratos da balança que estiveram desequilibrados durante muitos anos, vou fazê-lo, se o senhor for contra isso venha aqui, afirma-lo. Eu continuarei a dizer que sou a favor de equilibrar os pratos da balança e de dotar o baixo concelho de um equipamento, que existe em Santo Emilião, e bem, que existe em Porto D'Ave na freguesia de Taíde, e bem, que existe no campo Municipal e muito bem, que existe desde o mandato anterior na freguesia de Serzedelo e que não existe no baixo concelho e vai passar a existir durante este mandato. Muito obrigado.”

Seguidamente, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, questionou o Presidente da Câmara, se autorizava o vereador da oposição, José Manuel Silva, a usar da palavra, e como a resposta foi afirmativa, concedeu então a palavra ao vereador José Manuel Silva.

Interveio o vereador da oposição, José Manuel Silva, cumprimentou todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“E agradeço a oportunidade ao senhor Presidente da Câmara para vir dar aqui um esclarecimento ao senhor deputado Joaquim. Já na intervenção do PAOD ele dirigiu-se aos vereadores do PSD e agora reiterou nova afirmação relativamente aos vereadores do PSD, quando diz que votam contra por causa do aumento do endividamento. Reduziu-nos basicamente a isso, eu acho que o senhor deputado eu sei que tem a necessidade de vir aqui e gosta de falar, só que fala muita coisa que não sabe.

Eu ia aconselha-lo a pedir as atas ao senhor Presidente da Assembleia, as atas da reunião de câmara e está lá explanado em todas as deliberações, a nossa posição e as razões, porque votámos favoravelmente, porque votámos contra e é sempre fundamentado. Eu vou-lhe dizer que nestes casos, porque é neste ponto que estamos, não foi por causa do indevidamente, pela baixa taxa de comparticipação, por falta de estudos de viabilidade, situações em que temos uma comparticipação a 100% e há a necessidade do reforço financeiro. Há um conjunto de variáveis que entram sempre na nossa decisão e o senhor Joaquim, aquilo que eu lhe peço é que leia, peça ao senhor Presidente da Assembleia, como líder parlamentar até lhe fica mal não ter conhecimento daquilo que são as nossas deliberações em reunião de Câmara.

Estamos numa Assembleia Municipal e aquilo que eu lhe peço é, e que todos nós pedimos é que venha aqui, que tenha intervenções a favor da Póvoa de Lanhoso, que acrescente valor à Póvoa de Lanhoso e que não se transmita a ler uma declaração que parece que nem foi por si escrita. Obrigado.”

Depois, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, concedeu a palavra ao deputado do GP do PS, Joaquim Fernandes.

Interveio o deputado Joaquim Fernandes, cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Eu só pergunto ao senhor vereador da oposição José Manuel Silva, se votaram a favor, se votaram a favor dos empréstimos do Cine-Fórum, do centro de competências da filigrana, da ampliação do Parque do Pontido e da requalificação do campo de jogos de Monsul e da escola de Campo. Se isto é mentira ou se isto é verdade, portanto, só tem que dizer o que é que fizeram na reunião de câmara, foi aquilo que eu disse ali, e depois pergunto-lhe qual foi o investimento estruturante que foi feito no baixo concelho nos últimos anos? Diga-me um.”

Seguidamente, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, voltou a conceder a palavra ao vereador da oposição, mediante previa autorização do Presidente da Câmara.

Interveio o vereador da oposição, José Manuel Silva, cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Senhor Joaquim ouvi com muita atenção as suas interessantes questões, efetivamente, e acho que como líder parlamentar até lhe fica mal não ter conhecimento das deliberações que são tomadas em reunião de câmara, é uma obrigação as atas da reunião de câmara são comunicadas à Assembleia Municipal e você enquanto líder parlamentar, tem que ter acesso a essas atas da reunião de câmara e fica-lhe muito mal como líder parlamentar, e estar a ocupar esse lugar, que tanta gente teve aí que dignificou o partido e o senhor não está a dignificar, porque nem sabe sequer aquilo que são as suas obrigações, votámos naturalmente em muitas dessas contra, noutras votamos favoravelmente, noutras abstivemo-nos e todas elas estão fundamentadas, e aquilo que eu lhe peço é que já que não fez o trabalho de casa, que peça as atas ao senhor Presidente da Assembleia para estudar e para se preparar para essas reuniões de câmara.

Relativamente, quando diz falta de investimento no baixo concelho, eu se calhar estou de acordo com o senhor deputado desde 2021 para cá, porque eu o desafio que lhe faço é o que é que se fez de 2021 para cá, aliás, eu não tenho nenhum prazer em estar aqui neste tipo de diálogo consigo, mas houve efetivamente, por exemplo, um grande investimento no baixo concelho, que foi a praia fluvial de Verim, e é bom recordar que até foi inaugurada depois pelo senhor Presidente da Câmara, mas não vamos discutir isso, acho que devemos é de dar as mãos e perceber que efetivamente o baixo concelho precisa, por exemplo, da requalificação da estrada 595, precisa e, naturalmente, que essa também será uma prioridade do senhor Presidente da Câmara, estamos todos aqui juntos, acho que o atacar o afrontar, acho que devemos unir, agregar e construir uma Póvoa a melhor, eu acho que é obrigação do senhor deputado, de todos os deputados nesta Assembleia Municipal e tenho a certeza que essa é a vontade do senhor Presidente da Câmara, também, no final do mandato, ter, por exemplo, a estrada 595 requalificada, porque, convém para também termos acessos dignos, à requalificação que vai acontecer no campo de Monsul, é isso que eu lhe peço, é isso que eu a si enquanto líder da bancada que faça o seu trabalho de casa e terei todo o prazer em estar aqui para debater consigo.”

Depois, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, verificou que da parte da Câmara Municipal mais ninguém pretendia responder, e concedeu a palavra ao deputado do GP do PS, Joaquim Fernandes, para pedir ou prestar esclarecimentos.

Interveio o deputado Joaquim Fernandes, cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Se continuássemos nesta conversa, finalmente já começou a admitir que o baixo concelho precisa de muita obra, portanto, estamos a começar a falar a mesma linguagem, é bom e bonito reconhecer que não fizeram nada pelo baixo concelho, e depois, senhor deputado, não me chama mentiroso, os senhores votaram contra estes pontos que eu elenquei aqui,

os senhores votaram contra, ponto. Esta é a verdade, pronto, a linguagem do senhor deputado, era mais ou menos assim, ou que não estudava ou que não lia, senhor deputado eu li bem aquilo que estava lá, os senhores votaram contra, votaram contra. Esta é a realidade, votaram contra o campo de jogos de Monsul, votaram contra o Cine-Fórum dos bombeiros, portanto, há aqui um conjunto de entidades e de gente que produz cultura que não tem a consideração do PSD, ponto final, esta é a realidade e a partir daqui vale o que quiserem, e o senhor pensa o que quiser e os povoenses onde pensar o que quiserem. Porque por vossa vontade o Cine-Fórum caía, não havia um espaço de cultura na Póvoa de Lanhoso, esta é a realidade.”

Depois, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, concedeu a palavra ao deputado do GP do PSD, Luís Artur Pereira.

Interveio o deputado Luís Artur Pereira, cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Muito rapidamente, em primeiro lugar, ninguém está aqui contra projetos, este ponto da ordem de trabalhos, é financiamentos, é empréstimos não é projetos, só se pegou nos projetos porque a Câmara vê que estes financiamentos é para a comparação nacional desses projetos, não tem nada a ver uma coisa com outra. Agora eu pessoalmente há aqui projetos que eu reavaliava, nem disse que cortava nenhum. Senhor Presidente reavaliava, é preciso estudos para isto.

Vou rapidamente a Monsul, quer quinhentos mil euros, diz que aquilo, afinal, as obras vão custar mais, mas a candidatura foi trezentos mil, então porque é que foi só trezentos mil? Lembrou-se à posterior? Só precisa mesmo de quarenta e cinco mil para este.

Eu vou ao Cine-Fórum é uma instituição que me merece muito, muito respeito por quem fui Presidente do Conselho Fiscal, o valor do investimento, a Câmara está a pedir de empréstimo, um milhão, trezentos e vinte mil, esta candidatura foi de um milhão oitocentos e trinta e um, é que esta candidatura está toda errada e eu vou explicar porquê. O subsídio é de um milhão duzentos e sessenta e quatro, esta candidatura devia ter sido, um milhão duzentos e sessenta e quatro, são números seus não são meus, pelo menos, que nos distribuíram, à peço desculpa, eu pergunto porque é que esta candidatura não foi financiada a 85%? Foi financiada a 45%, oh senhor Presidente, eu faço projetos eu sei que, ela se está financiada a 45% tem ali algum problema.

Mas deixe-me só dizer uma coisa, esta candidatura, no meu ponto de vista, está perfeitamente em termos de organização errada. Quem devia ter promovido esta candidatura era a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários da Póvoa de Lanhoso, que é uma entidade que não tem fins lucrativos, podia fazer esta candidatura, é uma candidatura pública e tinha que ter um parceiro estratégico. E o parceiro estratégico seria, naturalmente, a Câmara Municipal, agora o que me dizem é que o Senhor Presidente se quer meter em tudo no trabalho das associações. Quem vai gerir o Cine-Fórum, não é

a Câmara Municipal, esta candidatura feita pela Associação Humanitária, se calhar, hoje não estávamos aqui a discutir esse problema.

Depois a Câmara, num protocolo, participava com a participação nacional, ou qualquer coisa assim do género. É assim que a esmagadora maioria das câmaras que eu conheço, ainda agora vi uma câmara fazer isso, eu fiz um projeto destes no Porto, Câmara do Porto e na altura, a Direção Regional Norte da Cultura, serem parceiros estratégicos, a câmara não tem que se meter nisso, deixe as associações viver, o que interessa é que o investimento venha para o concelho, a câmara com isto, esta candidatura está subfinanciada por isso é que vai haver muitos problemas.

Esta candidatura tem já um prejuízo de 1.1 milhões de verbas que deviam ser recebidos e não são e não me venha com exercício especulativo, depois há reforço de candidaturas em situações de overbooking, houve uma vez. Termina, Senhor Presidente, só para dizer que nós não estamos aqui propriamente contra projetos embora e no campo da cultura eu não recebo lições de ninguém, portanto, que eu defendo que este orçamento da Câmara Municipal deve ir aos 10%, são 3% atualmente, disse-o aqui no orçamento, não estamos contra projetos, estamos contra a forma como são financiados, porque pedir empréstimos superiores àquilo que é a participação nacional não é para gastar só naquele investimento. E este endividamento custa dinheiro. Os que votarmos contra será por isso, mais nada, e vamos deixar passar alguns projetos com taxas de investimento, há aqui projetos a 28%, 45% o Cine-fórum, deviam receber 85, porque é que não receberam? Porque as candidaturas estão mal feitas.”

Depois, o presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, concedeu a palavra ao Presidente da Câmara, para responder.

Interveio o Presidente da Câmara, Frederico Castro, cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Bom ficou muito claro que o senhor percebe de projetos e não percebe nada de gestão autárquica, nada, porque aquilo que nós estamos aqui a fazer, claro que é a minha opinião, eu não estou a dar a sua opinião, estou a dar a minha, e vamos ver no futuro, se é a minha opinião ou se é a sua que prevalece. Olhe, registre em ata, por favor o facto do senhor deputado ter acabado de dizer que eu sou incompetente ou de o ter insinuado, porque corre o risco de ter que o demonstrar em local próprio, portanto, registre em ata por favor vamos ter que esclarecer isso, a maioria dos povoenses não concordam consigo.”

A Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, teve que intervir para manter a ordem, uma vez que os ânimos se exaltaram, e devolveu a palavra ao Presidente da Câmara para concluir a sua intervenção.

O Presidente da Câmara Municipal, Frederico Castro, retomou a sua intervenção referindo:

“De gestão autárquica percebe zero, e aquilo que descreveu é de quem vive numa realidade paralela, portanto, essa realidade paralela não existe, e essa realidade paralela poderia pressupor que nós, foi aquilo que o senhor disse, que nós não estamos contra os projetos, mas estamos contra o financiamento, portanto, nesse seu cenário idílico, nós conseguiríamos executar estes projetos sem financiamento ou sem precisar de contrair financiamento, na medida em que estamos aqui a discutir.

Nós hoje, repito, estamos a discutir a contratação, estamos a discutir a contratação e vossa excelência despoletou aqui um debate em relação à pertinência destes financiamentos, a pertinência destes financiamentos foi discutida na última Assembleia Municipal, hoje estamos a discutir a contratação, portanto, se os senhores, eu vou ler, o ponto que diz e que começa em cada uma das alíneas, contratação de empréstimo a médio longo prazo, contratação, é isso que eu estou a dizer, mas eu estou a falar desta, nós hoje, nós hoje estamos a discutir a contratação de empréstimos de médio longo prazo, portanto, senhor deputado, estamos claramente em desacordo em relação àquilo que é a estratégia que deve ser seguida para que estas infraestruturas possam ser executadas na Póvoa de Lanhoso.

O senhor, tem todo o direito de achar que, do ponto de vista financeiro, a fórmula está mal pensada, ou está mal montada, eu reitero aquilo que disse a partir daquele púlpito, os próximos anos vão dar razão à sua narrativa ou vão dar razão à minha narrativa, e eu cá estarei para reconhecer se por alguma obra do acaso tiver falhado alguma das minhas previsões, e eu espero que o senhor esteja disponível para fazer o mesmo, agora esteja ciente de uma coisa, as decisões que eu tome e que toma este executivo é a bem da Póvoa de Lanhoso e do futuro das pessoas que merecem ter infraestruturas que nunca tiveram. É esse o nosso propósito, e é nisso que nós trabalhamos, e foi isso que aprovámos no último mandato, foi isso que aprovámos junto da Autoridade de gestão da CCDR-N no último mandato, num período em que efetivamente faz com que a execução desses projetos tenham de necessariamente ser contemplados ou circunscritos durante estes quatro anos e é isso que vai acontecer, não tenha a mínima dúvida, portanto, nós cá estaremos para analisar isso no futuro. Obrigado.”

Seguidamente, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, deu o ponto seis por terminado, colocando as alíneas à votação do plenário, separadamente.

Deliberação a): A Assembleia Municipal deliberou aprovar por maioria, com 30 votos a favor, 9 abstenções e 2 votos contra, num total de 41 membros presentes, num total de 45 membros em efetividade de funções, a propostas da Câmara Municipal para nos termos da Lei 73/2013, de 3 de setembro em conjugação com a Lei 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, aprovar a contratação de empréstimo de médio e longo

prazo para financiamento do projeto de investimento "Eficiência Energética na Piscina Coberta Municipal", no valor de até 340.000,00€ (trezentos e quarenta mil euros), bem como aprovação dos respetivos compromissos plurianuais.

Deliberação b): A Assembleia Municipal deliberou aprovar por maioria, com 29 votos a favor, 10 abstenções e 2 votos contra, num total de 41 membros presentes, num total de 45 membros em efetividade de funções, a propostas da Câmara Municipal para nos termos da Lei 73/2013, de 3 de setembro em conjugação com a Lei 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, aprovar a contratação de empréstimo a médio e longo prazo para financiamento da requalificação do Campo de Jogos de Monsul, no valor de até 500.000,00€ (quinhentos mil euros), bem como aprovação dos respetivos compromissos plurianuais.

Deliberação c): A Assembleia Municipal deliberou aprovar por maioria, com 28 votos a favor, 11 abstenções e 2 votos contra, num total de 41 membros presentes, num total de 45 membros em efetividade de funções, a propostas da Câmara Municipal para nos termos da Lei 73/2013, de 3 de setembro em conjugação com a Lei 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, aprovar a contratação de empréstimo a médio e longo prazo para financiamento da reabilitação do edifício para criação do Centro de Competências da Filigrana, no valor de até 295.000,00€ (duzentos e noventa e cinco mil euros), bem como aprovação dos respetivos compromissos plurianuais.

Deliberação d): A Assembleia Municipal deliberou aprovar por unanimidade, com 41 votos a favor, num total de 41 membros presentes, num total de 45 membros em efetividade de funções, a propostas da Câmara Municipal para nos termos da Lei 73/2013, de 3 de setembro em conjugação com a Lei 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, aprovar a contratação de empréstimo a médio e longo prazo para financiamento da requalificação do Pavilhão Desportivo da EB Gonçalo Sampaio, no valor de até 115.000,00€ (cento e quinze mil euros), bem como aprovação dos respetivos compromissos plurianuais.

Deliberação e): A Assembleia Municipal deliberou aprovar por maioria, com 27 votos a favor, 12 abstenções e 2 votos contra, num total de 41 membros presentes, num total de 45 membros em efetividade de funções, a propostas da Câmara Municipal para nos termos da Lei 73/2013, de 3 de setembro em conjugação com a Lei 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, aprovar a contratação de empréstimo a médio e longo prazo para financiamento da ampliação do Parque do Pontido, no valor de até 1.150.000,00€ (um milhão cento e cinquenta mil euros), bem como aprovação dos respetivos compromissos plurianuais.

Deliberação f): A Assembleia Municipal deliberou aprovar por maioria, com 39 votos a favor, 1 abstenção e 1 voto contra, num total de 41 membros presentes, num total de 45 membros em efetividade de funções, a propostas da Câmara Municipal para nos termos da Lei 73/2013, de 3 de setembro em conjugação com a Lei 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, aprovar a contratação de empréstimo a médio e longo prazo para financiamento da requalificação do Cine-Fórum, no valor de até 1.320.000,00€ (um milhão trezentos e vinte mil euros), bem como aprovação dos respetivos compromissos plurianuais.

Deliberação g): A Assembleia Municipal deliberou aprovar por maioria, com 28 votos a favor, 12 abstenções e 1 voto contra, num total de 41 membros presentes, num total de 45 membros em efetividade de funções, a propostas da Câmara Municipal para nos termos da Lei 73/2013, de 3 de setembro em conjugação com a Lei 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, aprovar a contratação de empréstimo a médio e longo prazo para financiamento da recuperação da antiga EB1 de Campo para instalação da Universidade Sénior, no valor de até 205.000,00€ (duzentos e cinco mil euros), bem como aprovação dos respetivos compromissos plurianuais.

Deliberação h): A Assembleia Municipal deliberou aprovar por unanimidade, com 41 votos a favor, num total de 41 membros presentes, num total de 45 membros em efetividade de funções, a propostas da Câmara Municipal para nos termos da Lei 73/2013, de 3 de setembro em conjugação com a Lei 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, aprovar a contratação de empréstimo a médio e longo prazo para financiamento para reabilitação de Escola para Inclusão Social - Central Idades, no valor de até 160.000,00€ (cento e sessenta mil euros), bem como aprovação dos respetivos compromissos plurianuais.

Deliberação i): A Assembleia Municipal deliberou aprovar por unanimidade, com 41 votos a favor, num total de 41 membros presentes, num total de 45 membros em efetividade de funções, a propostas da Câmara Municipal para nos termos da Lei 73/2013, de 3 de setembro em conjugação com a Lei 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, aprovar a contratação de empréstimo de médio e longo prazo para financiamento do reforço da cobertura de redes de drenagem de águas residuais no concelho da Póvoa de Lanhoso, no valor de até 350.000,00€ (trezentos e cinquenta mil euros), bem como aprovação dos respetivos compromissos plurianuais.

Deliberação j): A Assembleia Municipal deliberou aprovar por unanimidade, com 41 votos a favor, num total de 41 membros presentes, num total de 45 membros em efetividade de funções, a propostas da Câmara Municipal para nos termos da Lei

73/2013, de 3 de setembro em conjugação com a Lei 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, aprovar a contratação de empréstimo a médio e longo prazo para financiamento para construção do Centro Interpretativo da Póvoa de Lanhoso, no valor de até 225.000,00€ (duzentos e vinte e cinco mil euros), bem como aprovação dos respetivos compromissos plurianuais.

Deliberação k): A Assembleia Municipal deliberou aprovar por maioria, com 27 votos a favor e 14 abstenções, num total de 41 membros presentes, num total de 45 membros em efetividade de funções, a propostas da Câmara Municipal para nos termos da Lei 73/2013, de 3 de setembro em conjugação com a Lei 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, aprovar a contratação de empréstimo a médio e longo prazo para financiamento da construção de habitações no Bobeiro no âmbito da Estratégia Local da Habitação, no valor de até 1.150.000,00€ (um milhão cento e cinquenta mil euros), bem como aprovação dos respetivos compromissos plurianuais.

Deliberação l): A Assembleia Municipal deliberou aprovar por maioria, com 27 votos a favor e 14 abstenções, num total de 41 membros presentes, num total de 45 membros em efetividade de funções, a propostas da Câmara Municipal para nos termos da Lei 73/2013, de 3 de setembro em conjugação com a Lei 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, aprovar a contratação de empréstimo a médio e longo prazo para financiamento para a construção de habitações em Monsul no âmbito da Estratégia Local da Habitação, no valor de até 900.000,00€ (novecentos mil euros), bem como aprovação dos respetivos compromissos plurianuais.

Deliberação m): A Assembleia Municipal deliberou aprovar por maioria, com 28 votos a favor, 12 abstenções e 1 voto contra, num total de 41 membros presentes, num total de 45 membros em efetividade de funções, a propostas da Câmara Municipal para nos termos da Lei 73/2013, de 3 de setembro em conjugação com a Lei 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, aprovar a contratação de empréstimo a médio e longo prazo para financiamento para a contratação de empréstimo a médio e longo prazo para financiamento para construção da Loja do Cidadão da Póvoa de Lanhoso, no valor de até 650.000,00€ (seiscentos e cinquenta mil euros), bem como aprovação dos respetivos compromissos plurianuais.

Terminadas as votações, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, concedeu a palavra ao deputado Rui Rebelo que referiu: *“esclarecer a assembleia, que dada a natureza delicada e o impacto da autorização que aqui fizemos da contratação de empréstimos, o líder parlamentar conferiu liberdade de voto ao respetivo grupo parlamentar, não obstante reitero que a declaração de voto vai ser feita em conjunto e tempestivamente chegará à mesa”*.

Declaração de voto apresentada pelo GP do PSD:

“Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Póvoa de Lanhoso.

A Câmara Municipal da Póvoa de Lanhoso apresentou, com solicitação de autorização à Assembleia Municipal, treze propostas de contratação de empréstimos que na sua totalidade é de 7,36 milhões de euros, valor que é muito elevado face à atual situação de endividamento do nosso Município.

Nesta consideração, é preciso esclarecer que no ponto em questão da Ordem de Trabalhos votou-se apenas e só o volume de empréstimos a contratar para financiamento de um conjunto de investimentos e não os investimentos em si que foram inclusive objeto de candidaturas a fundos comunitários.

Esta precisão é fundamental para tornar claro que o que foi votado não foram os investimentos em si, mas a forma como a Câmara Municipal os pretende financiar.

A Câmara Municipal aprovou recentemente um brutal aumento de impostos (IMI, Derrama), bem como um aumento acentuado dos preços dos serviços e taxas, “indo ao bolso dos povoenses”, famílias e empresas, e com a justificação de que seriam para financiar um conjunto de investimentos, que por sinal são os que nesta sessão da Assembleia Municipal vem pedir a aprovação de contratação de empréstimos para os financiar.

Como temos referido insistentemente, a Câmara Municipal vem apresentando uma execução orçamental muito baixa, como é prova a de 2025, que ainda nesta sessão da Assembleia Municipal foi analisada.

Ademais, tem um nível de endividamento, muito elevado, fruto da gestão financeira deste executivo e dos últimos quatro anos em que tem tido deficits constantes nas execuções orçamentais. Relembramos que o endividamento deixado pela anterior gestão municipal do PSD foi de 7 milhões de euros e é atualmente já de 11,9 milhões de euros e tal com uma execução orçamental das despesas de capital (investimentos) de 47% em 2025.

Ora, com a contratação dos empréstimos solicitados atingir-se-á um valor de endividamento de cerca de 20 milhões de euros que representará 70% da receita corrente. Ao acrescentar mais financiamentos ao valor atual, a Câmara Municipal corre um sério risco de não conseguir pagar o serviço da dívida (reembolso/pagamento do capital e juros) o que acarretará nos próximos anos a exigência de novas receitas extraordinárias, provavelmente mais um forte aumento da carga fiscal ou empurrar com a barriga, contraindo novos empréstimos para pagar dívida e as próximas execuções orçamentais serão muito, muito baixas.

Assim, a Câmara Municipal poderá entrar em deficit permanente e vir mesmo a ser intervencionada com a “captura” de receitas provenientes do poder central para pagamento da dívida. Ora esta situação não será por ninguém, desejada.

Tendo sido estes investimentos objeto de candidaturas a fundos comunitários, o financiamento a ser contratado deveria apenas respeitar à parte da comparticipação nacional (da autarquia), pois o restante financiamento para pagar o investimento

corresponderia ao fundo perdido a receber das candidaturas, não esquecendo o brutal aumento de impostos que vai afetar as famílias e empresas povoenses no ano de 2026 e provavelmente em anos seguintes. Onde, como nos parece, está-se a pagar a ineficiência e os erros de gestão da maioria que nos governa.

Analisando os investimentos e as candidaturas chega-se facilmente à conclusão que a verba solicitada de empréstimos que põe em causa o futuro financeiro da autarquia nos próximos anos poderia ter um valor mais reduzido pois excede em vários projetos o valor da participação da autarquia. A verba sobrança é obviamente para financiar os erros de gestão das próprias candidaturas, algumas com taxas de subsídio a fundo perdido muito abaixo do que está previsto nos avisos das candidaturas e para financiar os déficits da execução orçamental como se verificou ainda agora em 2025.

Considerando o Grupo Parlamentar Municipal do Partido Social Democrata (PSD) que alguns dos seus Deputados Municipais e Presidentes de Junta entendiam que este ponto da Ordem do Dia merecia ser ponderado e tratado como um problema de consciência face à “confusão” gerada de que o que estaria em causa seria a realização dos investimentos e não o seu financiamento, decidiu que os deputados municipais deveriam votar em consciência e assumindo como pessoas livres a responsabilidade da sua votação.

Face ao exposto, os membros do Grupo Parlamentar Municipal do PSD assumem uma posição de abstenção no âmbito geral deste ponto deliberativo, em benefício das dúvidas que subsistem quanto à sustentabilidade financeira de médio prazo e ao equilíbrio estrutural das contas municipais.

Sem embargo do que fica elucidado e assumido, o Grupo Parlamentar Municipal do PSD pretende deixar bem claro que este conjunto de empréstimos são da responsabilidade da maioria suportada pelo Partido Socialista que nos governa, com especial responsabilidade do senhor do Presidente da Câmara Municipal, cuja consequência direta e necessária será afetar substancialmente o equilíbrio financeiro sustentado do concelho e que mais não visam que esconder os erros de gestão do atual Executivo Municipal.

Trata-se, contudo, de uma abstenção responsável, vigilante e politicamente coerente enquanto Oposição: exigente na transparência, criteriosa e rigorosa na análise financeira, comprometida com a estabilidade e o futuro a médio e longo prazo do Município!

Póvoa de Lanhoso, 27 de fevereiro de 2026.

O Grupo Parlamentar Municipal do PSD”

Declaração de voto apresentada pela deputada do CDS-PP:

“O CDS, relativamente ao Ponto 6 da ordem de trabalhos, que prevê a contratação de diversos empréstimos para financiamento de investimentos municipais, vem apresentar a sua declaração de voto.

Reconhecemos a importância de alguns dos investimentos propostos, em particular aqueles que contribuem diretamente para a melhoria das condições de vida das

populações, nomeadamente nas áreas do ambiente, inclusão social e infraestruturas essenciais.

Contudo, manifestamos reservas quanto ao elevado recurso ao endividamento para financiar um conjunto alargado de projetos, muitos dos quais não assumem carácter prioritário imediato. O CDS entende que a gestão financeira do Município deve assentar numa lógica de prudência, garantindo que o recurso ao crédito é direcionado para investimentos verdadeiramente estruturantes e com impacto claro e direto na população. Assim, o sentido de voto é o seguinte:

a)A Favor

O CDS vota favoravelmente tendo em conta a elevada taxa de comparticipação e o impacto positivo ao nível da eficiência energética, contribuindo para a redução de encargos futuros.

b)Abstenção

c)A favor

O CDS vota favoravelmente reconhecendo a importância estratégica da valorização da filigrana, enquanto elemento identitário e distintivo da Póvoa de Lanhoso. Trata-se de um investimento alinhado com a valorização do património cultural e económico local, área à qual o CDS tem vindo a atribuir especial relevância.

d)A Favor

O CDS vota favoravelmente pela coerência entre financiamento obtido e o investimento a realizar, bem como pelo impacto direto na comunidade.

e)Abstenção

f)Abstenção

g)Contra

O CDS vota contra pela baixa comparticipação e por dúvidas quanto ao enquadramento financeiro global do projeto.

h)A Favor

O CDS vota favoravelmente considerando a adequada comparticipação e o impacto social relevante do investimento.

i)A Favor

O CDS vota favoravelmente, ainda que com reservas, pela importância do investimento, não obstante subsistirem dúvidas quanto à taxa de comparticipação e ao valor global.

j)A Favor

O CDS vota favoravelmente pela coerência do financiamento e pela taxa de comparticipação obtida, enquadrando-se de forma equilibrada no investimento previsto.

k)Abstenção

l)Abstenção

m)A Favor

Votamos favoravelmente considerando a importância da criação da Loja do Cidadão da Póvoa de Lanhoso, enquanto investimento que contribui para a melhoria do acesso aos

serviços públicos, maior proximidade com os cidadãos e reforço da qualidade do atendimento administrativo no concelho.

O CDS reafirma a necessidade de uma gestão rigorosa, equilibrada e responsável dos recursos públicos, defendendo que o endividamento municipal deve ser utilizado com critério, transparência e orientação estratégica, garantindo sempre a salvaguarda do interesse das gerações futuras.

Póvoa de Lanhoso, 27 de fevereiro de 2026.

Carla Cristina Santos Góis Martins.”

Seguidamente, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, passou de imediato ao ponto sete da ordem de trabalhos. **Ponto Sete: Proposta da Câmara Municipal, para aprovação da 1.ª Alteração ao Mapa de Pessoal e Plano Anual de Recrutamento para o ano de 2026, dando-se assim cumprimento às disposições previstas da alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º e, da alínea a) do n.º 2 do artigo 3.º do Decreto-lei n.º 209/2009, de 3 de setembro e artigos 28.º e 29.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, na sua atual redação.** E concedeu a palavra à Câmara Municipal para apresentação do ponto.

Interveio o vereador Gilberto Anjos, cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Permita-me que cumprimente os demais na sua pessoa em relação ao ponto sete a primeira alteração ao mapa de pessoal para 2026. A proposta que hoje submetemos à vossa apreciação corresponde à primeira alteração ao mapa de pessoal e ao plano anual de recrutamento para 2026.

Importa começar por esclarecer de forma muito clara o ponto de partida desta proposta. Esta alteração não surge por iniciativa autónoma do executivo, surge porque no final de dezembro, o município recebeu uma orientação expressa na Direção Geral de Estabelecimentos escolares, que determina o reforço de assistentes operacionais, designadamente para o acompanhamento de crianças com necessidades educativas específicas, ou seja, uma necessidade objetiva e formal existia para revermos o mapa de pessoal.

Estamos por isso perante o cumprimento de uma determinação da tutela alinhada com um princípio que nos deve unir, garantir melhores condições de inclusão, acompanhamento e segurança nas nossas escolas. O município tinha, portanto, de proceder a esta alteração no mapa de pessoal, mas, perante essa obrigatoriedade, entendemos que seria insuficiente limitar esta revisão a um simples ajustamento técnico na área da educação. Se o mapa de pessoal tinha que ser alterado, então essa alteração deveria refletir também o diagnóstico atualizado das necessidades permanentes dos serviços municipais.

Está em curso um processo estruturado de modernização administrativa, como é conhecido, que envolve a reorganização interna, clarificação de procedimentos, melhoria de articulação entre serviços e reforço da capacidade técnica, com especial incidência nas áreas do urbanismo e da fiscalização. E este trabalho permitiu identificar com rigor, onde exige constrangimentos estruturais e onde é necessário reforçar equipas para melhorar o desempenho organizacional.

A proposta agora apresentada tem os objetivos, claros, reduzir o tempo de resposta, melhorar a tramitação dos processos, reforçar a capacidade técnica e de fiscalização, aumentar a previsibilidade e a qualidade de resposta aos munícipes. Quando um cidadão aguarda uma licença, uma vistoria, ou analisa um processo, não quer saber da complexidade interna da máquina administrativa, quer resposta em tempo útil, com rigor e com clareza. Mas esta questão dizia eu, não se esgota em relação ao campo do munícipe, na sua qualidade individual, num contexto de competição territorial cada vez mais exigente, o tempo é um fator estratégico, a previsibilidade das decisões, a eficiência dos serviços e a capacidade de resposta são os determinantes para a fixação de empresas, indústrias e de novos investimentos. Muitas vezes é um fator decisivo na escolha entre dois territórios. Essa reestruturação tem também essa ambição, posicionar o concelho como território organizado, ágil e confiável. O município que não é um obstáculo ao desenvolvimento, mas sim parceiro ativo de quem quer investir, criar emprego, gerar riqueza. Para isso, os serviços têm que estar devidamente dimensionados.

Há ainda um terceiro aspeto que importa assumir com clareza política, ao longo dos anos, algumas necessidades permanentes foram asseguradas através de prestações de serviços. Essa solução respondeu a momentos concretos, mas não constitui um modelo adequado quando estamos perante funções estruturais e contínuas no tempo, nenhuma organização sólida pode acentar indefinidamente em soluções transitórias para necessidades permanentes, por isso, sempre que a função é permanente a resposta tem que ser estrutural.

O que hoje fazemos é assumir essa responsabilidade, abrir procedimentos concursais, criar vínculos estáveis e consolidar equipas onde as necessidades são, de facto permanentes. Nós estamos a expandir artificialmente a estrutura do município, estamos a alinhar a estrutura com a realidade. O plano prevê a abertura de procedimentos concursais que poderão abranger cerca de seis dezenas de postos de trabalho ao longo de um ano, num processo faseado, responsável e financeiramente sustentado. Cada procedimento será devidamente fundamentado, enquadrado, respeitando as regras legais aplicáveis.

Esta proposta não é apenas uma alteração técnica ao mapa de pessoal, é uma afirmação clara de um modelo governação, um modelo que aposta na modernização administrativa, que entende que a eficiência é desenvolvimento económico e que sabe que a competitividade territorial começa dentro da própria organização, e que reconhece, ainda, que serviço público de qualidade, existe estabilidade, qualificação e responsabilidade. Muito obrigado.”

Depois, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, concedeu a palavra à deputada do CDS-PP, Carla Martins.

Interveio a deputada Carla Martins, cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Para o CDS, há aqui duas dimensões que importa separar. Por um lado, é evidente que o município tem necessidades reais em algumas áreas, nomeadamente, a nível da educação, do apoio social e de serviços que tem vindo a registar maior pressão, e nessas matérias, o reforço de recursos humanos é não só compreensível como necessário, mas por outro lado, aquilo que este documento revela é um alargamento significativo da estrutura municipal em várias áreas, incluindo cargos técnicos e de direção.

E é aqui que o CDS tem reservas, porque aumentar recursos humanos não pode ser resposta automática para todos os problemas de organização. É preciso garantir que há uma estratégia clara de gestão, de eficiência e de valorização dos recursos já existentes. Mais pessoas não significam necessariamente melhor funcionamento, significam também mais despesa permanente, mais encargos futuros e maior rigidez na estrutura do município e isso exige prudência, exige critério, exige uma visão clara sobre aquilo que é essencial reforçar e aquilo que pode e deve ser otimizado com os meios atuais.

Por outro lado, importa também perceber se este reforço está alinhado com prioridades estratégicas bem definidas ou se resulta de uma lógica de crescimento da máquina administrativa, porque aquilo que está em causa não é apenas o presente, é o impacto estrutural destas decisões no futuro do município.

O CDS reconhece a necessidade de reforçar áreas críticas, mas não acompanha sem reservas a dimensão e a lógica global desta proposta, por isso, iremos abster-nos na votação.”

Depois, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, concedeu a palavra à deputada do GP do PSD, Sandrina Fortes.

Interveio a deputada Sandrina Fortes, cumprimentou todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“O que está aqui em causa hoje é simples, mexer na estrutura de pessoas do município e, por isso e com isso, na despesa corrente e na sustentabilidade das contas, o PSD reconhece o esforço dos serviços e a necessidade de reforçar as equipas onde faz falta.

Não está em causa o valor de ninguém, o que pedimos é informação suficiente para decidir bem, em concreto três pontos. Falta um quadro de custos claro, quanto custa, como se financia e com que efeito tem nos próximos anos? E há uma questão aqui muito prática, que eu penso que o senhor vereador já respondeu, mas peço-lhe que esclareça, caso tenha interpretado mal, estes lugares que o senhor falou substituem tarefas que hoje são feitas

por prestação de serviços? Se sim, convém sabermos o saldo menos em fornecimento e serviços externos mais em pessoal. Sem este mapa é difícil avaliar com rigor.

Segundo, precisamos distinguir o que é temporário do que é estrutural. Projetos e picos de trabalho são uma coisa, crescimento permanente de estrutura é outra. Sem esta linha não vemos o compromisso a médio prazo.

Terceiro, prioridades, num contexto de despesa corrente a subir, é importante sabermos o que é urgente, o que é estratégico, e o que decorre de reorganização interna. A documentação que nos foi enviada não permite essa leitura com clareza desejável.

O PSD quer apenas garantir que as decisões em recursos humanos são tomadas com a devida fundamentação e total clareza como se exige na gestão pública.”

Depois, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, concedeu a palavra ao deputado do GP do PS, Filipe Bastos.

Interveio o deputado Filipe Bastos, cumprimentou todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Apreciamos a primeira alteração ao mapa de pessoal e ao plano anual de recrutamento para 2026. Esta proposta resulta de um diagnóstico atualizado das necessidades dos serviços municipais e pretende garantir que o município dispõe dos recursos humanos indispensáveis para cumprir a sua missão com qualidade, eficiência e proximidade.

Em primeiro lugar destacamos a necessidade identificada pela DGEstE para o reforço de assistentes operacionais de apoio a crianças com necessidades educativas especiais. Esta não é apenas uma exigência administrativa, é uma resposta concreta a crianças e famílias, que dependem diariamente dos serviços públicos para garantir a inclusão e a igualdade de oportunidades é, portanto, uma prioridade social educativa que merece ser reconhecida.

Em segundo lugar, verificamos um reforço significativo em áreas como o urbanismo, gestão administrativa e planeamento. São setores onde tem aumentado a complexidade técnica nos processos e onde os atrasos ou insuficiências têm impacto direto nos cidadãos, nas empresas e no desenvolvimento do concelho.

Reforçar nestas áreas é investir em celeridade, transparência e melhorar a capacidade de resposta. Também, merece destaque o reforço em áreas operacionais como saneamento, limpeza urbana, espaços verdes, obras municipais e manutenção que representam o coração do funcionamento diário do município. São estas equipas que garantem que a nossa rua está limpa, que a escola está pronta a funcionar, que o equipamento público está seguro e operacional, portanto, valorizar estes trabalhadores é valorizar a qualidade de vida do nosso território.

Além disso, a introdução e o reforço da carreira de especialista em sistemas e tecnologias de informação prevista no decreto-lei 88/2023, demonstra uma aposta importante na modernização administrativa e na segurança da informação. Num tempo em que tudo

depende da tecnologia, não podemos ficar para trás, esta alteração ao mapa de pessoal, mantendo-se dentro das exigências legais orçamentais, procura melhorar a organização do trabalho, promover a eficácia, e aproximar os serviços das necessidades reais dos munícipes. A boa gestão pública exige planeamento, rigor e capacidade de adaptação. Esta proposta vai nesse sentido, atualizar a estrutura humana do município, reforçar áreas essenciais, garantir apoio às escolas e dar meios para uma administração mais moderna, mais inclusiva e mais eficiente.

O Partido Socialista votará favoravelmente a proposta da Câmara Municipal. Obrigado.”

Seguidamente, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, concedeu a palavra ao vereador Gilberto Anjos, para resposta.

Interveio o vereador Gilberto Anjos, cumprimentou novamente todos os presentes e no seu da palavra referiu:

“Agradecer as perguntas da senhora deputada do CDS, Carla Martins, e a senhora deputada do PSD Sandrina Fortes e pedir-vos para fazermos então aqui um exercício, as vossas perguntas foram claramente pertinentes, no meu ponto de vista, a intervenção da senhora deputada Carla Martins não deveria ser concluída com então, vamo-nos abster, foram colocadas aqui perguntas e eu quero ter a oportunidade de vos esclarecer de modo a convencer-vos, e/ou explicar a importância, de facto, aquilo que está por trás do mapa de pessoal. E podemos fazê-lo em vários aspetos, desde já dizer-vos que alguns dados importantes, desde 2018, saíram do mapa de pessoal da Câmara Municipal da Póvoa de Lanhoso noventa e quatro pessoas, aposentados e mobilidade.

Frisar o facto de termos nesse momento, contratualizado cento e trinta prestadores de serviços. Se formos a ter em conta ainda um dado que é fundamental, no que diz respeito diretamente às ligações de competências que foram atribuídas à Câmara Municipal da Póvoa de Lanhoso, diretamente, porque indiretamente, alguma dessas pessoas, algum destes cento e trinta contratos de prestação de serviços, quarenta e cinco tem a ver diretamente com a área da saúde, com a área social ou com a área escolar, portanto, foram delegações de competências que forçaram o município a se reforçar nessas áreas e nesse pessoal, temos ainda, e poderíamos atribuir, e eu não o faço, poderíamos colocar ainda alguns números que também foram necessários reforçar, nomeadamente na divisão de obras municipais, porque temos pessoas que têm que prestar apoio técnico às instalações escolares.

Feitas essas contas, entre o deve e o haver desde 2018, o município não está de todo, tendo em conta que efetivamente irá haver uma substituição, ou seja, não é uma duplicação, não abrimos os lugares no mapa de pessoal para manter as prestações de serviços, as prestações de serviços irão ser extintas, iremos abrir um concurso e depois as pessoas que irão ganhar o concurso irão ocupar estes lugares, portanto não há uma duplicação de pessoas. Feitas essas contas destes 130, retirámos 94 pessoas que saíram

desde 2018, retirámos essas 45 pessoas, que é justo retirar-las porque são competências novas do município, conseguimos chegar rapidamente aqui ao valor que, afinal de contas, não estamos sobrecarregar com mais pessoas, como uma escalada de pessoas, como pode parecer à primeira vista, se não analizarmos este ponto com rigor.

Mas três aspetos, também tive a oportunidade de analisar a evolução da pressão sobre os serviços municipais, ou seja, os requerimentos, através dos requerimentos, através dos pedidos que foram feitos ao município para perceber se há mais ou menos pressão, se há mais ou menos trabalho concreto sobre os serviços da Câmara Municipal. Estamos a falar, também, desde 2018 até à data de hoje, representa uma subida de 35% de pedidos através de requerimentos feitos à Câmara municipal em todas as divisões, todas as áreas, incluindo urbanismo, planeamento, através do balcão único, etc., portanto, isso é uma prova, que de facto, há mais pressão, naturalmente, por exemplo, há mais projetos habitação, há mais processos a tramitar na Câmara Municipal, temos sensivelmente o mesmo número de pessoas, depois dessa engenharia no mapa de pessoal com mais 35% de trabalho e há outra coisa que temos de ter em conta, que é o planeamento e projetar o futuro. Porque a previsão de saída de pessoas do mapa de pessoal por apresentação até 2029, pode ir, às 46 pessoas. Entre 2026 e 2029, teremos, potencialmente, 46 pessoas que se poderão aposentar, portanto, existe também uma necessidade de preparar quadros e pessoas na Câmara municipal para se fazer essa transição de uma forma suave e para as pessoas não saírem de repente, e ficámos depois todos aqui a olhar uns para os outros com dificuldades e com um constrangimento nos serviços.

E, por último, o último dado que eu preparei para apresentar a nossa estratégia à cerca desse ponto, tem a ver com um indicador que até é utilizado muitas vezes pelos revisores oficiais de contas, porque eu também partir do princípio que deveríamos fazê-lo, uma vez que falou na questão da sustentabilidade financeira. E um dos fatores que é analisado muitas vezes, que não é um fator obrigatório, que é o rácio entre a despesa de pessoal e a receita corrente. E é dito que se tiver abaixo dos 40%, é uma situação confortável e satisfatória, pelo menos, é isso que é apresentado dos 40 aos 50% uma situação de pressão, acima de 50%, uma situação de risco. Com os dados que temos hoje, depois desta engenharia do mapa de pessoal, continuaremos numa posição satisfatória, no que diz respeito, portanto, à situação financeira que irá acarretar o mapa de pessoal.

Posto isso, penso ter explicado o ponto em todas as dúvidas que foram apresentadas.”

Depois, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, concedeu a palavra à deputada do GP do PSD, Sandrina Fortes.

Interveio a deputada Sandrina Fortes, cumprimentou todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“E com estes dados desde já, agradeço, decidimos melhor e com muito mais segurança e da nossa parte agradecer a total abertura a este diálogo, porque eu acho que é importante, é isto que, pelo menos é isto que nós queremos fazer sempre.

Deixe-me dar uma nota, até porque, porque também tem a ver com a minha profissão. Gostaria de deixar aqui uma nota que pode não parecer muito importante, mas que eu considero bastante importante relativamente à contratação de assistentes operacionais nas escolas, sobretudo na educação, porque deixem-me ser honestos tal e qual, como sou, é costume ser, normalmente toda a gente quer entrar para os quadros, mas aqui deixe-me dar a minha, a minha opinião aqui é um desabafo, a necessidade de formação e crianças com necessidades educativas especiais, porque toda a gente entra para os quadros, toda a gente faz tudo, entrando para os quadros, nem sempre isso acontece, eu própria tenho vivido até fichas de aptidão para o trabalho, relativamente a consultas de medicina do trabalho que nos aparecem claramente a dizer que não podem trabalhar com estas crianças e, portanto, o nosso concelho é inclusivo e acredito que a sensibilidade da Câmara Municipal, para que isso seja realmente um fator preponderante para a seleção das pessoas.”

Depois, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, concedeu a palavra à deputada do CDS-PP, Carla Martins.

Interveio a deputada Carla Martins, cumprimentou todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Depois das explicações do senhor vereador, eu realmente vou mudar a minha intenção de voto, porque não tinha percebido dessa forma.”

Depois, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, verificou que não existiam mais pedidos de intervenção, pelo que deu o ponto sete por terminado colocando-o à votação do plenário.

Deliberação: A Assembleia Municipal deliberou aprovar por maioria, com 40 votos a favor e 1 abstenção, a proposta da Câmara Municipal, para aprovação da 1.ª Alteração ao Mapa de Pessoal e Plano Anual de Recrutamento para o ano de 2026, dando-se assim cumprimento às disposições previstas da alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º e, da alínea a) do n.º 2 do artigo 3.º do Decreto-lei n.º 209/2009, de 3 de setembro e artigos 28.º e 29.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, na sua atual redação.

Seguidamente, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, passou de imediato ao ponto oito da ordem de trabalhos. **Ponto Oito: Proposta da Câmara Municipal para reconhecimento do interesse público estratégico de instalação de operação urbanística**

destinada a equipamentos de uso público de apoio social e de saúde, para os efeitos previstos nos artigos 75º e 76º do Regulamento do Plano Diretor Municipal da Póvoa de Lanhoso. E concedeu a palavra ao vereador Paulo Gago, para apresentação do ponto.

Interveio o vereador Paulo Gago, cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Este ponto oito, é uma proposta da Câmara Municipal para reconhecimento do interesse público estratégico de instalação da operação urbanística destinada a equipamentos de uso público, de apoio social e de saúde para os efeitos previstos nos artigos 75 e 76 do regulamento do Plano Diretor Municipal da Póvoa de Lanhoso.

A Santa Casa de Misericórdia apresentou ao município em 2024, um pedido de reconhecimento de interesse público estratégico para a instalação de um conjunto de equipamentos de apoio social e de saúde junto ao hospital António Lopes, tendo esse reconhecimento sido aprovado por esta Assembleia Municipal em 2025 a instituição veio solicitar a alteração do perímetro intervenção de modo a integrar também o terrenos e edifícios onde estava se local e se localiza a provedoria, perfazendo uma área global de cerca de dezassete mil oitocentos e quarenta e três metros quadrados.

O projeto global em causa visa constituir um complexo integrado de cuidados de saúde e apoio social, incluindo uma nova estrutura residencial para pessoas idosas. Esta expansão permite reforçar a capacidade de resposta da Santa Casa, articulando-se com o hospital António Lopes e com a rede local de equipamentos sociais, numa lógica de proximidade, continuidade de cuidados e apoios às famílias.

Os serviços municipais de gestão urbanística confirmam a compatibilidade dos propostos com a categoria de solo fixado pelo PDM, sublinhando, todavia, que o índice de utilização base se revela insuficiente para comportar a área de construção necessária ao programa funcional.

Por esse motivo, a viabilização da operação depende da majoração até 100% da área da construção máxima ao abrigo do artigo 76 do regulamento do PDM, majoração que presuppõe o reconhecimento de interesse público estratégico por deliberação desta Assembleia.

O Conselho Local da Saúde da Ação Social reconhece que o equipamento responde a necessidades de elevada prioridade no domínio dos seniores e do envelhecimento identificadas nos instrumentos de planeamento social do concelho.

Estamos assim perante uma iniciativa com impacto estrutural no sistema local de proteção Social e na prestação de cuidados de saúde com expressão territorial relevante e forte interesse público. Nos termos do artigo 75 n.º 1 do PDM consideram-se empreendimentos de carácter estratégico, aqueles que, por proposta fundamentada da Câmara Municipal e deliberação da Assembleia Municipal, sejam reconhecidos como de interesse público estratégico.

Pelo seu especial impacto na ocupação do território ou pela sua importância para o desenvolvimento económico e social do concelho, entende a Câmara Municipal que a ampliação do complexo da Santa Casa preenche plenamente estes requisitos pela escala, natureza das valências, criação de emprego qualificado e reforço de coesão social.

Assim, propõe-se que a Assembleia Municipal delibere aprovar o reconhecimento de interesse público estratégico da operação Urbanística promovida pela Santa Casa da Misericórdia da Póvoa de Lanhoso, na Rua António Francês, nos termos e para os efeitos dos artigos 75 e 76 do PDM. Muito obrigado.”

Depois, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, concedeu a palavra ao deputado do GP do PS, e Presidente da Junta de Freguesia de Covelas, Filipe Sousa.

Interveio o deputado Filipe Sousa, cumprimentou todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“O ponto que hoje nos é apresentado diz respeito ao reconhecimento de interesse público estratégico de uma operação urbanística destinada à instalação de equipamentos de uso público, de apoio social e de saúde, nos termos dos artigos 75 e 76 do regulamento do Plano Diretor Municipal da Póvoa de Lanhoso, trata-se de uma iniciativa da Santa Casa da Misericórdia da Póvoa de Lanhoso que pretende utilizar terrenos seus para a construção de um conjunto de respostas sociais e de saúde plenamente alinhadas como a sua missão enquanto instituição do setor social e solidário.

Estamos, portanto, perante um investimento que não visa fins especulativos ou meramente comerciais, mas sim a criação de infraestruturas que servirão a população, reforçando a rede de apoio social, a prestação de cuidados de saúde de proximidade e a melhoria da qualidade de vida dos munícipes, em particular dos mais vulneráveis. Importa referir que esta operação se insere em solo urbanizável, encontram-se tecnicamente enquadrada no âmbito do nosso Plano diretor municipal, sem condicionantes de solo que impeçam o seu desenvolvimento e acompanhada da respetiva memória descritiva e informação técnica.

Ao reconhecer o interesse público estratégico deste projeto, a Assembleia Municipal da Póvoa de Lanhoso está a afirmar uma prioridade clara, colocar o território ao serviço das pessoas, promovendo o desenvolvimento social e a coesão comunitária através de equipamentos que reforçam a proteção social e o acesso aos cuidados de saúde.

Por estas razões e valorizando o papel da Santa Casa da Misericórdia da Póvoa de Lanhoso como instituição importante na área social e da saúde, entendemos que estão reunidas as condições para que esta operação urbanística seja reconhecida como de interesse público estratégico para o concelho.

Assim, a bancada do Partido Socialista votará favoravelmente esta proposta.”

Depois, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, concedeu a palavra à deputada do GP do PSD, Sandrina Fortes.

Interveio a deputada Sandrina Fortes, cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Este ponto trata do reconhecimento de interesse público estratégico para uma operação urbanística destinada a equipamentos sociais e de saúde. Quero começar por sublinhar que no nosso concelho as respostas sociais e de saúde são fundamentais, e todos reconhecemos o papel que instituições como a Santa Casa da Misericórdia tem tido ao longo dos anos, na Proteção Social, na saúde e no apoio às famílias, indiscutível.

Por isso, qualquer reforço destas áreas é sempre relevante, mas olhando para a documentação que nos foi enviada, ela é muito sintética, temos um enquadramento legal, a indicação da finalidade, mas não temos muito mais informação técnica, não há memória descritiva, nem detalhe da operação.

Pronto, se calhar também nem é suposto, mas a verdade é que é realmente pouca, ainda assim, pelo tipo de equipamento em causa e pelo enquadramento que foi feito e apresentado, entendemos que este reconhecimento faz todo o sentido, faz mesmo todo o sentido, portanto, vamos acompanhar obviamente este ponto. Muito obrigada.”

Depois, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, concedeu a palavra à deputada do CDS-PP, Carla Martins.

Interveio a deputada Carla Martins, cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“O CDS quer começar por reafirmar uma posição que tem sido constante ao longo dos anos, valorizamos profundamente o papel das instituições sociais, em particular das Misericórdias, no apoio às populações. São entidades que muitas vezes chegam onde o Estado não chega e que desempenham um papel absolutamente essencial, sobretudo numa área tão exigente como o envelhecimento e os cuidados de saúde, por isso, não está em causa a relevância do projeto, nem a importância de reforçar respostas sociais no nosso concelho. Pelo contrário, se a área onde o investimento faz sentido é precisamente esta.

Mas reconhecer a importância de um projeto não dispensa uma análise rigorosa da forma como ele é enquadrado, e é aqui que o CDS entende que deve existir prudência. Estamos a utilizar um mecanismo que permite flexibilizar regras previstas no plano diretor municipal, nomeadamente ao nível do uso do solo e dos parâmetros urbanísticos e isso sendo legítimo, deve ser sempre devidamente fundamentado e usado como critério, porque isto sim, é uma exceção e não pode tornar-se regra. Importaria, portanto, durante os processos de revisão do PDM, haver uma análise cuidada e atenta não só às instituições como o tecido empresarial, permitindo expansão quando necessário.

O CDS tem defendido de forma consistente que o desenvolvimento do nosso concelho deve ser feito com equilíbrio, apoiando o investimento, mas respeitando o planeamento e a coerência territorial. Sempre que abrimos este tipo de enquadramento, temos de garantir que ele é verdadeiramente justificado e que não compromete a lógica global do ordenamento.

Por outro lado, importa garantir que este tipo de decisão está integrada numa estratégia clara para o setor social e para o território e não apenas numa resposta pontual, ainda que relevante.

O CDS mantém assim uma posição coerente, apoia o reforço das respostas sociais, mas exige rigor, critério, e responsabilidade nas decisões que impactam o território.

O CDS, naturalmente, votará favoravelmente esta proposta.”

Depois, o presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, verificou que não existiam mais pedidos de intervenção, pelo que deu o ponto oito por terminado, colocando-o à votação do plenário.

Deliberação: A Assembleia Municipal deliberou aprovar por unanimidade, com 39 votos a favor, a proposta da Câmara Municipal, para reconhecimento do interesse público estratégico de instalação de operação urbanística destinada a equipamentos de uso público de apoio social e de saúde, para os efeitos previstos nos artigos 75º e 76º do Regulamento do Plano Diretor Municipal da Póvoa de Lanhoso.

Seguidamente, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, passou de imediato ao ponto nove da ordem de trabalhos. **Ponto Nove: Proposta da Câmara Municipal para reconhecimento do interesse municipal na reabilitação e ampliação de edifício existente para empreendimento turístico na modalidade de Agroturismo, nos termos da alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2023, de 12 setembro, na sua redação atual.** E concedeu a palavra ao vereador Paulo Gago, para apresentação do ponto.

Interveio o vereador Paulo Gago, cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Este ponto nove, a proposta da Câmara Municipal para reconhecimento de interesse municipal na reabilitação e ampliação de edifício existente para empreendimento turístico na modalidade de agroturismo nos termos da alínea ccc) do n.º 2 do artigo, 33 da lei 75/2013 de 12 de setembro na sua redação atual.

O município recebeu de Paulo Jorge Amaral Gonçalves, um pedido de reconhecimento de interesse municipal relativamente à pretensão de reabilitar e ampliar a edificação existente na Quinta da Amareira, União de freguesias de Calvos e Frades com vista à instalação de um empreendimento de turismo em espaço rural, na modalidade de agroturismo, bem como a recuperação e valorização de elementos de arquitetura rural

tradicionais. Trata-se de uma propriedade com a área de quarenta e três mil setecentos e catorze metros quadrados com casa de habitação de dois andares e espigueiro, eira, logradouro, culturas agrícolas, Pomar, Pinhal e mato, inserida em zona agrícola, é condicionada pela Reserva Agrícola Nacional.

O projeto promove uma intervenção integrada que preserva e traça os valores culturais do conjunto edificado, ao mesmo tempo que introduz as condições de conforto, segurança e funcionalidade necessárias à atividade turística. Prevê-se a recuperação da casa principal, do moinho e do sequeiro, e a qualificação da envolvente com hortas, jardins, Pomar e vinha no modelo de exploração autossustentável e ambiente e um ambientalmente responsável.

Do ponto de vista económico-social prevê-se um investimento global de seiscentos e cinquenta mil euros e a criação de cinco postos de trabalho diretos. Para além destes empregos diretos, antecipa-se a geração de impactos indiretos positivos no setor da construção, da restauração, dos produtores locais e de outros serviços associados à atividade turística.

Os serviços municipais do turismo emitiram um parecer favorável, sublinhando a adequação do projeto aos objetivos de reabilitação e valorização do património edificado, dinamização da economia rural e promoção do turismo sustentável.

Destaco, também, em particular, o compromisso com boas práticas ambientais, produção de energia renovável através de painéis solares, sistemas de reaproveitamento de águas pluviais, utilização de materiais de origem local, gestão rigorosa de resíduos e a adoção de agricultura biológica.

Entende a câmara que este projeto reúne os pressupostos de interesse municipal, pela sua relevância económica, pela criação de emprego, pela valorização do património rural e pela contribuição para o modelo de turismo sustentável e diferenciador.

Assim, propõe-se a esta Assembleia Municipal que delibere reconhecer o interesse municipal do projeto de reabilitação e ampliação da edificação existente na Quinta da Amareira da União de Freguesias de Calvos e Frades para a instalação de um empreendimento de turismo em espaço rural na modalidade de Agroturismo promovido pelo senhor Paulo Jorge Amaral Gonçalves. Muito obrigado.”

Depois, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, cedeu a palavra à deputada do GP do PS, Mónica Araújo.

Interveio a deputada Mónica Araújo, cumprimentou todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“O ponto que hoje apreciamos diz respeito ao reconhecimento de interesse municipal da reabilitação e ampliação da Quinta da Amieira, em que Calvos para a criação de um empreendimento de agroturismo. Trata-se de um investimento de seiscentos e cinquenta mil euros que foca na recuperação da casa principal, do moinho e do sequeiro.

Este projeto não só preserva a traça tradicional como requalifica a área envolvente, dando uma nova vida a este património através do turismo em espaço rural.

Eu gostaria de destacar três eixos fundamentais deste projeto, a dinamização económica, a criação de cinco postos de trabalho diretos com um impacto multiplicador na restauração e de serviços locais, ajudando a fixar a população e a dinamizar a economia da freguesia de Calvos.

Ponto dois, sustentabilidade e transição ecológica, o projeto integra produção de energia renovável, reaproveitamento de águas pluviais e agricultura biológica. É um exemplo de como a valorização da biodiversidade pode caminhar lado a lado com o desenvolvimento económico, reforço de entidade territorial. A Quinta da Amieira passará a integrar a rede de recursos já existentes do Castelo e Monte do Pilar ao Carvalho de Calvos e a proximidade do Parque Nacional da Peneda-Gerês e da Serra da Cabreira, reforçando a Póvoa de Lanhoso como um destino de excelência para experiências autênticas.

Em suma, este reconhecimento assenta em pilares basilares, geração de postos de trabalho, recuperação de património histórico e sustentabilidade ambiental, reabilitando o existente em vez de ocupar solo virgem, tendo em conta o parecer favorável dos serviços, entendemos que este projeto cumpre os objetivos estratégicos do nosso concelho.

A bancada parlamentar socialista votará favoravelmente, sublinhando que manteremos o devido acompanhamento para garantir que os benefícios aqui prometidos se concretizem plenamente para a freguesia de Calvos e para todos os povoenses. Muito obrigada.”

Depois, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, concedeu a palavra à deputada do CDS-PP, Carla Martins.

Interveio a deputada Carla Martins, cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“O CDS olha para este tipo de iniciativas como uma perspetiva clara. O desenvolvimento do concelho faz-se também através do investimento privado, da valorização do mundo rural e da capacidade de criar novas dinâmicas económicas fora dos centros urbanos.

O agroturismo é, nesse sentido, uma oportunidade. Uma oportunidade de valorizar o território, de recuperar o património, de ligar atividade agrícola ao turismo e de criar emprego local, e isso é algo que o CDS valoriza, aliás, projetos desta natureza vão ao encontro de uma visão que sempre defendemos, aproveitar os recursos endógenos do concelho, reforçar a sua identidade e criar condições para que haja atividade económica sustentável fora dos grandes centros.

No entanto, apoiar o investimento não significa abdicar de exigência, porque o reconhecimento de interesse municipal não deve ser um instrumento automático, deve ser um mecanismo criterioso reservado para projetos que, efetivamente acrescentem valor ao concelho e que se enquadrem numa estratégia clara de desenvolvimento. Estamos a

falar de um projeto de investimento relevante, com potencial de criação de emprego e com impacto positivo na dinamização da economia local, mas é importante garantir que esse impacto se concretiza e não fica apenas no plano da intenção.

O CDS defende que deve existir uma linha clara, apoiar sim, mas com critérios objetivos, com transparência, com coerência nas decisões.

Para terminar, o CDS acredita no papel do investimento privado, acredita na valorização do território e acredita que o turismo pode ser um motor de desenvolvimento do nosso concelho, mas também acredita que esse caminho deve ser feito com rigor, critério e uma visão clara para o futuro.

O CDS irá votar favoravelmente esta proposta. Muito obrigada.”

Depois, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, concedeu a palavra à deputada do GP do PSD, Lúvia Guimarães.

Interveio a deputada Lúvia Guimarães, cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“No ponto nove da Assembleia Municipal, somos chamados a deliberar sobre o reconhecimento do interesse municipal da reabilitação e ampliação do edifício existente para empreendimento turístico, na modalidade de agroturismo. Num projeto de natureza familiar, associado a uma herança que pretende valorizar o património edificado e a atividade agrícola.

O investimento previsto, ascende a cerca de seiscentos e cinquenta mil euros comportando obras de reabilitação da casa principal, recuperação do moinho e do sequeiro, bem como a requalificação das áreas exteriores. Está igualmente prevista a criação de cinco postos de trabalho.

O projeto tem um prazo estimado de execução de dois anos. Importa referir que o pedido de reconhecimento de interesse municipal foi instruído a dezanove de fevereiro de dois mil e vinte cinco, tendo merecido parecer do Gabinete Económico a vinte e quatro de abril de dois mil e vinte cinco, no qual se confirme o enquadramento e o montante de investimento previsto.

Contudo, estamos a deliberar sobre esta matéria cerca de um ano após a entrada do pedido e dez meses após o parecer técnico emitido, estas dilações temporais não combinam com a missão de um concelho que pretende ser pró ativo, dinâmico e atrativo para o investimento. A captação e fixação de investimentos exigem celeridade, previsibilidade e eficiência administrativa.

Por outro lado, impõe-se reiterar uma preocupação que tem sido transversal sempre que deliberamos reconhecimentos de interesse municipal. A necessidade de um mecanismo claro padronizado e eficaz de acompanhamento e monitorização dos projetos aprovados. É fundamental assegurar que os investimentos anunciados são efetivamente concretizados, que os postos de trabalho são criados e o interesse público subjacente à

ação se traduz numa mais-valia real para o concelho. Votámos favoravelmente, mas com a firme convicção que é indispensável melhorar procedimentos, reforçar a exigência no acompanhamento e garantir maior celeridade administrativa. Muito obrigada.”

Depois, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, verificou que não existiam mais pedidos de intervenção, pelo que deu o ponto nove por terminado, colocando-o à votação do plenário.

Deliberação: A Assembleia Municipal deliberou aprovar por unanimidade, com 40 votos a favor, a proposta da Câmara Municipal, para reconhecimento do interesse municipal na reabilitação e ampliação de edifício existente para empreendimento turístico na modalidade de Agroturismo, nos termos da alínea ccc) do n. 1º do artigo 33.º da Lei n.º 75/2023, de 12 setembro, na sua redação atual.

Seguidamente, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, passou ao último ponto da ordem de trabalhos. **Ponto Dez: Proposta da Câmara Municipal, para autorização prévia para assunção de compromissos plurianuais.** E concedeu a palavra ao Presidente da Câmara, para apresentação do ponto.

Interveio o Presidente da Câmara, Frederico Castro, cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Trata-se, de facto, de uma autorização prévia para que estes compromissos possam ser assumidos. A gestão das necessidades da Câmara Municipal e também o normativo legal que foi hoje atualizado em termos de autorização que estende até quinhentos mil euros, autonomia que possuímos ou até três anos de planeamento plurianual, não cabe nestas contratações e, portanto, estamos a falar de fornecimento de energia elétrica até um milhão de euros de confeção, transporte e fornecimento de refeições e lanches até um milhão de euros, de serviços de atividades de animação e apoio à família, na educação pré-escolar e acompanhamento de refeições até setecentos mil euros no primeiro ciclo, até setecentos mil euros e de contratação de ranting em até quarenta e oito meses, aqui não se trata do valor, trata-se do prazo que supera, que ultrapassa aquilo que está previsto no normativo que aprovámos no ponto cinco, salvo erro, portanto, as à consideração da Assembleia Municipal.”

Depois, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, concedeu a palavra ao deputado do GP do PS, e Presidente da União das Freguesias de Esperança e Brunhais, Almeno Silva.

Interveio o deputado Almeno Silva, cumprimentou todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“O ponto que apresentamos não é uma opção de conveniência política, é antes um cumprimento rigoroso da lei em matéria de compromissos plurianuais e de boa gestão financeira do nosso município. A lei de compromissos, concretamente no artigo 6.º da lei n.º 8/2012, é clara sempre que a autarquia pretende assumir compromissos que se prolongam por mais de um ano económico, estes compromissos dependem da autorização prévia da Assembleia Municipal e o decreto-lei n.º 197/1999 no seu artigo 22º reforça que a despesa plurianual têm um regime próprio mais exigente, exatamente para garantir planeamento, transparência e sustentabilidade, a Câmara Municipal está por isso a fazer o que a lei impõe e aquilo que a lei n.º 75/2013 no artigo 33.º, define como a sua competência apresentar a esta assembleia as propostas que dependem da nossa deliberação.

Não se trata de fugir ao controlo político, trata-se precisamente de o reforçar, trazendo à assembleia de forma clara, antecipada e fundamentada dos encargos que terão impacto em vários anos. Importa também sublinhar a natureza dos compromissos em causa e estamos a falar de quatro domínios essenciais para a vida quotidiana do concelho. Fornecimento de eletricidade até um milhão de euros, o serviço de confeção, transporte e fornecimento de refeições e lanches escolares até um milhão de euros, ranting de equipamento de transporte até quatrocentos mil euros, atividades de animação e apoio à família, na educação pré-escolar e acompanhamento de refeições do primeiro ciclo até setecentos mil euros. Qualquer destes contratos é estruturante, garantir que as escolas têm refeições asseguradas e as crianças do pré-escolar e primeiro ciclo têm atividades de apoio às famílias que o município dispõe de meios de transporte adequados, e que a iluminação e o fornecimento de energia não falham.

Não estamos a discutir projeto supérfluos, estamos a discutir serviços básicos associados diretamente aos direitos das pessoas e a um normal funcionamento da autarquia. Acresce que a opção por compromisso plurianuais, não é um capricho, é uma exigência de boa gestão. Primeiro, permite planear despesas ao longo de vários anos, em que de contratos improvisados e mais caros, dá estabilidade a fornecedores e às comunidades educativas, evitando ruturas no início de cada ano letivo. Respeita as regras da lei dos compromissos, prevenindo pagamento em atraso e garantido em que cada compromisso têm cobertura orçamental devidamente registada.

Esta proposta demonstra, portanto, um executivo que se preocupa em planear, em cumprir a lei e em proteger o serviços essenciais à população. Ao remeter a proposta para a Assembleia, a Câmara não só respeita as suas competências legais, como reforça a transparência e responsabilidade perante este órgão deliberativo.

Não se trata, pois, de dar um cheque em branco ao executivo, mas de permitir que a Câmara possa contratar dentro de limites bem definidos e controlados, aquilo que é absolutamente indispensável para o concelho, os valores máximos e estão claros, os tipos de serviço estão claros e obrigação de registo e controlo dos compromissos plurianuais estão igualmente consagrada na lei.

Por todas estas razões, entendemos que votar favoravelmente esta proposta é defender o interesse público, é assegurar a continuidade dos serviços essenciais e é, sobretudo, dar um sinal de responsabilidade e seriedade na gestão do nosso município. Obrigado.”

Depois, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, concedeu a palavra à deputada do CDS-PP, Carla Martins.

Interveio a deputada Carla Martins, cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“O CDS começa por reconhecer a importância destas matérias. Estamos a falar de serviços fundamentais como o fornecimento de energia, as refeições escolares, o apoio às famílias e os meios operacionais do município. São áreas que exigem instabilidade, continuidade e capacidade de resposta e que justificam este tipo de enquadramento plurianual.

No entanto, isso não significa que estas decisões não devam ser acompanhadas de exigência, porque estamos a falar de compromissos financeiros relevantes com impacto para além de um único exercício orçamental e isso implica responsabilidade, implica planeamento e implica controlo.

O CDS-PP entende que este tipo de instrumentos devem ser sempre acompanhados por uma gestão rigorosa, garantindo que os contratos celebrados são eficientes, ajustados à realidade e capazes de evitar desperdícios de recursos públicos.

Por outro lado, importa também garantir que estes valores não traduzem uma tendência de crescimento da despesa sem a devida avaliação crítica, porque comprometer hoje é inevitavelmente condicionar o futuro.

Neste sentido, deixamos uma questão ao Senhor Presidente, que mecanismos estão previstos para garantir que estes compromissos plurianuais são acompanhados de controlo efetivo de custos e a avaliação contínua da sua eficiência?

O CDS-PP acompanha esta proposta, votando favoravelmente, reconhecendo a sua necessidade, mas reafirma que continuará atento à forma como estes compromissos são executados e geridos. Muito obrigada.”

Depois, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, concedeu a palavra à deputada do GP do PSD, e secretária da União das Freguesias de Calvos e Frades, Goreti Carvalho.

Interveio a deputada Goreti Carvalho, cumprimentou todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“A proposta apresentada visa a obtenção de autorização prévia da Assembleia Municipal para a assunção de compromissos plurianuais relativamente às despesas essenciais ao funcionamento do município, designadamente eletricidade, refeições escolar, rating de viaturas e atividades de apoio à família.

Desde já, importa afirmar que não está em causa a necessidade deste serviço, trata-se de áreas estruturais para o normal funcionamento municipal e para garantir a garantia de respostas à população, em especial à área educativa.

Contudo, entendemos que a autorização dos compromissos plurianuais desta dimensão superior a três milhões de euros no conjunto, exigem um nível acrescido de informação e transparência.

Neste sentido e mantendo a postura construtiva, anunciámos a nossa intenção de voto favorável, mas acompanhado das seguintes recomendações, primeiro envio à Assembleia Municipal de mapa discriminado de encargos plurianuais com repartição anual de despesas prévias; segundo, indicação clara dos prazos contratuais de cada procedimento; terceiro, fundamentação económica financeira sintética, incluindo estimativa do impacto anual do orçamento, existência de cabimentos e previsão em GOP do orçamento, sempre que é aplicável análise comparativa de alternativas; quatro, nos contratos de maior expressão financeira, previsão de mecanismos de controlo e avaliação de execução, designadamente no que respeita à qualidade de serviços prestados.

Entendemos que estas recomendações não inviabilizam a transmissão do processo, antes reforçam a transparência e a responsabilidade financeira, e o papel fiscalizador dos órgãos autárquicos.

Assim, votaremos favoravelmente a proposta, esperando que as recomendações apresentadas possam ser acolhidas em benefício de uma gestão municipal mais rigorosa, complementar e escrutinada. Obrigada.”

Depois, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, concedeu a palavra ao Presidente da Câmara, para resposta.

Interveio o Presidente da Câmara, Frederico Castro, cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Responder à deputada Carla Góis, esclarecendo que os mecanismos de controlo de cumprimento destes limites orçamentais que estão previstos, são os habituais, toda a despesa que não esteja devidamente cabimentada não pode existir enquanto despesa e, portanto, se não tiver cabimento no pode ser despesa. Esses são os mecanismos tradicionais habituais e que tecnicamente são defensáveis. Muito obrigado.”

Depois, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, verificou que não existiam mais pedidos de intervenção, pelo que deu o ponto dez por terminado, colocando-o à votação do plenário.

Deliberação: A Assembleia Municipal deliberou aprovar por unanimidade, com 40 votos a favor, a proposta da Câmara Municipal, para autorização prévia para assunção de compromissos plurianuais.

Por fim, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, deu por terminada a sessão da Assembleia colocando à votação do plenário a aprovação da ata em minuta, para produção imediata de efeitos das deliberações tomadas. Informou que a mesma foi aprovada por unanimidade. Agradeceu a presença do Eng.º Fábio da empresa responsável da nova plataforma da Assembleia Municipal, informou que todos os membros iriam receber as senhas de acesso à plataforma. E lembrou que seria agendada uma sessão extraordinária em março. Terminou desejando a todos, uma boa noite.